

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**HÉLCIO QUEIROZ BRAGA**

**MINAS GERAIS E BELO HORIZONTE: INSERÇÃO NO MERCOSUL E  
MERCOCIDADES**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**SÃO PAULO**

**2010**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**HÉLCIO QUEIROZ BRAGA**

**MINAS GERAIS E BELO HORIZONTE: INSERÇÃO NO MERCOSUL  
E MERCOCIDADES**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sob a orientação do Professor Doutor Luiz Eduardo W. Wanderley.**

**Banca Examinadora**

---

---

---

## **AGRADECIMENTOS**

A direção geral do CEFET - MG, na pessoa do Prof. Flávio Antônio dos Santos, que criou as condições para a realização do Curso de Mestrado.

Ao professor Luiz Eduardo W. Wanderley, por sua orientação firme, equilibrada e sábia.

Ao professor James Willians G. Júnior, companheiro de trabalho no CEFET-MG, pelos seguidos desafios que propõe.

A professora Nazaré que cuidou da revisão do texto.

A Andréa, que trabalhou para deixar o texto com uma bela aparência.

A banca examinadora, por suas observações para o aprimoramento deste trabalho.

## **DEDICATÓRIA**

**Para o meu pai Pedro e minha mãe Victória. Eles nunca deixaram dúvidas do seu amor.**

**À Graça, pela generosidade em dividir comigo às agruras e os prazeres da vida. Com amor.**

## RESUMO

Esta dissertação de Mestrado versa sobre o tema das relações internacionais de entes subnacionais, bem como a formação de redes que articulam a ação política e administrativa de entes estatais subnacionais. Assim o foco do trabalho foi o de analisar a inserção internacional de Belo Horizonte, na perspectiva de aproximação e ocupação deste espaço político. Neste processo dois aspectos são analisados: o primeiro relativo ao conjunto de ações institucionais desenvolvidos pelo governo municipal e estadual, com seus avanços, impasses, perspectivas. O segundo relativo às opções políticas do governo municipal para esta inserção, como os protocolos de irmandade com cidades de diferentes países e a adesão a diferentes redes que agregam cidades para a troca de experiências e intercâmbio de boas e inovadoras práticas de direção política das cidades.

Palavras Chaves: Integração, Cooperação, Redes de Cidades e Paradiplomacia.

## ABSTRACT

This Master Degree's Dissertation deals with the theme of the international relations of sub-national entities, as well as the network formation that links political and administrative actions of state sub-national entities. Thus the focus was the analyses of Belo Horizonte's international insertion, regarding the approximation and occupation of this political space. In this process two aspects are analyzed: the first, regarding the set of institutional actions taken by the municipal and state governments, with their progress, stalemates and perspectives. The second, regarding the municipal government's political options for this insertion, like the protocols of brotherhood with cities of different countries and the joining of various networks that congregate cities for the exchange of good and innovative practices in the political direction of cities.

## SUMÁRIO

Introdução	Página 09
Abordagem Teórica	Página 16
Estrutura da Dissertação	Página 20
Metodologia da Pesquisa	Página 21
Capítulo I – Questão da Dependência	Página 22
Questão da Dependência – Anos Depois	Página 46
Capítulo II: A Diversificação Econômica de Minas Gerais–	Página 57
Capítulo III Ações Institucionais e Internacionalização	Página 74
1. Ações Institucionais de Minas Gerais	Página 74
2. Ações Institucionais de Belo Horizonte	Página 83
Capítulo IV – Desafios e Perspectiva de Minas Gerais e de Belo Horizonte	Página 93
Capítulo V - Belo Horizonte na Rede Mercocidades	Página 99
1. Instituição	Página 99
2. Estrutura da Rede	Página 105
3. Novo Cenário Político	Página 121
Considerações Finais	Página 124
Bibliografia	Página 129
Anexo 1	Página 141
Anexo 2	Página 145

## INTRODUÇÃO

O projeto para o desenvolvimento desta pesquisa relaciona-se com o propósito de aprofundar o conhecimento já firmado sobre as estratégias políticas e econômicas, elaboradas e, posteriormente, desenvolvidas pelos representantes políticos das elites que governam Minas Gerais. Sabe-se que este processo resultou na superação da estagnação econômica do Estado que já havia sido percebida na passagem do século XIX, para o século XX.

Foram três as estratégias adotadas: a primeira, relacionada com a diversificação da economia estadual, com foco na sua industrialização, com prioridade para verticalizar o seu processo produtivo. A segunda estratégia foi à construção da cidade de Belo Horizonte, planejada dentro de padrão arquitetônico que procurava refletir a modernidade, na qual o Brasil, transformado em República, procurava se inserir. A terceira relacionada com a criação de escolas agrícolas em diferentes regiões do estado, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de culturas adequadas a cada região.

Concebida como cidade administrativa e elo articulador das diferentes regiões de Minas Gerais, Belo Horizonte, começou a se transformar, na década de 1940, quando o médico e oficial da Polícia Militar de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira assumiu, na condição de Prefeito, o governo do município, cujo mandato iniciou-se no dia 18/04/1940 e encerrou-se em 30/10/1945. Com projetos ousados e inovadores, deu início à transformação do perfil da cidade,

cuja marca principal foi à construção do conjunto arquitetônico da Pampulha.

A análise deste processo, com o objetivo de transformá-lo em projeto de estudos, surgiu a partir de pesquisa realizada no período compreendido entre os meses de Agosto de 2005 a Julho de 2006, dentro do programa de concessão de Bolsas de Estudos para estudantes de nível médio matriculados no CEFET-MG e em escolas da rede pública mantida pelo Estado de Minas Gerais, denominado de BIC-jr (Bolsa de Iniciação Científica Júnior). O trabalho proposto era o de compreender a formação de blocos econômicos, em especial, do MERCOSUL e a inserção do Estado neste processo.

A pesquisa realizada pelo estudante selecionado, Murilo Silva, matriculado na Escola Estadual Maestro Vila Lobos, resultou em duas constatações que a meu juízo são importantes. A primeira relacionada com o aumento exponencial das relações econômicas entre os quatro países integrantes do MERCOSUL, que no período compreendido entre os meses de janeiro de 1995 a dezembro de 2004, superou em mais de 100% o comércio então existente.

A segunda constatação fica relacionada com a forte participação estatal no desenvolvimento deste processo, contrariando o discurso ideológico de conteúdo liberal que orientou a formulação dos documentos firmados pelos chefes dos quatro países<sup>1</sup> que a época, integrava o Bloco do MERCOSUL.

No desenvolvimento da pesquisa, cujo foco principal em seu início, era a inserção de Minas Gerais no contexto internacional, percebi que o município de Belo Horizonte, na condição de capital de Minas Gerais, procurou acompanhar as políticas adotadas pelo governo estadual e tomou a iniciativa de elaborar programas com o

---

<sup>1</sup> Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

objetivo de desenvolver estrutura institucional própria no sentido de possibilitar sua inserção no contexto internacional.<sup>2</sup>

Desta forma, criou na estrutura de sua Secretaria de Governo a Secretaria Adjunta de Relações Internacionais, com o objetivo de “estabelecer e manter relações e parcerias internacionais e planejar e coordenar as políticas e ações para negociação e captação de recursos financeiros junto a organismos multilaterais e agências governamentais estrangeiras.”<sup>3</sup>

Neste sentido a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, tomou a iniciativa de se inserir em organismos que trabalham em rede, dentre elas, a Rede Mercocidades, que tem como objetivo, fortalecer o papel que exercem os municípios no MERCOSUL, de forma a consolidar o processo de integração regional. Esta rede tem crescido a cada dia, tanto pelo número significativo de adesões, quanto pela qualidade do intercâmbio e de experiências já ocorridas. Belo Horizonte aderiu a Rede Mercocidades, que é composta por 213 cidades, no ano de 1996 e contribui com U\$ 1.000,00 (Hum mil dólares americanos), a título de anuidade.

Em seu relatório de atividades a Secretaria Adjunta de Relações Internacionais, descreveu as ações desenvolvidas ao longo do ano de 2009, nas quais destacou:

1º Reunião da Unidade temática de Cultura da Rede Mercocidades - Buenos Aires, ARGENTINA – 22 a 25 de abril. A Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, que participa ativamente das atividades da Unidade Temática de Cultura, uma vez que tal intercâmbio se faz importante para suas atividades cotidianas. Além disso, esta reunião configurou um momento para refletir em conjunto

---

<sup>2</sup> Lei municipal, nº. 9.011, sancionada em 1º de Janeiro de 2005.

<sup>3</sup> Artigo 19 da Lei municipal nº. 9.011.

sobre os resultados da Semana de Belo Horizonte em Buenos Aires.

2º “Inovação e Coesão Social: capacitação metodológica e visibilidade de boas práticas” (INNOVA) – Montevideu, URUGUAI – 25 a 29 de maio. O programa se configurou em uma capacitação presencial e acompanhamento virtual posterior em gestão do ciclo de projeto. Qualificação permanente do corpo de autoridades e técnicos da PBH.

3º Reunião do Capítulo Brasileiro do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do MERCOSUL – Brasília, BRASIL – 13 de julho. Na referida reunião foi apresentado o calendário de atividades do FCCR para os próximos seis meses e o plano de trabalho do Foro foi definido. Além disso, a PBH recebeu o apoio das cidades presentes para candidatura a Secretaria Executiva da Rede Mercocidades.

4º XIV Cúpula das Mercocidades – Rosário, ARGENTINA – 25 a 27 de agosto. A Cúpula de 2009 teve como tema “As cidades constroem o MERCOSUL” e reuniu mais de 200 cidades membro da Rede, em torno de debates técnico-políticos sobre integração regional, com o objetivo de redefinir uma agenda conjunta dos atores interessados em ampliar e aprofundar as bases sustentadoras do MERCOSUL.

Durante a Assembléia das Mercocidades, ficou definido que a próxima cidade a assumir a Secretaria Executiva da rede será Belo Horizonte. Nesse sentido, visto que o

mandato 2010/2011 da Secretaria Executiva das Mercocidades será responsabilidade da PBH, também será a coordenação do Comitê de Municípios (COMUN) do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do MERCOSUL (FCCR).

5º Reunião da Unidade Temática de Cultura da Rede Mercocidades – Maldonado, URUGUAI – 16 a 18 de setembro de 2008. Belo Horizonte é uma cidade-membro da Rede Mercocidades e a Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte têm participado ativamente das atividades da Unidade Temática de Cultura, caracterizadas pelo alto nível de sua programação, o que possibilita a ampliação das informações e a troca de experiências dos projetos governamentais.

6º Reunião de Coordenadores de Unidades Temáticas, Comissão Diretiva e Conselho das Mercocidades – Montevideu, URUGUAI – 01 e 02 de outubro de 2008. Na referida reunião a PBH como membro da Comissão Diretiva acompanhou a apresentação dos planos de trabalho da Secretaria Executiva 2009/2010, das Unidades Temáticas e da Secretaria Técnica Permanente. Além disso, o calendário de atividades da rede para 2009/2010 também foi apresentado.

7º Acampamento Regional - Novas Gerações do Milênio – Montevideu, URUGUAI – 02 a 06 de dezembro de 2008. Mais de 60 crianças provenientes de Pergamino e Rosário (Argentina), de Bagé e Belo Horizonte (Brasil), de Valparaíso (Chile) e de Colônia, Florida e Montevideu

(Uruguai) participaram do acampamento regional. A PBH foi representada por 08 vereadores mirins da Rede Municipal de Ensino acompanhados de duas profissionais da SMED. A Atividade permitiu que os jovens dessas sete cidades do MERCOSUL discutissem temas relativos aos objetivos do milênio, à diversidade cultural e à integração regional.

8º VI Reunião Plenária do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do MERCOSUL (FCCR) – Montevideu, URUGUAI – 07 de dezembro de 2009. A reunião definiu que os eixos de trabalho do FCCR em 2010, que serão divididos entre a Presidência pró-tempore argentina, no primeiro semestre, e a brasileira, no segundo, serão: a) Integração e Cidadania Regional; b) Desenvolvimento Econômico e Integração Produtiva; c) Integração Fronteiriça; d) Acesso dos governos locais do MERCOSUL ao Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM).

Penso que suscitar o estudo desta questão se justifica, dentre outras razões, pela compreensão do exercício desenvolvido para a inserção de um ente federativo brasileiro, no contexto internacional. A proposição, para o desenvolvimento deste estudo, tem como objetivo aprofundar o conhecimento em torno do estabelecimento das relações políticas entre estas unidades subnacionais específicas com Estados Nacionais, bem como com os blocos econômicos já instituídos, em especial, o MERCOSUL.

Outra iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte foi a sua inserção na rede CIDEU – Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano – voltada para discutir estratégias de inovação e empreendimentos criativos a serem desenvolvidos no âmbito dos

municípios que o integram. No período de 28 a 30 de julho de 2010, foi realizado na capital mineira o seu XVIII Congresso, com o tema: Inovação e Criatividade na Cidade. O Congresso se encerrou com a divulgação da DECLARACIÓN DE BELO HORIZONTE.<sup>4</sup>

O conteúdo da “Declaracion de Belo Horizonte”, documento final do XVIII CONGRESSO DO CIDEU, faz uma firme conclamação às cidades integrantes desta rede, para que se empenhem em criar condições que permitam a inovação, o empreendedorismo, a participação, a solidariedade e a cooperação e, por fim, estabelece como desafio à Rede CIDEU pensar a nova forma de governo das cidades. Coube ao prefeito de Belo Horizonte, a incumbência de presidir a rede CIDEU, até a realização do seu XIX Congresso.

---

<sup>4</sup> O documento final do CIDEU compõe este texto como anexo.

## ABORDAGEM TEÓRICA

O ponto inicial no desenvolvimento da pesquisa, para o conhecimento do processo de inserção de Minas Gerais, bem como de Belo Horizonte, no contexto internacional, foi à elaboração teórica desenvolvida pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, em colaboração com o historiador argentino Enzo Faletto, conhecida como “teoria da dependência”. Os autores, após descreverem o processo de colonização da América Latina, concluíram que o desenvolvimento associado aos países centrais do sistema capitalista, representava a melhor hipótese, para o continente.

Em texto, publicado no ano de 1993 com o título “As Contradições do Desenvolvimento Associado”<sup>5</sup>, o autor manifestou o temor de que “muitos dos estudos etiquetados como partes integrantes de uma ‘teoria da dependência’ tenham pouco a pouco deixado de lado tanto a preocupação com a caracterização das formas de reprodução social quanto com os modos de transformação que existem em cada uma das modalidades básicas de dependência.”<sup>6</sup>

Seu temor é justificado, quando critica esforços teóricos sobre a questão da dependência, onde a seu juízo, os seus autores trabalham com imagens que podem levar a distorções, com conseqüências graves. Apesar da manifestação deste temor o autor, considera que as “idéias de ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’, ‘subimperialismo’, ‘lúmpen-burguesias’, ‘revolução dos marginais’, que embora apontem às vezes para aspectos importantes da especificidade do processo de

---

<sup>5</sup> CARDOSO, Fernando H. A Construção da Democracia. São Paulo, Siciliano, 1993.

<sup>6</sup> CARDOSO, 1993, p. 110.

industrialização da periferia e das formas de dominação que lhe são correlatas, induzem também a análises distorcidas.”<sup>7</sup>

Desta forma o autor parece ter reafirmado a sua concepção de desenvolvimento associado, como o melhor caminho a ser seguido pelos países latino-americanos, para que alcancem o seu desenvolvimento, mesmo que não sejam pelo desenvolvimento de processos endógenos.

A segunda contribuição importante para discutir a questão da dependência, é a do professor Paulo Nogueira Batista Jr, que criticou a Teoria da Dependência. Em sua perspectiva, o desenvolvimento não pode abrir mão da defesa de valores e riquezas nacionais, na medida em que não considera como inexorável e mesmo verdadeira, a idéia da globalização. Assim o autor desenvolve o seu raciocínio “Em tudo isso, o essencial é reconquistar o sentido de Nação, que vem sendo obliterado pelas fantasias da ‘globalização’. Na famosa expressão de Celso Furtado, precisamos recomeçar a construção interrompida da Nação brasileira.”<sup>8</sup>

O autor, no desenvolvimento de sua crítica, dialoga com a obra do teatrólogo Nelson Rodrigues, para diferenciar o comportamento da elite política de países subdesenvolvidos e dos países centrais do capitalismo. O autor assim se manifesta “por certo se trata agora de uma tarefa colossal. Mas como dizia Nelson Rodrigues, nada mais abjeto do que o subdesenvolvido humilde, resignado e consentido. O norte americano, o inglês, o alemão podem e devem ser humildes a vontade. Já o subdesenvolvido precisa, inversamente, de mania de grandeza.”<sup>9</sup>

No evento realizado nos dias 15 e 16 de Julho de 1997, “Teoria da Dependência: 30 anos depois”, realizado nas dependências da

---

<sup>7</sup> CARDOSO, 1993, p. 111.

<sup>8</sup> BATISTA, Jr. Paulo Nogueira, 2000, p. 21.

<sup>9</sup> BATISTA, Jr. Paulo N. 2000, 21.

FFLCH da USP, os participantes fizeram o balanço desta teoria. Neste seminário podem ser destacados, dentre outros, três trabalhos. O primeiro de Theotônio dos Santos “A Teoria da Dependência; Um Balanço Histórico e Teórico”, em que o autor faz considerações sobre o debate ocorrido sobre esta teoria em diferentes lugares.

No continente europeu destacou o trabalho de Suzzane Bodenheimer, “Dependency and Imperialism, publicado em 1970, em que procurou associar a Teoria da Dependência a uma escola de pensamento. O autor considerou que a autora possui um conteúdo crítico, mas conservador. Na África, a teoria foi repercutida no trabalho de Samir Amin e Abelatif Benachenou. No continente asiático, a repercussão ficou centrada na elaboração desenvolvida por economistas indianos.

Na América Latina, o autor destaca o debate desenvolvido no contexto da Unidade Popular que possuía liderança no Chile. Outra referência foi a discussão desenvolvida em tendências consideradas revolucionárias existentes no governo militar peruano. Para além desta consideração, o autor considerou relevante o trabalho desenvolvido pelos teólogos vinculados à teologia da libertação.

O trabalho de Lídia Goldenstein, dialogou com diferentes orientações marxistas, notadamente, Vladimir Ilich Lênin, Rosa Luxemburgo e Rudolf Hilferding, com o objetivo de estabelecer o vínculo do pensamento destes autores, o trabalho teórico desenvolvido no âmbito da CEPAL e a elaboração contida no trabalho de Caio Prado Júnior. Por fim, procurou delimitar a influência política do Partido Comunista.

O terceiro trabalho a ser destacado foi o desenvolvido pelo economista Paul Singer – “De Dependência em Dependência: Consentida, Tolerada e Desejada”, onde o autor associa o conceito a um determinado período histórico do desenvolvimento latino-

americano. Para o autor, a dependência consentida relaciona-se a formação da elite política, proprietária das terras, das minas e do gado.

A dependência tolerada relaciona-se com o momento histórico do processo de substituição de importações, que se desenvolveu diante da fragilidade econômica dos países centrais, que conviviam com as dificuldades econômicas decorrentes do esforço militar realizado durante as duas guerras ocorridas na primeira metade do século XX.

O terceiro momento é denominado pelo autor de dependência desejada, em razão do esgotamento financeiro ocorrido no ano de 1982, quando países da América Latina se tornaram insolventes. Neste sentido, seria necessário contar com a boa vontade dos órgãos de fomento e estímulo a produção capitalista, para desenvolver políticas que de alguma forma, promovessem a recuperação econômica de países europeus.

## **A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

A dissertação é composta de cinco capítulos. No primeiro capítulo, foi desenvolvido um breve histórico do processo de desenvolvimento e diversificação da economia de Minas Gerais, adotando como ponto de partida o período em que Minas Gerais foi governada por Juscelino Kubitschek de Oliveira (1951-1955). A elaboração deste histórico procurou demonstrar que houve um fio condutor na ação dos diferentes governos ao longo deste período.

O segundo capítulo tratou das ações políticas e administrativas adotadas pelo governo estadual, no sentido de permitir e incentivar o desenvolvimento da região metropolitana de Belo Horizonte.

No terceiro capítulo, foram discutidas as ações políticas e administrativas da Prefeitura de Belo Horizonte, com o objetivo de estruturá-la para a sua inserção internacional, por meio de convênios com outras cidades e por sua adesão as diferentes redes que envolvem cidades do Brasil e do mundo.

No quarto capítulo foram apontados os desafios e as perspectivas para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais e de Belo Horizonte em contexto marcado pelo processo de inserção, intercâmbio, cooperação e integração em redes de municípios e regiões.

Por fim, o quinto capítulo, trata da inserção de Belo Horizonte na Rede MERCOCIDADES, com uma breve análise dos desafios impostos à cidade neste processo de inserção internacional. O trabalho é concluído com suas considerações finais.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

A pesquisa teve como aspecto metodológico central à análise de documentos oficiais, notadamente aqueles relacionados com a criação das condições necessárias para o pleno funcionamento da rede de cidades – MERCOCIDADES – formada por iniciativa de municípios dos países integrantes do MERCOSUL, bem como, analisar o papel desenvolvido por Belo Horizonte no desenvolvimento desta Rede.

O estudo e a análise deste conjunto documental tiveram como objetivo, compreender as estratégias e as posições que foram adotados por instâncias governamentais para materializar os seus interesses dentro das regras institucionais do bloco. Visou ainda, verificar a efetivação, bem como a materialização dos interesses coletivos que foram criados a partir da sua criação.

Uma terceira fonte documental foi aquela produzida pela Prefeitura de Belo Horizonte, para verificar o conjunto de iniciativas implementadas, com o objetivo de se estruturar dentro de marcos institucionais para possibilitar a integração da capital mineira ao conjunto de cidades que integram a rede denominada de MERCOCIDADES. Outra fonte de documentos que foi conhecida é a formada pelo conjunto de sítios existentes na internet que cuidam do tema, em seus diferentes aspectos.

Por fim, desenvolvidos contatos, por meio de entrevistas com agentes políticos envolvidos e que por força de suas funções detém responsabilidades para conduzir o processo de inserção de Belo Horizonte no contexto do MERCOSUL. Outros agentes envolvidos no processo, especialmente vinculados a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana, órgão instituído pelo governo estadual, para planejar o seu desenvolvimento, também foram procurados para manifestarem sua posição.

## **CAPITULO I**

### **A QUESTÃO DA DEPENDÊNCIA**

A pesquisa sobre a inserção de unidade subnacional – Belo Horizonte - no contexto internacional, implica em elaborar o seu desenvolvimento em três aspectos. O primeiro relacionado com o processo histórico da modernização que a cidade de Belo Horizonte, significou, para articular as dispersas regiões de Minas Gerais. O segundo relacionado com os efeitos da globalização e os processos de integração regional, com foco no MERCOSUL. Por fim, o terceiro centrado na dinâmica introduzida com a criação das redes de cidades.

Em um considerável período histórico a discussão sobre o processo de desenvolvimento da América Latina, referenciou-se na discussão de sua colonização. Variadas tentativas de descrever o processo de ocupação e exploração da América Latina e, em particular do Brasil, foram desenvolvidas. É deste processo, o texto elaborado conjuntamente por Fernando Henrique Cardoso e pelo sociólogo nascido na Argentina, Enzo Faletto, denominado de Teoria da Dependência.

Esta formulação centrou-se em estudos desenvolvidos no interior da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – órgão com vínculos internacionais junto a ONU que procurou identificar as debilidades econômicas, políticas e culturais do processo de desenvolvimento da América Latina. Estas debilidades relacionavam-se com as condições estruturais dos países latino-americanos, que tenderiam a se associarem aos países com elevado grau de desenvolvimento.

Em conseqüência desta análise, estabeleceu-se a consideração de que os países localizados na América Latina possuíam condição de periféricos, impondo-se-lhes papel secundário no contexto econômico e político internacional. Aparentemente podemos perceber

que a condição de dependência se materializava nos resultados econômicos obtidos nas pautas de comércio, onde predominava a exportação de produtos primários, especialmente extrativos e agrícolas, bem como a importação de produtos industriais que possuem maior valor agregado.

A análise deste processo, permiti-nos configurar o desenvolvimento econômico da América Latina, na perspectiva da especialização produtiva. Esta condição foi interpretada como a demonstração de incapacidade política das elites latino-americana em promover o desenvolvimento econômico em todos os países da América Latina. Uma segunda percepção era a de que este processo provocava a depreciação dos produtos, extraídos da América Latina, tornando-os pouco rentáveis na medida em que não incorporam e nem agregam valores para tornar sua comercialização vantajosa.

Neste sentido são destacados os produtos agropecuários e minerais, originários da América Latina, que eram comercializados *in natura*, não ostentando os reais valores que potencialmente possuem. Outra dificuldade percebida relaciona-se com a ação dos grandes capitais internacionais que agiram para assumir o controle da comercialização de seus produtos primários, especialmente os cereais que interessam aos países europeus e aos EUA, cujos preços de comercialização, são estabelecidos pelo mercado internacional.

Este processo causa prejuízos consideráveis para os Estados-Nacionais, que se vêem na obrigação de estabelecer políticas de exportação, especialmente de produtos primários e semi-elaborados, que possuem mecanismos de desoneração do capital. No Brasil, este processo, foi instituído por meio da lei complementar número 87, promulgada em 1996, que ficou conhecida como Lei Kandir<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Lei complementar nº. 87 de 13 de setembro de 1996.

Esta lei federal, instituída no período em que o Brasil foi governado pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, determinou o estabelecimento da isenção de impostos a diversos produtos que eram destinados à exportação. É importante ressaltar que esta lei provocou prejuízos às unidades subnacionais brasileiras, que possuem produtos destinados à exportação, pois tal isenção refere-se ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, (ICMS). Por definição constitucional, é da competência das Unidades Subnacionais a elaboração de sua regulamentação, bem como de sua cobrança.

Em seu artigo 3º, inciso segundo, a mencionada lei estabelece que o ICMS, não incide sobre:

**I - operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão;**

**II - operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços;**

**III - operações interestaduais relativas à energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização;**

**IV - operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial;**

**V - operações relativas a mercadorias que tenham sido ou que se destinem a ser utilizadas na prestação, pelo próprio autor da saída, de serviço de qualquer natureza definido em lei complementar como sujeito ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, ressalvadas as hipóteses previstas na mesma lei complementar;**

**VI - operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie;**

**VII - operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor;**

**VIII - operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário;**

**IX - operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de bens móveis salvados de sinistro para companhias seguradoras.**

**Parágrafo único. Equipara-se às operações de que trata o inciso II à saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a:**

**I - empresa comercial exportadora, inclusive tradings ou outro estabelecimento da mesma empresa;**

**II - armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro. ”<sup>11</sup>**

A vigência desta lei, promulgada em 13 de setembro de 1996, no período em que Fernando Henrique Cardoso, um dos formuladores da Teoria da Dependência, exercia o mandato de presidente da República no Brasil, em certa medida, corrobora elementos de sua reflexão sobre o papel do Estado e da burguesia nacional no processo de desenvolvimento industrial do Brasil.

Fernando Henrique Cardoso assim se manifestou sobre o papel da burguesia no Brasil: “justamente em função das origens sociais da burguesia industrial brasileira concebida nestes termos, muitos autores, inclusive o autor deste capítulo insistiram na inconsistência

---

<sup>11</sup> Artigo terceiro da lei Complementar 87 de 13 de setembro de 1996.

da tese sobre a ‘burguesia industrial nacional’ como mola propulsora para uma política nacional de desenvolvimento. Os reflexos de suas origens far-se-iam sentir em sua atuação política, em sua visão do processo histórico e, em conseqüência, levar-na-iam a uma situação de ambigüidade para definir seus interesses particulares de classe diante do conjunto das ‘classes proprietárias’”.<sup>12</sup>

Esta posição parece conferir razão a análises sobre, o papel que caberia as elites nacionais da América do Sul e, em especial, a do Brasil e a da Argentina: a condição, aparente, de elites defensoras de políticas de caráter subalterno, dependente e periférico. Assim “diante das opções concretas para o favorecimento de uma política desenvolvimentista – que implicariam, como se assinalou o fortalecimento do Estado e a aliança com as classes populares – a burguesia industrial vacilaria e optaria por uma política de retraimento. Temeraria frente à maré montante do populismo a perda de controle da situação política que, no conjunto, favorecia os setores mais ligados à burguesia agrária tradicional, apesar e talvez em conseqüência mesmo dos marcos patrimoniais que o capitalismo agrário e o burocratismo estatal davam ao país”.<sup>13</sup>

O autor aprofundou sua reflexão crítica, anotando “no conjunto a burguesia industrial cederia, no que diz respeito à intocabilidade da estrutura agrária, por exemplo, para contar com o apoio do ‘setor tradicional’ do qual faziam parte alguns de seus segmentos e sem o qual o setor urbano-industrial seria incapaz de se opor eficazmente às pressões de massa. Ao mesmo tempo (...) pressionado pelos setores populares, se lançasse à constituição de uma infra-estrutura industrial, com base em empresas públicas”.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> CARDOSO F. H. 1993. p.56.

<sup>13</sup> CARDOSO F. H. 1993, p. 56/57.

<sup>14</sup> CARDOSO F. H. 1993, p 57

O processo histórico descrito pelos proponentes da Teoria da Dependência, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, traz implícita uma tendência considerada por seus críticos como negativa, que se expressaria na acomodação das forças econômicas internas a uma suposta condição de subalternidade, dentro do contexto da divisão internacional do trabalho. Neste sentido, o papel que caberia ao MERCOSUL, é o de submeter os países que o integram, aos ditames estabelecidos pelas agências internacionais de fomento e de financiamento.

Uma das conseqüências deste processo relaciona-se com a política interna desenvolvida pelos países que assimilaram este conceito de dependência, caracterizada pela sua mais completa submissão às políticas de ajuste estrutural de suas economias internas, que segundo os seus idealizadores criariam as condições necessárias para permitir a superação das suas debilidades macroeconômicas.

Ditadas pelo guardião dos cânones liberais, o FMI, este conjunto de diretrizes políticas, promoveu a desvinculação do Estado Nacional com o processo produtivo, para assegurar o fortalecimento rápido e acentuado do setor privado, por meio da privatização de empresas estatais, e, em alguns casos, a transferência da gestão de empresas públicas, para entes privados, por meio de concessão de serviços públicos. Em muitas situações, percebemos que os processos de privatização de empresas públicas no Brasil, levaram a aproximação e, mesmo, a associação destas empresas ao capital internacional.

As posições teóricas de Fernando Henrique Cardoso, críticas ao modelo nacional-desenvolvimentista, que orientou o governo de Getúlio Vargas, foram reforçadas em pronunciamentos e discursos proferidos, no período em que Fernando Henrique Cardoso exerceu a

presidência da República. Em seu primeiro pronunciamento, proferido em dezembro de 1994, quando de sua despedida do Senado federal, afirmou: “Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravança o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas – ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista”.<sup>15</sup>

Fernando Henrique Cardoso avançou em sua crítica ao desenvolvimentismo e de certa forma antecipou pontos que serviram como orientações de seu governo, iniciado em primeiro de janeiro de 1995. Afirmando que “esse modelo, que a sua época assegurou progresso e permitiu a nossa industrialização, começou a perder fôlego no fim dos anos de 1970.”<sup>16</sup> Para fortalecer sua argumentação assentou que “por seu lado, a instauração de uma verdadeira democracia econômica e social supõe que a ação do Estado se volte efetivamente para as maiorias menos organizadas ou inorganizáveis: os consumidores, os contribuintes, sobretudo os pobres e os excluídos. Para isso é preciso resgatar o Estado da pilhagem dos ‘interesses estratégicos’, das ‘conquistas sociais’ exclusivistas, do corporativismo – numa palavra, dos privilégios que distorcem a distribuição de renda.”<sup>17</sup>

Já no exercício de seu primeiro mandato presidencial, Fernando Henrique Cardoso fez novo pronunciamento, em que alinhavou pontos que foram fundamentais para o exercício de seu mandato. Demonstrando que sua preocupação central era atribuir novo papel ao Estado, o então presidente afirmou: “Nesse sentido, o primeiro cuidado é evitar atribuir-lhe condições que historicamente perdeu. É impossível ressuscitar o Estado desenvolvimentista da América Latina

---

<sup>15</sup> CARDOSO, Fernando H. 2010, página 102.

<sup>16</sup> CARDOSO, Fernando H. 2010, página 102.

<sup>17</sup> CARDOSO, Fernando H. 2010, página, 104.

dos anos de 1960. O Estado no século XXI, não terá o papel central no processo de investimentos. A massa de recursos do capital está disseminada em um sistema financeiro impessoal e por empresas transnacionais”.<sup>18</sup>

Nos seus pronunciamentos proferidos na condição de presidente da República, Fernando Henrique Cardoso desenvolveu reflexões sobre o processo de globalização, identificada como novo período da História. Sua argumentação e raciocínio apontavam para identificar aspectos negativos e positivos no novo contexto político internacional, Em entrevista concedida ao jornalista Roberto Pompeu de Toledo afirmou que: “a globalização não é um valor. Não é algo que se queira. É uma força instaurada no processo de expansão do sistema capitalista no mundo, que produz uma série de desastres por um lado e uma série de modificações por outro”.<sup>19</sup>

Na mesma entrevista, desenvolveu uma comparação entre o processo de globalização e as transformações trazidas pelo processo que resultou no Renascimento. Assim desenvolveu o seu argumento “uma transformação equivalente a de 500 anos atrás, quando se deu a formação do capitalismo comercial a expansão do capitalismo no mundo, a descoberta do novo mundo, o Renascimento. Essa é uma época equivalente, em que as mudanças ocorrem sobre uma base de enorme transformação tecnológica”.<sup>20</sup>

O argumento utilizado atribui de forma implícita, o conteúdo de racionalidade ao processo de globalização, referenciado nas transformações tecnológicas. De outra forma, critica a defesa de posturas nacionalistas, entendidas arcaicas e defensoras de Estado forte e indutor do processo de desenvolvimento.

---

<sup>18</sup> CARDOSO, Fernando H. 2010, página, 105.

<sup>19</sup> CARDOSO, Fernando H. 2010, página, 131.

<sup>20</sup> CARDOSO, Fernando H. 2010, página, 131.

Em outro momento, no ano de 2000, dialogando com o primeiro ministro de Portugal, o socialista Mario Soares, Fernando Henrique Cardoso afirmou que “a idéia de nação continua muito forte no meu pensamento. Só que, nas condições atuais, o empecilho é que o Estado virou burocrático e clientelista. Você hoje tem a presença do setor privado dentro do Estado à privatização do Estado.”<sup>21</sup>

Dentro de sua concepção política, Fernando Henrique Cardoso no exercício da presidência, teceu considerações sobre as relações internacionais do Brasil em entrevista concedida aos jornalistas Jorge Caldeira, Luis Felipe D’Avila e Reinaldo Azevedo, no ano de 2000, em que analisava a conjuntura internacional. Em sua análise “o mercado está dispensando o Estado, ou quase dispensando o Estado. Na ordem global atual os governos têm peso muito menor na história, o que inclui o governo americano. É uma nova etapa.”<sup>22</sup>

Na mesma entrevista, Fernando Henrique Cardoso, explicitou a estratégia para inserção internacional do Brasil, em seu governo. “Definimos uma política de integração progressiva: MERCOSUL, América do Sul. Isso não tem um influxo suficiente, porque estamos no mesmo universo que não é estimulante desse ponto de vista.”<sup>23</sup> Constatar que a integração com países da América do Sul, não é estimulante ajuda a compreender as dificuldades vivenciadas pelo MERCOSUL, no período entre 1995-2002, em que se limitou a condição de mera união aduaneira, distante da possibilidade de se constituir em Mercado Comum.

Para finalizar sua reflexão Fernando Henrique Cardoso, afirmou que “ou entramos no grande jogo e isso dá solavancos, alguns perdem aqui e vão dizer que estamos desnacionalizando a indústria,

---

<sup>21</sup> CARDOSO, Fernando H. 2010, página, 135.

<sup>22</sup> CARDOSO, Fernando H. 2010, página, 147.

<sup>23</sup> CARDOSO, Fernando H. 2010, página, 150.

que está havendo uma abertura excessiva, ou nós não vamos sair do lugar.”<sup>24</sup>

Podemos constatar que a estratégia de inserção internacional empreendida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, não produziu bons resultados econômicos para o Brasil, na medida em que se viu na circunstância de mudar fundamentos de sua política econômica, com o objetivo de superar os problemas econômicos ocorridos em países asiáticos, que provocaram a desvalorização generalizada das moedas nacionais. A consequência política foi a corrosão da credibilidade do seu governo, que saiu derrotado nas eleições presidenciais de 2002.

Esta formulação da Teoria da Dependência foi criticada por estudiosos das relações internacionais que desenvolveram nova formulação para a compreensão do problema. Nesta crítica, surgiu nova vertente de análise teórica, que reivindica seus pressupostos na obra teórica de Karl Marx, denominada de Dialética da Dependência. Esta concepção formulada por Ruy Mauro Marini, juntamente com seus colaboradores Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, centrava-se em conceitos como o de “superexploração do trabalho, subimperialismo, estados de contra-insurgência e de quarto poder, além de reinterpretar os esquemas de reprodução de Marx para inserir nele o progresso técnico”.<sup>25</sup> Na análise da obra de Ruy Mauro Marini, os autores que estudaram suas formulações afirmaram que “a exigência de fazer uma reconstrução teórica capaz de enfrentar os novos desafios da região”<sup>26</sup>, constituiria apenas em ponto de partida para a compreensão desta realidade.

Tal como formulada, a Teoria da Dependência, que segundo os estudiosos do problema internacional, que criticam sua concepção,

---

<sup>24</sup> CARDOSO, Fernando H. 2010, página, 150.

<sup>25</sup> SADER, Emir e SANTOS, Teotônio dos. 2009, página 11.

<sup>26</sup> SADER, Emir e SANTOS, Teotônio dos. 2009, página 12.

por considerar que esta teoria guarda estreita vinculação a aspectos funcional-estruturalistas. Neste sentido, é avaliado que esta teoria deveria ser reorientada para possibilitar a ação política que permitisse a efetiva construção de uma nova sociedade, socialista e de conteúdo libertário.

O entendimento era a de existir a possibilidade de se introduzir elementos da democracia direta, com a criação de condições para assegurar que a sociedade pudesse assumir o controle do Estado. Outro ponto fundamental para a plenitude deste processo, deveria se constituir no enfrentamento da questão democrática, essencial para possibilitar a ampliação do conhecimento dos processos de gestão internacionais.

Em sua análise, Ruy Mauro Marini afirma que o Socialismo, tanto quanto o Capitalismo, não surgiram prontos. Em sua perspectiva crítica, o autor desenvolveu críticas as concepções sobre a existência do socialismo em um só país. O autor assim se pronunciou: “socialismo, no século XX, ao emergir e comprometer-se com um mundo capitalista, por meio da política do socialismo em um só país ou região, apresentou características que deverão ser ultrapassadas e superadas para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades”<sup>27</sup>. Esta formulação se constitui como uma crítica à orientação predominante entre os países e organizações que reivindicavam a herança política da Revolução Russa de 1917.

Outro pensador que se dedicou a estudar sobre a perspectiva da “Teoria da Dependência”, como formulada por Ruy M. Marini, o professor da Universidade Nacional Autônoma do México, Adrian Sotello Valência, em ensaio intitulado “Neo Imperialismo, Dependência e Novas Periferias na Economia Mundial”,<sup>28</sup>,

---

<sup>27</sup> SADER, Emir e SANTOS, Teotônio dos. 2009, página 22.

<sup>28</sup> SADER, Emir e SANTOS, Teotônio dos, 2009, p. 111 a 134.

fundamentou sua reflexão em premissa teórica cuja hipótese central é a de que “a base material, política e econômica da globalização do sistema capitalista contemporâneo, é a lei do valor e a sua generalização para o conjunto do sistema econômico”.<sup>29</sup>

Desdobrando sua reflexão, Adrian Valência formula nova hipótese, segundo a qual “o regime de superexploração do trabalho inicialmente circunscrito às economias subdesenvolvidas e dependentes da periferia do capitalismo, começa a se estender significativamente aos países desenvolvidos, embora com formas particulares, nas suas novas periferias surgidas no bojo da desintegração do bloco socialista”.<sup>30</sup> Esta formulação traz novo elemento para a análise do problema, a continuidade do processo de concentração da riqueza, que altera o contexto geográfico deste processo. É interessante observar suas conseqüências, especialmente o processo gerado a partir das políticas, que a União Soviética adotou a partir da ascensão ao poder de Mikahil Gorbachev, que parecia possuir como objetivo maior ampliar as relações da URSS com os países de economia industrializada, que se orientavam por políticas de livre mercado.

A introdução de questões trabalhadas por Marx, como a lei do valor e a exploração do trabalho, traz implicações importantes para a compreensão do conjunto de políticas adotadas pelos países que são denominados de periféricos. Neste sentido podemos inserir a política de construção e formação de blocos econômicos, especialmente entre países de desenvolvimento desigual, que são localizados em regiões historicamente identificadas como dependentes.

Este complexo processo político traz à análise um conjunto de questões que de alguma forma permitem problematizar os

---

<sup>29</sup> ADRIAN Sotelo. 2009, p 111.

<sup>30</sup> SADER, Emir e SANTOS, Teotônio dos, 2009, página 112.

fundamentos desta teoria da dependência, seja na perspectiva elaborada por Fernando Henrique Cardoso ou naquela elaborada por Rui Mauro Marini: primeiro por que países considerados como dependentes, buscam desenvolver articulação política com o objetivo de ampliar as relações econômicas entre eles? Segundo, por que países supostamente dependentes procuram desenvolver mecanismos que possibilitem a ampliação de suas relações, que não se limitam ao campo estritamente econômico?

Os termos inseridos nos documentos constitutivos destes tratados – cooperação, legitimidade, autonomia - dentre outros, nos permite pensar que a dependência é uma decisão política dos Estados Nacionais, que se organizam em blocos econômicos? Por fim, percebemos que este processo institucional, passa por interesses que extrapolam o campo político diplomático.

Aparentemente o MERCOSUL, apresenta características institucionais que se aproximam das análises desenvolvidas pelos autores acima mencionados. Esta análise alcança um grau de maior consistência, quando estabelecemos vínculos com o processo histórico vivido por estes países. A história da ocupação e, posterior, exploração econômica do território colonizado do Brasil, baseado na escravização, de sua população originária e, posteriormente, da população africana, se constitui no melhor espelho deste processo.

Do ponto de vista econômico, os portugueses se dedicaram de forma intensiva a extração das riquezas vegetais, notadamente o pau-brasil, encontrado em grande escala no litoral. Posteriormente foi iniciada a exploração de riquezas minerais, em especial, o ouro encontrado no território, que hoje integra o Estado de Minas Gerais em forma aluvional. Por fim, Portugal consolidou a ocupação e a exploração do território brasileiro, dedicando-se a estimular a

produção da cana-de-açúcar. É importante frisar que os produtos extraídos do Brasil eram destinados à exportação.

Esta análise parece desconsiderar que a cana de açúcar representou um papel significativo para a diversificação econômica, especialmente com o desenvolvimento de tecnologia para promover a sua transformação em produtos que possibilitam significativa acumulação de capitais. Esta exploração levou também ao desenvolvimento de novos processos de cultivo, que propiciam o aumento de produtividade na sua cultura, bem como ao aperfeiçoamento de processos tecnológicos.

Seguindo a linha de raciocínio dos formuladores das teorias mencionadas, o processo se repetiu ao longo do período imperial que teve vigência entre os anos de 1822 a 1889, muito embora o contexto internacional apresentasse outras características, como o processo de independência dos territórios coloniais da América, bem como, a imposição de restrições e posterior proibição ao tráfico de escravos, que acabou por impor a extinção, do trabalho escravo.

Não se pode negar que Rui Mauro Marini e seus colaboradores tenham desenvolvido importante contribuição teórica na análise do processo histórico de desenvolvimento econômico, político e cultural da América Latina. Mas este esforço teórico parece insuficiente para explicar o fenômeno do desenvolvimento da América Latina, na medida em que a consequência deste processo reflexivo fixou-se nos aspectos relacionados com a ocupação do continente pelos reinos de Espanha e de Portugal, que se centraram no processo denominado de Mercantilismo.

De outra parte, parece não reconhecer que este processo de independência política introduziu uma nova dinâmica econômica, bem como possibilitou o desenvolvimento de novos produtos. Observamos, ainda, que se forjou a introdução de novas concepções políticas para

o desenvolvimento econômico do Brasil e dos demais países latino-americanos.

Outra análise relacionada ao processo de globalização da economia, que teria se iniciado com a crise do paradigma fordista, que foi descrita por David Harvey, em seu estudo intitulado “Condição Pós-Moderna”, possuía o objetivo de dividir o ônus da crise, que se instituiu nos países periféricos do sistema capitalista. A construção deste processo de globalização parece ter como orientação relançar as bases para desenvolver a exploração do trabalho humano. Este mecanismo configura-se no processo de transferência de plantas industriais existentes nos países centrais, para os países periféricos, onde o capitalismo encontra condições efetivas de ampliar a extração de mais valia e de potencializar as formas de acumulação de capitais.

Neste processo de formação do MERCOSUL, podem ser observados movimentos, originados em diversos interesses internos e externos, que possuem o objetivo de inviabilizar a sua consolidação como bloco autônomo aos interesses das maiores economias mundiais, como demonstram dois processos:

O primeiro seria a proposição norte-americana de constituir, a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. Um segundo movimento realizado, para inviabilizar a construção do processo autônomo de integração, foi a adoção de políticas econômicas, fiscais e monetárias, em desacordo com os fundamentos que possibilitaram a constituição do bloco.

Exemplificam tais políticas a desenvolvida por Carlos Saul Menem, na República Argentina, com o propósito de estabelecer o que chamou de “relação carnal” com os EUA. No Brasil, o governo FHC, determinou a imposição de importantes restrições alfandegárias, seguidas de políticas cambiais, voltadas para valorizar o Real, ancora

da política de estabilização econômico-financeira, que permitiu sua eleição à presidência do Brasil, no ano de 1994.

Os efeitos da decisão de estabelecer a valorização do Real se fizeram sentir no ano de 1999, quando esta política foi impactada por uma série de eventos que provocaram a desvalorização de diversas moedas, dentre elas o Real, o que inviabilizou a continuidade de sua política cambial.

De outra forma, este processo de crise fortaleceu os argumentos utilizados para justificar e promover o processo de privatização de empresas controladas pelo Estado, bem como a de se estabelecer à concessão para exploração e manutenção de serviços públicos por entes privados.

Por fim iniciou ainda, no ano de 1998 a nova configuração do Estado Brasileiro, quando criou o Ministério da Administração e Reforma do Estado, sob o argumento de conferir maior eficiência e agilidade, bem como reduzir os gastos públicos.

As conseqüências decorrentes da efetivação das políticas de conteúdo liberalizante se fizeram sentir, de maneira dramática, na economia argentina e brasileira, que passaram a conviver com forte crise econômica. Os diversos efeitos da crise se manifestaram fortemente no contexto político interno de cada país.

No Brasil, o governo de Fernando Henrique Cardoso experimentou forte crise que de alguma forma diminuiu o apoio que a população lhe creditava. Na Argentina, a reação do movimento social, inconformado com a forte crise econômica provocada por políticas que promoveram a sua desindustrialização, levou a queda do governo de Carlos Menem, bem como de seu sucessor, Fernando De La Rúa, em um processo que se caracterizou como uma profunda crise política e institucional.

Outro analista das relações econômicas e internacionais dos países da América Latina, em especial, do Brasil, professor Paulo Nogueira Batista Jr., em obra publicada pela Boitempo Editorial, desenvolveu análise de conteúdo crítico ao processo de internacionalização da economia, impingido ao Brasil, no correr da década de 1990. Sua consideração crítica inicia-se na introdução da obra, quando com algum grau de ironia afirma que “sempre existira, é claro, uma minoria conectada com os circuitos internacionais do dinheiro e do poder, que será fortemente homenageada e remunerada por sua contribuição à inserção subordinada do Brasil no mundo”.<sup>31</sup>

Baseando-se na defesa das políticas de caráter nacional desenvolvimentista, o autor criticou de forma rigorosa o que considerou como a implementação integral de política de consenso forjada pelos formuladores das políticas econômicas internacionais, por meio de suas agências de fomento, como Banco Mundial, FMI, dentre outros.

Neste sentido, Batista Jr., dirige sua reflexão para desenvolver a crítica aos resultados alcançados com a aplicação destas políticas que orientaram a ação de governos neoliberais, como o de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan dos EUA. Em sua análise, a estratégia da liberalização defendida pelos dois governos, foi assumida de forma dogmática, o que permitiu a “... abertura comercial e financeira, a desregulamentação e a diminuição do papel do Estado na economia”<sup>32</sup>.

A formulação desta agenda construída pelos países dominantes no sistema internacional, ao juízo do autor não foi seguida, integralmente, pois se destinava a monitorar os países que integravam os fóruns internacionais. A conseqüência deste processo foi à

---

<sup>31</sup> BATISTA Jr. Paulo Nogueira. 2000, p. 19.

<sup>32</sup> BATISTA Jr. Paulo Nogueira. 2000, p. 20.

intervenção dos países centrais do capitalismo, notadamente os EUA e a Inglaterra, sobre a economia, a autonomia e a soberania, para a elaboração de políticas que se adequassem aos interesses destes países e que respeitassem sua história.

Ao aprofundar sua análise sobre as concepções teóricas relativas à questão da dependência, o autor desenvolve sua análise sobre este tema, com enfoque em dois pontos: o primeiro – a questão da dependência, - o segundo – a questão da globalização. Sua elaboração em torno destas questões tem referência na obra teórica desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso, em conjunto com o sociólogo Enzo Falleto.

O trabalho desenvolvido pelo professor Paulo Nogueira Batista Jr., se revela crítico às vezes mordaz, outras vezes irônico, das concepções teóricas dos formuladores da Teoria da Dependência. Referenciado por texto da lavra de Enzo Falleto, Paulo Nogueira escreveu “trata-se não de teoria, mas sim de um conjunto de observações sobre as economias e sociedades latino-americanas e suas relações internacionais em determinado período histórico”.<sup>33</sup>

Já sobre a questão da globalização, o autor a considera como um mito que foi revelado pela análise detalhada, desenvolvida em torno de dados macro-econômicos. Paulo Nogueira afirma que “a expansão internacional das atividades econômicas, nos últimos 20 ou 30 anos, não tem a abrangência, a novidade e nem a irreversibilidade que geralmente lhes são atribuídos”.<sup>34</sup>

Em análise desenvolvida sobre o trabalho acadêmico de Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo José de Souza Martins, considerou a existência de continuidade na carreira de Fernando Henrique Cardoso vinculado à política como intelectual e professor da

---

<sup>33</sup> BATISTA Jr. Paulo Nogueira. 2000, página 77.

<sup>34</sup> BATISTA Jr. Paulo Nogueira. 2000, página 75

USP. Fernando Henrique desenvolveu considerações sobre o tema, tal como reproduzido no texto já mencionado “a percepção de que o Imperialismo, para usar o jargão da época, sofrera transformações, como sistema de dominação econômica e política e abria espaços para a parceria subalterna”.<sup>35</sup>

Em sua interlocução com o trabalho acadêmico do professor José de Souza Martins, Paulo Nogueira Batista Jr., reproduziu outra reflexão de seu interlocutor. O texto menciona que “o Imperialismo oferecia a países como o Brasil a alternativa de tornarem-se sócios menores do desenvolvimento capitalista”. Ao analisar esta afirmação, Paulo Nogueira Batista Jr. atribuiu a José de Souza Martins ‘a condição de ter sido um dos primeiros cientistas sociais a perceber a mudança que estava ocorrendo’<sup>36</sup>.

Estas reflexões intelectuais de Fernando Henrique Cardoso, analisadas e criticadas por Paulo Nogueira Batista Jr. e por José de Souza Martins, deixa aberta a possibilidade para perceber que as ações e atos do governo de Fernando Henrique Cardoso se orientavam por premissa teórica vinculada à dependência. Para o ex-presidente a autonomia estatal seria desnecessária em regiões que se estruturaram a partir do processo de dominação colonial e nesta condição organizaram o funcionamento de suas sociedades.

É interessante notar que a perspectiva política que orienta a reflexão intelectual do professor Paulo Nogueira Batista Júnior, o nacionalismo, notadamente o que foi implantado no período governamental de Getúlio Vargas, ficou marcado por ambigüidades importantes. Embora tenha tomado iniciativas no sentido de fortalecer o Estado Nacional, como a decisão de nacionalizar a companhia de capital inglês Itabira Yron Company, que possuía a concessão de

---

<sup>35</sup> BATISTA Jr. Paulo Nogueira. 2000, pagina 75.

<sup>36</sup> BATISTA Jr. Paulo Nogueira. 2000, pagina 75.

exploração do minério de ferro no leste de Minas Gerais, transformando-a na Companhia Vale do Rio Doce, sobre controle estatal e de ter iniciado a implantação da Petrobras, empresa estatal que teria e ainda mantém, a responsabilidade de prospectar, refinar e comercializar o petróleo em território brasileiro, também assinou protocolo com o governo dos EUA, comprometendo-se a extinguir ramais ferroviários, considerados deficitários.

A consequência deste ato foi à modificação da matriz de transporte, que deixou de priorizar a ferrovia, para estimular o transporte por meio de rodovias, encarecendo os produtos originários de regiões mais distantes que se destinavam a abastecer os principais centros consumidores do Brasil, bem como aqueles que se destinavam à exportação.

O mais grave é que a decisão do governo Vargas produziu consequências para o governo de seu sucessor, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que apoiado pela coligação PSD – PTB deu continuidade a política estimulada pelo governo Vargas e trabalhou para a implantação de indústrias produtoras de veículos automotores, especialmente a de capital norte-americano.

Percebe-se que este protocolo resultou na criação de importante mercado consumidor de produtos da indústria automobilística de capital norte-americano. Alargando o mercado para a indústria norte-americana, foi implantado importante pólo de produção de autopeças, suprimento necessário para assegurar a manutenção e a conservação da frota de veículos automotores que cresceu no Brasil. Podemos inferir que a perspectiva do nacionalismo possui limites conceituais para se constituir em explicação consistente para a inserção internacional do Brasil.

Em outra perspectiva, o diplomata e professor do Instituto Rio Branco, Gelson Fonseca Júnior, desenvolveu sua reflexão sobre as

relações internacionais do Brasil pautando-se pelos conceitos de legitimidade, ética e poder. Em sua obra, o autor referenciando-se na escola inglesa de Relações Internacionais, analisou as concepções sobre o sistema internacional referenciado em duas perspectivas fundamentais desta escola – a descritiva e a normativa. Tais perspectivas levam, segundo o autor, a “indagar sobre a possibilidade da ordem entre estados, a natureza do poder e da autoridade, o papel das normas e das instituições, as causas da guerra e a importância da desigualdade”.<sup>37</sup>

Para o autor as referências metodológicas desta escola se estruturam em torno da reflexão dos clássicos, em especial Hobbes, Grotius e Kant, bem como na análise histórica. O autor aponta duas razões para justificar sua reflexão com base nos pressupostos da Escola Inglesa: “a primeira por oferecer o melhor caminho para compreender o que seriam as dinâmicas fundamentais do sistema internacional, exatamente pela abrangência das indagações e a consistência de sua base metodológica que permite justamente apreender a complexidade de um sistema que é em essência contraditório, assumindo, às vezes, no mesmo movimento, conflito e cooperação”.<sup>38</sup> A segunda razão relaciona-se com “os momentos de transição como o movimento em que vivemos, com o fim do mundo bipolar da Guerra Fria, são as questões gerais que afloram naturalmente: a resposta ao ‘para onde vamos’, se para um mundo de mais paz ou não, de mais desigualdade ou não, depende das idéias que tenhamos sobre o que é o ‘sistema internacional’”

Nesta obra o autor desenvolveu análise das políticas internacionais desenvolvidas no governo Jânio Quadros, mantidas pelo presidente João Goulart, quando assumiu o governo após a

---

<sup>37</sup> FONSECA Jr. Gelson. 2004, p 28.

<sup>38</sup> FONSECA Jr. Gelson, 2004, p 28.

renúncia de Jânio Quadros. Denominada de Política Externa Independente, (PEA) o autor, mencionou pronunciamento do chanceler San Tiago Dantas, em audiência na Câmara dos Deputados, quando explicitou que a política exterior do governo João Goulart, baseada no princípio da “convivência pacífica, tendo como seu instrumento primordial a negociação, não era inovação do governo de João Goulart”.<sup>39</sup>.

No desenvolvimento de suas reflexões, o autor comentou a política externa empreendida pelo governo militar presidido pelo general Ernesto Geisel, denominada de pragmatismo responsável. As bases desta política externa foram alinhavadas pelo governo em mensagem enviada ao Congresso Nacional, na abertura dos trabalhos legislativos do ano de 1974 – “A política externa do Brasil, coerente com as tradições do país e animada pelo espírito que preside as realizações, no plano interno, dos governos da Revolução, guia-se pelos magnos objetivos nacionais do Desenvolvimento e da Segurança.”

Estes dois fragmentos extraídos da obra do diplomata e professor Gelson Fonseca Jr., sinalizam para pontos existentes na condução da política externa adotada pelo Brasil. O primeiro contido em pronunciamento do então Chanceler San Tiago Dantas, que desenvolveu a posição da chancelaria brasileira sobre a “Política Externa Independente”, reproduzindo artigo escrito pelo então presidente Jânio Quadros e publicado pela revista *Foreign Affairs*, em que afirmou; “abandonamos a diplomacia inócua e subsidiária de uma nação ungida de interesses dignos mas estrangeiros”.<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> FONSECA Jr. Gelson, 2004, P 293.

<sup>40</sup> FONSECA, Jr. Gelson. 2004, P.294.

A segunda política, denominada de “Pragmatismo Responsável”, iniciada durante a vigência do período dominado pelo governo militar, quando foram adotadas posturas, que consolidaram a política externa, adotada, fundamentada na inovação necessariamente discreta e limitada, para não estimular a revelação de rupturas explícitas, com alianças que então existiam.

Nesta ação política dos militares, é importante ressaltar que o Brasil foi o primeiro Estado nacional a reconhecer a independência de Angola, Moçambique, Guiné Bissal e Cabo Verde, então colônias portuguesas no continente africano. Este reconhecimento diplomático parece ser o corolário das formulações políticas da diplomacia, voltadas para consolidar a nova política.

É interessante observar que a mudança na política externa brasileira, iniciada no governo de Jânio Quadros e conduzida pelo Chanceler San Tiago Dantas, permitiu ao Brasil ampliar sua inserção internacional, o que significou o desenvolvimento de novo processo político para possibilitar o crescimento econômico e diplomático do Brasil. É interessante, também, constatar que este período estabeleceu bases sobre as quais, os governos subseqüentes procuraram, ainda que com ênfases diferenciadas, mantê-las, provavelmente, reconhecendo os seus méritos.

Outra análise desenvolvida pelo autor, se concentrou nos termos do Tratado de Assunção, que se constitui no ato de fundação do MERCOSUL, firmado em 26 de março de 1991 e que possui como mais importante objetivo: “a integração dos quatro Estados-Parte por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e de harmonização de legislação nas áreas pertinentes.” ...

O autor observa que o referido Tratado foi firmado em um contexto denominado de globalização econômica, em que se constata o predomínio político dos EUA, então sob governo de George Bush do Partido Republica e da Inglaterra, então sob o governo de Margareth Thatcher do Partido Conservador que defendiam posições identificadas como neoliberal que muitos de seus críticos caracterizam como política de Estado Mínimo.

## **A QUESTÃO DA DEPENDÊNCIA ANOS DEPOIS**

Nos dias 15 e 16 de junho de 1997, pesquisadores e professores vinculados a FGV-SP, a USP e a PUC-SP, coordenaram seminário organizado para discutir a questão da dependência. Com o título “Teoria da Dependência: 30 Anos Depois”, contou com contribuições de Enzo Faletto, Theotônio dos Santos, Sebastião C. Velasco e Cruz, Paul Singer, José Márcio Rego e Lídia Goldenstein. O evento se constituiu em um balanço crítico da teoria que orientou a ação de diferentes correntes políticas, da América Latina.

O seminário apontou novos problemas para a discussão do tema. Com enfoques diferentes, os participantes fizeram um balanço crítico da denominada “Teoria da Dependência”. Dentre as contribuições, três apresentam questões que merecem ser destacadas.

A primeira delas foi apresentada pelo professor Paul Singer contendo importantes elementos para a compreensão da questão denominada de dependência. Em seu texto, o autor aponta três questões que propõem maior abrangência sobre a questão. Em sua análise, o problema da dependência, ultrapassaria as questões econômicas, alcançando também a dimensão política e cultural dos estados latino-americanos.

A segunda contribuição foi apresentada pela professora Lídia Goldenstein. Em sua reflexão, a autora argumenta que pontos fundamentais contidos na política econômica, que foi introduzida no Brasil, com o Plano Real, que vigoraram a partir de junho de 1994, quando Fernando Henrique Cardoso, encontrava-se na condição de Ministro da Fazenda.

A terceira contribuição foi apresentada pelo professor Theotônio dos Santos que procurou fazer balanço sobre a teoria da dependência, na perspectiva marxista de Rui Mauro Marini. Seu texto

se concentrou em reafirmar o caráter dependente do desenvolvimento da América Latina.

Em sua contribuição, o professor Singer chamou a atenção para o fato de que a dependência se constitui em processo intrínseco a todas as sociedades e nações. O autor assim desenvolveu o seu raciocínio: “situações de dependência sempre haverá enquanto nações desiguais em desenvolvimento, tamanho, força, etc, se mantiverem em estreito relacionamento mútuo. Mas estas situações diferem entre si e é isso o que importa”<sup>41</sup>

Paul Singer considera que a temática, centra-se na questão da dependência econômica da América Latina, em relação aos chamados centros dinâmicos do capitalismo. Acrescenta, ainda, que o principal mérito do trabalho objeto de análise, “foi o de apontar para situações distintas de dependência, mostrando que em cada uma, verifica-se correlação específica de força entre as classes sociais, tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos.”<sup>42</sup>

Esta análise nos permite inferir que mesmo países que são considerados centrais no capitalismo, possuem algum grau de dependência, relacionado com a necessidade de suprir carências. Assim demandam matérias-primas de que não dispõem para desenvolver sua produção econômica. Necessitam ainda da existência de mercados consumidores, capazes de absorverem sua produção.

Em sua reflexão, Singer identificou pelo menos três processos de dependência. O primeiro foi denominado de “dependência consentida”, teria perdurado entre o início do processo de independência dos países latino-americanos e perdurado até a deflagração da Primeira Guerra Mundial. Este processo foi liderado

---

<sup>41</sup> SINGER, 1997, p 70.

<sup>42</sup> SINGER, 1997, p 70.

pela elite integrada por proprietários de terras, de minas e de gado. Este processo era percebido como a porta de entrada dos países recém independentes, no circuito da economia mundial.

Para o autor, “esta situação de dependência consentida era: “caracterizada pela ausência de qualquer dinâmica interna capaz de impulsionar o desenvolvimento (...) na medida em que a maioria de sua população, bem como do seu território, estavam imersos em economia de subsistência.”<sup>43</sup> Na compreensão de Singer, esta situação ocorria em decorrência da inexistência de condições para assegurar a comercialização da quantidade de produtos gerados em seu território, que demandaria “ferrovias, hidrovias e facilidades para a navegação de cabotagem (...) Para isso, era imprescindível importar equipamentos, “know How” e componentes “<sup>44</sup>.

Por fim, o autor identificou que “a implantação destes serviços públicos só era financeiramente viável onde a produção para o mercado externo proporcionava excedente monetário.”<sup>45</sup> Esta identificação de Singer, encontrava sustentação política no momento histórico vivido pelo país, que levou a elite brasileira de então a compreender e aceitar o processo de dependência em que o Brasil foi inserido.

O segundo processo de dependência identificado por Singer, iniciou-se com a deflagração da Primeira Guerra Mundial e perdurou até o ano de 1980, quando houve nova inflexão decorrente da ascensão política do Partido Republicano e do Partido Conservador, ao governo dos EUA e da Inglaterra, respectivamente.

Este processo identificado como “dependência tolerada”, foi caracterizado como a “desglobalização”, que “atingiu gravemente a dependência consentida ao contrair o mercado para os produtos

---

<sup>43</sup> SINGER, 1997, p 71.

<sup>44</sup> SINGER, 1997, p.71

<sup>45</sup> SINGER, 1997, p 71.

exportados pelos países menos desenvolvidos.”<sup>46</sup> Diante desta análise, o autor inferiu que os países da América Latina “foram praticamente coagidos a seguir o exemplo de países industrializados, lançando-se também à substituição de importações.”<sup>47</sup>

Como uma possível decorrência deste processo, foram provocadas rupturas políticas em países da América Latina, na medida em que a “desglobalização”, se constituiu em importante oportunidade para a mudança dos rumos econômicos e políticos de seus países. Assim, Singer sustenta que este processo, sofreu novo impacto com o fim da Segunda Guerra Mundial, na medida em que passou a ser observada a reabilitação política dos setores agrário-exportadores.

Com sua influência e a concepção liberal de seu ideário, este setor procurou inserir a economia de seus Estados Nacionais, no contexto internacional, submetendo-se a duas condições básicas: a primeira, de fornecedores de matérias-primas e a segunda, de consumidores de produtos industrializados.

O terceiro momento identificado pelo trabalho de Singer, foi à transição da “dependência tolerada à desejada, que se caracteriza como um retorno à dependência consentida, mas com alterações nada desprezíveis”.<sup>48</sup> O autor considera que o que ele denominou de dependência desejada, “não se limita a um conjunto de países e alcança um grau de mudança, que carece de análise mais profunda, na medida da “globalização do capital”, responsável pela transformação da classe dominante<sup>49</sup>.

Podemos perceber que a análise de Singer, se constitui em importante referência para compreender a ascensão ao poder de

---

<sup>46</sup> SINGER, 1997 p. 72.

<sup>47</sup> SINGER, 1997 p. 72.

<sup>48</sup> SINGER, 1997 p. 77.

<sup>49</sup> SINGER, 1997 p. 79

projetos políticos voltados para a diminuição do papel do Estado, bem como a retomada do processo de acumulação em bases que configuram a retomada do processo denominado de “dependência consentida”.

Outro ponto importante de sua reflexão é a identificação dos grupos sociais mais atingidos, que traduzem este processo de reestruturação industrial, como aquele “que elimina milhões de postos de trabalho e desferem reiterados ataques aos direitos que vigiam com a política do bem estar social. Estes ataques justificados pela necessidade de equilibrar o orçamento público e reduzir a carga fiscal.”<sup>50</sup>

O professor Singer encerra sua análise, trazendo ao debate a discussão por ele considerada um dilema: a necessidade que os Estados Nacionais possuem para desenvolver o exercício da soberania, independente do formato – Estados Unitários, União Aduaneira, Comunidade de Países – para que este processo de dependência não promova a corrosão da democracia.

A contribuição da professora Lídia Goldenstein, procura recuperar o debate político ocorrido entre dirigentes políticos orientados pelo marxismo, notadamente, Lênin, Rosa Luxemburgo e Hilferding, sobre o imperialismo. Goldenstein afirma que “tornou-se predominante a visão de que o imperialismo tentava impedir o desenvolvimento industrial”<sup>51</sup>

O problema representado pela postura do Imperialismo, traria implicações para a orientação política desenvolvida por organizações dirigentes política dos interesses dos trabalhadores, com o sentido de propor e realizar alianças com as entidades dirigentes da burguesia nacional. Tal procedimento era aconselhado no sentido de afirmar que

---

<sup>50</sup> SINGER, 1997 p 79.

<sup>51</sup> GOLDENSTEIN, Lídia. 1997, p.105.

o inimigo a ser derrotado pelos trabalhadores nas regiões periféricas, era o imperialismo e não a burguesia nacional.

No desenvolvimento de sua argumentação Lúcia Goldenstein, recupera o debate existente na América Latina, especialmente o que foi desenvolvido por Raul Prebisch. Este debate conhecido como “Teoria do Subdesenvolvimento”, atribui o atraso e as debilidades da América Latina, a divisão internacional do trabalho, que nesta formulação possuía o propósito de inibir o desenvolvimento da produção industrial nos países que eram denominados de periféricos.

A principal contribuição da CEPAL, para este debate, concentrou-se na introdução de dois conceitos: centro e periferia, cujas definições eram referenciadas nas noções de desenvolvimento, associado ao progresso técnico. Nesta concepção, o centro era integrado por economias onde ocorreu a penetração e a difusão de técnicas de produção capitalista de forma homogênea em todos os setores produtivos. A periferia, seria identificada pela utilização de técnicas precárias e, em algumas áreas, rudimentares.

Continuando seu diálogo com a obra de Prebich, Goldenstein identifica a permanência do processo descrito, em razão de seu fraco dinamismo para estabelecer relações comerciais entre periferia e centro. Neste sentido, a autora atribui a Raul Prebisch o desenvolvimento do conceito denominado de “deterioração dos termos de troca”. Por meio desta nova forma, procurava-se provar que “os mercados oligopolizados dos países centrais em conjunto com a estrutura existente do mercado de trabalho e com o movimento sindical organizado, buscavam impedir que ganhos de produtividade, especialmente aqueles obtidos com a introdução de inovações tecnológicas, pudessem ser repassados para os preços dos produtos.”<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> GOLDENSTEIN, 1997, p. 107.

Para Goldenstein, em que pese às dificuldades das economias periféricas, especialmente sua dificuldade em absorver progresso técnico, que poderiam promover graves conseqüências sobre a sua produtividade, os trabalhos da CEPAL, eram otimistas, na medida em que consideravam que a política deliberada e correta de industrialização, poderia permitir condições para a periferia “captar uma parte do fruto do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida das massas”.<sup>53</sup>

A professora Goldenstein considerava que estes elementos teóricos desenvolvidos no âmbito da CEPAL configuram proposições transformadoras da estrutura produtiva dos países periféricos, conteúdos muito claros: “uma política de industrialização deveria ser implementada pelo Estado juntamente com a burguesia industrial contra os setores aliados dos países centrais, os exportadores tradicionais e os latifundiários, no que teriam apoio dos trabalhadores.”<sup>54</sup>

A professora Lídia Goldenstein, em sua leitura sobre os fundamentos teóricos da CEPAL, parece identificar que os Estados Nacionais, deveriam exercer papel relevante, na indução do processo para o desenvolvimento da produção, bem como a acumulação de capitais. Este processo que não se completou, acabou abruptamente interrompido com a ascensão do Partido Republicano ao poder nos EUA e do Partido Conservador na Inglaterra, respectivamente.

Em Post Scriptum ao seu texto, a autora desenvolveu considerações sobre o caminho teórico percorrido, no qual identifica a correção de sua opção ao afirmar que “os processo internacionais tem uma autonomia no seu impacto sobre as regiões periféricas maior do

---

<sup>53</sup> GOLDENSTEIN, 1997, p. 108.

<sup>54</sup> GOLDENSTEIN, 1997, p. 108.

que supúnhamos. Assim como as periferias tem menos autonomia em suas decisões do que supúnhamos.”<sup>55</sup>

No desenvolvimento de seu texto a autora estabelece a associação entre os conceitos de dependência e de globalização, que em seu entendimento elimina a possibilidade, do isolamento político e econômico de qualquer país do mundo, bem como os impede de criar barreiras para promover o seu desenvolvimento autônomo. Para a autora, a globalização inova, na medida “em que acelera a revolução tecnológica, que torna instantânea e rápida os meios de comunicação o que estimula o forte desenvolvimento do sistema financeiro internacional e a volatilidade dos fluxos financeiros”.<sup>56</sup>

A ascensão de pressupostos políticos e econômicos, denominados de neoliberais, provocou forte crise do modelo nacional-desenvolvimentista, o que forçou a mudança de paradigma, impondo a abertura da economia. Este processo provocou a ruptura da “aliança inflacionaria na qual, setores empresariais, em conjunto com os setores mais organizados dos trabalhadores, protegiam-se da inflação de custos da aceleração inflacionária.”<sup>57</sup>

Em sua compreensão, Goldenstein afirma que este processo significou uma forte guinada no processo de decisões para aplicação de novos investimentos, permitindo-nos entender que se constituiu em movimento econômico de conteúdo reacionário, na medida em que, de certa forma, retomou o arranjo econômico no qual se acentaram as bases para a divisão internacional do trabalho.

O trabalho do professor Theotônio dos Santos, se dividiu em quatro segmentos. No primeiro seguimento do texto, intitulado “Antecedentes Históricos: O Surgimento das Teorias do Desenvolvimento” o autor tem como ponto de partida o final da

---

<sup>55</sup> GOLDENSTEIN, 1997, p. 131.

<sup>56</sup> GOLDENSTEIN, 1997, p. 131.

<sup>57</sup> GOLDENSTEIN, 1997, p. 132.

segunda guerra mundial e o novo cenário geopolítico que esta guerra deu origem, no qual saem fortalecidos os EUA e a Inglaterra.

Sua análise sobre a situação da URSS, após a guerra, era a de que enfrentaria sérias crises na medida em que teria que contar com apoio e colaboração de regimes políticos ideologicamente aliados, para ocupar a vasta zona por ela ocupada. Para além desta dificuldade, a URSS enfrentava ainda o processo da Guerra Fria, liderada pelos EUA, para conter eventual expansão da influencia soviética no mundo.

Outro foco de análise do autor é representado pelo fortalecimento de duas nações com significativa população: a China e a Índia. De outra forma, reforçavam a situação geopolítica do continente asiático, os estados islâmicos do Paquistão e de Bangladesch. Também tece breves comentários sobre o Egito e sua posição estratégica entre o Mediterrâneo e o Golfo Pérsico. Por fim ressalta que os movimentos de libertação nacional, modificam o cenário político da Ásia e da África.

Desenvolve, ainda, um conjunto de breves comentários sobre as aspirações da América Latina, que mesmo vivenciando o processo de autonomia desde o século XIX, possuía segundo sua análise, aspirações para alcançar sua independência econômica, em relação as grandes potências mundiais.

Finalizando a configuração deste processo, o autor menciona “A Conferência Afro-Asiática de Bandung, realizada em 1954, na Indonésia, para consagrar uma nova realidade política, econômica, cultural e civilizacional.”<sup>58</sup> Na análise que o autor desenvolve, configurava-se como inevitável, o aprofundamento das reflexões sobre a nova realidade política, impondo-se como uma necessidade

---

<sup>58</sup> SANTOS, Theotônio. 1998, P. 11

que as Ciências Sociais, passassem a se debruçar sobre o problema, que deu origem a Teoria da Dependência.

No segundo segmento de seu trabalho, o professor Teotônio dos Santos, dialoga com o trabalho dos economistas suecos Blomstrom e Bjorn Heffne, que antes os quatro pontos centrais de sua reflexão, identificam dois antecedentes para o enfoque da dependência: o primeiro é identificado com “a criação de tradição crítica ao eurocentrismo implícito na teoria do desenvolvimento”<sup>59</sup> O segundo antecedente identificado era o “debate latino-americano sobre o subdesenvolvimento, que tem como primeiro antecedente o debate entre o marxismo clássico e o neo-marxismo...”<sup>60</sup>

Como decorrência destes dois antecedentes, os autores fazem um resumo das idéias centrais sobre a Escola da Dependência, em quatro pontos:

**“I O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados;**

**II O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal;**

**III O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista;**

**IV A dependência, contudo, não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna.”**<sup>61</sup>

No terceiro segmento de seu texto, o autor aborda o debate que se realizou sobre a Dependência, em quatro perspectivas diferentes. A primeira foi identificada pelo artigo de Suzzane Bodenheimer, “Dependency and Imperialism”, onde a autora apresentou a Teoria da Dependência como uma escola portadora de pensamento renovado e novo paradigma para a ciência social.

---

<sup>59</sup> SANTOS, 1998 p. 17.

<sup>60</sup> SANTOS, 1998 p. 17.

<sup>61</sup> SANTOS, 1998 p. 18

A segunda contribuição tem origem no continente africano, onde sobressai o trabalho acadêmico de três cientistas das ciências humanas. O primeiro de Samir Amim e seu ciclo de discussões realizadas em Dakar. A segunda contribuição foi do argelino Abelatif Benachenou, que tomou a iniciativa de realizar o Congresso de Economistas do terceiro mundo, na cidade de Argel. Por último, o trabalho do tanzaniano Thomas Sentzes, que propôs caminho alternativo para o desenvolvimento, influenciado por formulações estruturalistas.

Já na América Latina, a contribuição teórica para a Dependência, tem maior projeção no Chile, com o governo da Unidade Popular, liderado por Salvador Allende. No Peru sobressaíram tendências revolucionárias presentes no governo militar dirigido pelo general Juan Velasco Alvarado.

No último segmento de seu texto, o autor analisa a Globalização e o Enfoque do Sistema Mundo, referenciando-se na obra de Immanuel Wallerstein, que desenvolveu a tradição de estudos econômicos iniciada por Fernand Braudel. O autor identifica que “uma das características importantes das análises do sistema mundial é a negação das interpretações do mundo contemporâneo baseados na bipolarização do pós-guerra, vista como uma relação entre dois sistemas econômicos de poder paralelo”<sup>62</sup>

A reflexão do professor Theotônio dos Santos, parece fundamentar-se em conceitos marxistas, que são criticados por considerarem apenas aspectos vinculados a questões de circulação do capital, reforçando as noções de centro e periferia.

---

<sup>62</sup> SANTOS, 1998 p. 35.

## CAPITULO II

### A DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA DE MINAS GERAIS E SEUS IMPACTOS EM BELO HORIZONTE

São muitas as lendas, as estórias e os casos que envolvem o território do estado de Minas Gerais. A caracterização histórica desta região ressalta aspectos peculiares de seu relevo acidentado e recortado por serras, de sua vegetação onde predomina o cerrado, que por longo período foi considerado terra improdutiva e por sua riqueza mineral, notadamente a existência de jazidas de ouro, diamantes, pedras preciosas e minério de ferro. Estes fatores forjaram o tipo peculiar de habitante da região, caracterizado pela lentidão, por postura enigmática e pelo estímulo a procedimentos misteriosos, quase sempre transformados em segredo.

Este processo gerou interpretações históricas diversas sobre a situação gerada pelo trabalho desenvolvido em torno da exploração aurífera e suas conseqüências para a economia de Minas Gerais. Dentre estas análises deve ser destacado o trabalho acadêmico da professora Laura de Melo e Souza.

Ao desenvolver sua pesquisa, a autora, concluiu que em realidade a província de Minas Gerais, ao longo do século XVIII, conviveu com o “falso fausto”, período em que havia intensa exploração das jazidas de ouro, o que estimulava o imaginário sobre a existência de uma riqueza infindável, mas que rapidamente se esgotou.

A proclamação da Independência política do Brasil em relação ao império português ensejou novamente a disputa pelo comando do processo político do novo Estado Nacional, que resultou na conflagração entre as duas principais correntes políticas que se formaram no território do Brasil: os liberais e os conservadores. Este confronto foi descrito e criticado pelo belo estudo do professor Ilmar

Rohloff de Matos. Para Minas Gerais este processo, significou a imposição de papel político e econômico subalterno, no contexto político do Brasil, após a consolidação da Independência brasileira e a formação de nosso Estado-Nacional.

Neste contexto, o domínio econômico e político exercido pelos setores conservadores de São Paulo e Rio de Janeiro, levaram ao enfraquecimento da produção econômica de Minas Gerais, que se concentrou na produção da cana-de-açúcar, localizada na zona da mata, e não estabeleceu política para a ocupação e a exploração das demais regiões do grande território da província. Ao analisar este processo o historiador norte-americano John Wirth formulou importante caracterização para o estado denominando-o de “Mosaico Mineiro”.

Proclamada a República, as elites políticas e econômicas de Minas Gerais desenvolveram iniciativas, em diversos campos com o objetivo de superar o enfraquecimento político e econômico de Minas Gerais. Neste sentido, destacam-se duas medidas: a primeira foi à mudança da capital do Estado, que então se localizava em Ouro Preto, para a cidade de Belo Horizonte, planejada dentro da concepção de modernidade, condições orientada para consolidar o capitalismo.

Belo Horizonte foi concebida com traçado geométrico, o que permite de certa forma, a definição do modelo de ocupação de seu espaço urbano. Desta maneira as atividades econômicas passaram a ter localização definida em regiões pré-determinadas. O objetivo parecia ser o de criar as condições necessárias para estabelecer, o funcionamento ordenado da cidade. Esta nova configuração possibilitava interpretar que a burocracia estadual, se fortaleceu e procurou influir no planejamento, no sentido de criar condições para esvaziar as pressões sócias, bem como, exercer papel predominante

no processo de articulação e integração das diferentes regiões de Minas Gerais.

Localizada na região cujo foco econômico era a exploração e o beneficiamento do minério de ferro, produto fundamental para os países industrializados, que demandavam grandes quantidades desta matéria-prima, fundamental para a produção do aço, que se constituiu em produto básico para o desenvolvimento, de uma imensa quantidade de produtos que resultam de sua transformação. O desenvolvimento desta cadeia produtiva se revelou como a chave para promover a efetiva industrialização do Estado, na medida em que o desenvolvimento de todo o complexo siderúrgico, possibilitaria a diversificação de sua produção industrial.

O corte neste processo se deu com a revolução de 1930, quando ao se tornar presidente do Brasil, Getúlio Vargas determinou a intervenção federal no governo dos estados. Como decorrência desta medida, Getúlio Vargas, designou, como interventor, para exercer o governo de Minas Gerais o Sr. Benedito Valadares, que não era reconhecido como representante dos interesses das elites políticas de Minas Gerais.

A insatisfação das elites políticas de Minas Gerais aumentou, quando Vargas decidiu instalar a planta siderúrgica, fundamental para o beneficiamento do minério de ferro extraído das minas localizadas em Itabira, na cidade de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro. Esta decisão frustrou a perspectiva existente em Minas Gerais, de se criar à cadeia produtiva do aço, na região de Belo Horizonte.

A nova Constituição federal, resultante da Assembléia Nacional Constituinte, promulgada em 1946, assegurou aos estados federados a retomada de sua autonomia administrativa, bem como a possibilidade de eleger o governador do Estado. Assim em 1947, foi empossado o novo governador eleito, o Sr. Milton Campos, advogado,

vinculado ao partido que agrupava os interesses conservadores a UDN. Milton Campos se preocupou em reorganizar as bases políticas de Minas Gerais e, coerente com suas concepções ideológicas, inspiradas pelo liberalismo, não se preocupou em retomar o papel indutor do desenvolvimento econômico, que o Estado exerceu no período anterior.

A retomada do planejamento com o objetivo de assegurar o desenvolvimento econômico de Minas Gerais, se deu em 1951, com a vitória eleitoral e a posse no governo de Minas Gerais, do médico, oficial da Polícia Militar estadual e destacado quadro político do PSD Juscelino Kubitschek, que retomou o papel indutor do Estado no processo de planejamento e desenvolvimento econômico.

Sua política foi referenciada em torno de um binômio: energia e transporte. Para executar e cumprir o que foi estipulado por este binômio, foram destinados investimentos estaduais para a construção de usinas geradoras de energia elétrica. O objetivo era o de produzir, gerar e transmitir energia elétrica, insumo básico para o desenvolvimento industrial e a construção de estradas, para superar as dificuldades de escoamento e comercialização da produção agropecuária mineira, realizada em suas diferentes regiões.

Fiel ao princípio de agregação de valor ao produto primário produzido em Minas Gerais, o governo de Juscelino Kubitschek, decidiu investir na implantação de frigoríficos, para abater e beneficiar a carne do gado criado em solo mineiro. Esta ação se materializou com a criação da FRIMISA (Frigoríficos de Minas Gerais), empresa estatal localizada no Município de Santa Luzia, localizado na fronteira nordeste do município de Belo Horizonte.

Outra ação importante foi a de estimular o investimento na industrialização do minério de ferro, que era extraído e beneficiado em cidades localizadas na região do quadrilátero ferrífero. Esta decisão

política resultou na instalação da Companhia Siderúrgica Manesmann, como consequência de acordos com o governo da Alemanha. A planta industrial desta siderúrgica se instalou no município de Belo Horizonte.

Esta empresa siderúrgica de capital alemão, especializada na produção de tubos metálicos, foi considerada o primeiro investimento significativo para o desenvolvimento industrial do Estado. Outra ação que visava atrair investimento industrial na siderurgia, foi à atração da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, de capital originário em Luxemburgo, que se constituiu na primeira grande indústria siderúrgica, voltada para a produção de aço não plano, que se instalou no município de João Monlevade, e, posteriormente, nas cidades de Sabará e Contagem. Estas duas cidades se localizam na região metropolitana de Belo Horizonte.

O processo de desenvolvimento econômico induzido pela ação do Estado, iniciado no governo de Juscelino Kubitschek e continuado no período do governo de José Francisco Bias Fortes (1955-1960), sofreu um revés político no ano de 1960, quando o candidato da União Democrática Nacional, José de Magalhães Pinto saiu-se vitorioso nas eleições daquele ano, para exercer o governo de Minas Gerais, derrotando o candidato da coligação PSD-PTB, Tancredo Neves.

Vinculado aos interesses dos grandes proprietários de terra, Magalhães Pinto, que era proprietário de importante banco sediado em MG, surpreendeu, na medida em que criou por meio de projeto de lei, o BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), voltado para estimular, por meio de financiamentos públicos o investimento privado, nos diferentes ramos econômicos em Minas Gerais.

O segundo passo surpreendente dado pelo governador foi o de determinar a continuidade das políticas de estímulos ao processo de

beneficiamento em solo mineiro, de suas riquezas minerais. Esta determinação ficou materializada, quando se viabilizou a implantação da Usina Siderúrgica Intendente Câmara, constituída como empresa de capital misto, caracterizando a associação do Estado de Minas Gerais com a empresa de capital japonês, Nippon Sthill, voltada para a produção de aços planos, no município de Ipatinga.

O desenvolvimento deste processo de desenvolvimento e diversificação econômica sofreu o segundo revés de caráter político com o movimento civil militar, deflagrado em 31 de março de 1964, engendrado pelos estamentos militares, com o apoio de expressivos setores das elites civis. Neste contexto, é importante ressaltar o papel cumprido pelo governador mineiro, que, sem dissimular, tomou iniciativas que efetivamente contribuíram para a deposição do presidente constitucionalmente eleito, João Goulart.

Esta articulação política significou a explicitação do posicionamento político eminentemente conservador, sem que houvesse o questionamento do valor da democracia para assegurar a representação dos interesses do capital nacional e do capital associado aos interesses multinacionais. Os representantes políticos destes setores consideravam importante atribuir novos conceitos sobre o tema do desenvolvimento econômico.

O Estado surgido após a consolidação do golpe civil militar, que destituiu o governo formalmente eleito se pautou pelo estreitamento dos vínculos entre os interesses políticos do capital (nacional e internacional) com a questão do respeito à ordem. Esta postura possuía, como principal objetivo, justificar a imposição de restrições ao exercício dos direitos civis e a repressão ao processo de organização sindical e autônoma dos trabalhadores, em sua luta por melhores condições de vida.

Ainda assim, o projeto idealizado, quando da realização do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial do Estado de Minas Gerais, realizado em 1903, pode ser revisto e de certa forma retomado, quando a população de Minas Gerais elegeu, o Sr. Israel Pinheiro, para exercer o mandato de governador, no ano de 1965. O mandatário mineiro eleito era vinculado ao PSD, partido que, formalmente, se opunha ao regime civil-militar de 1964. É importante ressaltar, que a perspectiva de retomada dos princípios e fundamentos do 1º Congresso Agrícola Comercial e Industrial de Minas Gerais, realizado em 1903. Esta perspectiva guardava relação com o vínculo familiar de Israel Pinheiro, filho do Sr. João Pinheiro, que exercera a presidência do Congresso e, posteriormente, o governo do Estado.<sup>63</sup>

O engenheiro Israel Pinheiro, se constituiu em destacado assessor do presidente Juscelino Kubitschek, durante o exercício de seu mandato presidencial. Ao ser empossado no governo de Minas Gerais, retomou os fundamentos que orientaram a ação de diversos governadores mineiros. Neste sentido, criou por lei estadual a Fundação João Pinheiro, instituição voltada à formação de quadros para o exercício de funções de planejamento e direção do Estado, bem como elaborar e propor projetos voltados a promover a aceleração do seu desenvolvimento econômico.

Assim, o governo de Israel Pinheiro determinou a elaboração de estudos visando o conhecimento e o aprimoramento da economia mineira. A execução da determinação governamental resultou na formulação do “Diagnóstico da Economia Mineira”. Este documento orientou a elaboração de políticas públicas direcionadas pelo Estado, que, orientaram a formulação do planejamento para o crescimento de

---

<sup>63</sup> João Pinheiro foi governador de MG, entre 1906 e 1908, quando faleceu no exercício do mandato.

Belo Horizonte, com a proposta de se criar órgão específico<sup>64</sup> para orientar o desenvolvimento metropolitano.

Outro projeto importante foi o PLANOROESTE, voltado para o desenvolvimento agrícola dentro do cerrado, bioma localizado no noroeste de Minas Gerais. Este projeto contou com financiamento de empresas de capital japonês, se realizou em grandes módulos de terra, diferenciando-se da política de ocupação de terras desenvolvidas em outras regiões do Estado. Este processo já denotava a execução de modelo econômico voltado para promover a integração do Brasil no contexto internacional, por meio de exportação de produtos primários.

O período administrativo de Israel Pinheiro ficou marcado, também, pelo confronto com o regime militar que tomou a iniciativa de editar o AI-2<sup>65</sup>, determinando a partir de sua publicação a eleição indireta dos governadores dos Estados. A eleição para o exercício do cargo de governador passaria a ser indireta e realizada na Assembléia Legislativa dos respectivos Estados. Assim em 1971, a ARENA elegeu para o governo de Minas Gerais, o Sr. Rondon Pacheco, que havia exercido o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil durante o governo do general Costa e Silva.

Em que pese sua submissão aos ditames do governo militar, o mandato de Rondon Pacheco, de certa forma resgatou princípios do projeto histórico das elites de Minas Gerais, na medida em que tomou várias medidas de estímulo a industrialização do Estado. Neste sentido sua principal ação foi à atração de investimentos, voltados para modernizar a economia mineira, o que resultou na assinatura de protocolo para a instalação da planta da indústria automobilística de

---

<sup>64</sup> A proposta foi materializada em 1974, com a criação do PLAMBEL.

<sup>65</sup> Ato Institucional nº 2, baixado em 1965, que determinou a extinção dos partidos políticos vigentes e criando o MDB e a ARENA.

capital italiano, FIAT Automóveis, no ano de 1973, visando sua implantação em Betim, região metropolitana de Belo Horizonte.

A indústria automobilística instalada deu início à produção de automóveis em 1976, quando exercia o cargo de governador o sr. Aureliano Chaves, que complementou, desta forma, o processo de agregação de valores ao minério de ferro extraído em solo mineiro. A instalação da fábrica da FIAT atraiu para o seu entorno uma série de novos investimentos, também de capital externo, para suprir suas necessidades de equipamentos complementares, como rodas, pneus e equipamentos diversos. Este processo fortaleceu ainda mais a região metropolitana de Belo Horizonte.

A economia de Minas Gerais mudou substancialmente com a produção automobilística em seu território, criando e desenvolvendo considerável pólo metal-mecânico, que gerou sucessivos investimentos, apoiados financeiramente pelo Estado, na implantação de novas plantas industriais, inclusive em outras áreas, como a eletrônica, bem como fortalecendo sua relação com outros países. Nota-se o crescimento constante na arrecadação de impostos, por parte do Estado.

Apoiando-se neste sensível crescimento econômico e contando com o apoio do General Ernesto Geisel, o governador Rondon Pacheco, criou a autarquia PLAMBEL, com atribuições para elaborar o “planejamento metropolitano, assessoria técnica à Assembléia Metropolitana, Pesquisa, Documentação, Estudo e Orientação Técnica aos municípios, geoprocessamento”. A autarquia criada concentrava poder e procurava exercê-lo sem interferência política.

Esta situação resultou no enfraquecimento das decisões políticas tomadas pelos prefeitos dos municípios localizados no entorno de Belo Horizonte, que ficaram sob a influência e, de certa forma, tutela do governo estadual. O planejamento técnico desenvolvido e

implementado pela autarquia, ao que parece, guardava relação com os pressupostos políticos de gestão pública, encaminhados pelo regime autoritário que vigia no país. A autarquia estadual PLAMBEL, cumpriu o papel de estabelecer a ocupação do solo e de direcionar a localização de atividades econômicas, compatíveis com as necessidades econômicas do Estado.

Nova intervenção significativa sobre a região de Belo Horizonte, ocorreu no período em que Tancredo Neves, exerceu governo. Eleito em 1982 e empossado em março de 1983, o governador desde o início de seu mandato, envolveu-se com as articulações políticas para a retomada do processo eleitoral para determinar o projeto político a governar o país.

Antes de renunciar ao mandato de governador, para disputar a presidência da República no Colégio Eleitoral, o governador Tancredo Neves empenhou-se para inaugurar o novo complexo aeroportuário, localizado no município de Confins, região metropolitana de Belo Horizonte. O projeto inicial previa a instalação de novo complexo industrial, com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial da Região Metropolitana, bem como, desenvolver relações comerciais com o exterior.

Já na condição de governador Hélio Garcia, exerceu o mandato em situação econômica adversa, em razão da crise que afetou seriamente a economia brasileira. Ainda assim tomou a iniciativa de criar a FAPEMIG, Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais, para financiar o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e científicas, bem como, para criar condições à permanência no Estado, dos cientistas que são formados em seus centros acadêmicos. A criação desta fundação contribuiu para fortalecer Belo Horizonte, como cidade com vocação para promover o desenvolvimento científico em razão da interação estabelecida com a comunidade

acadêmica vinculada as universidades e instituições de pesquisa existentes na cidade.

A candidatura de Tancredo Neves à presidência da República, levou os representantes dos setores políticos liberais e conservadores de Minas Gerais a considerar que a eleição de um legítimo herdeiro político das elites dirigentes do Estado, era importante. Acreditava-se que, com a eleição de um seu representante, estariam abertas as portas para a retomada, das condições necessárias a diversificação de suas bases econômicas, articuladas com o novo ciclo de desenvolvimento do capitalismo.

Acreditava-se na retomada de investimentos para o desenvolvimento econômico, notadamente de setores mais dinâmicos da economia como a indústria micro-eletrônica. Esta esperança se frustrou com a com a doença que acometeu o Sr. Tancredo Neves, antes de tomar posse no cargo de presidente do Brasil.

Diante destas circunstâncias o então vice-presidente eleito pelo Colégio Eleitoral foi empossado, como presidente da República, José Sarney, que sempre se vinculou aos interesses conservadores de seu estado natal, o Maranhão, se viu obrigado a dar seqüência ao programa de governo elaborado por Tancredo Neves.

Referenciado no histórico de aproximações do Brasil, com países de diferentes orientações ideológicas, o governo Sarney manteve as linhas gerais desta política. Neste sentido e já sobre a influência da concepção neoliberal, desenvolveu ações no âmbito da América do Sul, visando à construção de agenda política que contribuísse para superar as dificuldades e desconfianças que eram a marca na relação política entre os países que fazem parte do subcontinente, em especial, a Argentina.

Esta aproximação resultou na assinatura, em conjunto com o país platino, da Declaração do Iguazu<sup>66</sup>, passo diplomático inicial para constituir a União Aduaneira, entre os dois Estados-Nacionais. Um dos objetivos econômicos para a constituição deste processo era diminuir os custos de comercialização dos produtos entre os dois países, por meio da criação da TEC – Tarifa Externa Comum..

Neste contexto internacional, o governo de Minas Gerais, atento ao processo de integração iniciado com a assinatura da Declaração de Iguazu, e de acordo com o acelerado processo de industrialização da sua produção econômica, bem como por medidas tomadas que objetivavam ampliar o acesso a novos mercados para o escoamento de seus produtos, iniciou o desenvolvimento de sua ação político-institucional. Neste sentido, desenvolveu diversos mecanismos que criou possibilidades para esta aproximação com os países, potencialmente consumidores de seus produtos e localizados nos diferentes continentes.

Destacam-se, dentro dos limites constitucionais existentes, os acordos firmados com unidades subnacionais da Argentina, do Japão, da China, da Coreia e da Austrália, por meio dos quais estabeleceu pacto com unidades administrativas destes países, para tornar-se província irmã de áreas determinadas, com os quais mantém relações econômicas. O princípio destes acordos mútuos era o de tornar menos oneroso o processo de internacionalização de sua economia. Esta política, já de cunho histórico, possuía o objetivo de promover a formalização de acordos de mútuo interesse, que pudessem resultar na atração de novos investimentos.

O objetivo destes pactos era a retomada das condições para novo ciclo de inversão de capitais destinados a implantação de novas

---

<sup>66</sup> Declaração de Iguazu, firmada em 29/11/1985, pelos presidentes José Sarney e Raul Alfonsín. In: [www.brasil.gov.br/mre](http://www.brasil.gov.br/mre).

plantas industriais, tal como já havia ocorrido, quando poderosos grupos industriais de origem belga, alemã italiana e japonesa, tomaram a iniciativa de destinar grandes somas de recursos financeiros para promover investimentos voltados ao desenvolvimento econômico.

Pode-se perceber que as políticas adotadas pelos diferentes governadores do Estado não deixaram de promover a inserção de produtos, sejam eles primários ou industrializados originários de Minas Gerais, no comércio internacional. Neste contexto, estas políticas, possuíam como objetivo principal o de contribuir para, em prazo razoável, superar as suas debilidades econômicas. O MERCOSUL se constitui em mais uma possibilidade para a consolidação deste processo.

No desenvolvimento desta pesquisa constatamos que o Estado de Minas Gerais já atuava, no contexto internacional, desde a década de 1970, com o objetivo de promover sua inserção no contexto internacional, comercializando seus produtos com outros países, através da assinatura de tratados que estabeleceram o conceito de províncias-irmãs. Assim foram firmados acordos com as províncias de:

YAMANASHI – JAPÃO<sup>67</sup> - abrangendo as áreas de Energia elétrica; indústria agro-alimentícia, meio ambiente; indústria mineradora, transformação de metais; informática; treinamento profissional; e indústria manufatureira, notadamente no setor de lapidação de pedras preciosas e manufatura de jóias finas.

JIANGSU – CHINA - com a assinatura entre os governadores das respectivas províncias do acordo de irmandade.<sup>68</sup>, abrangendo as áreas de Ciência e Tecnologia; Farmacêuticas e de biotecnologia;

---

<sup>67</sup> Acordo firmado em 1973.

<sup>68</sup> Acordo firmado no ano de 1996.

Planejamento orçamentário, Bolsa-Escola, dispositivos legais sobre o processo de compras de bens e serviços.; Indústria-escola de fabricação de derivados de leite e demais setores agrícolas.; Produção de pesticida e fibra ótica.; Indústria eletroeletrônica, biotecnologia, agronegócio e parque tecnológico. Importação, pela China, de carne bovina, couros, café e leite; transferência de tecnologia chinesa para produção e manipulação de fogos de artifício, fornecimento de matéria-prima para fabricação de dipirona em Minas Gerais.

QUEBEC – CANADÁ<sup>69</sup> - abrangendo as áreas contempladas pela cooperação (entre outras) Setores econômico, científico, tecnológico e de formação acadêmica; incentivo à competitividade internacional; promoção das condições de criação e qualidade de emprego, de melhoria do nível de vida; incremento às relações comerciais, investimentos, projetos de cooperação industrial, transferência de tecnologia. Apoio à modernização e diversificação industrial. Intercâmbios entre empresas do Quebec e brasileiras. Criação de empresas conjuntas e redes de informação, transferência de experiências e conhecimentos especializados. Setores de energia elétrica; indústria agro-alimentícia, meio ambiente; indústria mineradora e de transformação de metais; informática; treinamento profissional; e indústria manufatureira. Áreas de geo-processamento; agropecuária; meio ambiente e fiscalização fazendária.

QUEENSLAND – AUSTRÁLIA<sup>70</sup> - com abrangência nas áreas de: Setores de meio ambiente e de comércio exterior; área de gerenciamento de recursos hídricos; área de setor de mineração e comércio de minério de ferro e derivados.

---

<sup>69</sup> Acordo firmado no ano de 1996.

<sup>70</sup> Acordo firmado no ano de 2003.

CÓRDOBA – ARGENTINA<sup>71</sup> - com abrangência nas áreas de: meio ambiente e de comércio exterior; gerenciamento de recursos hídricos; mineração e comércio de minério de ferro e derivados.

PIEMONTE – ITÁLIA<sup>72</sup> - com abrangência nas áreas de Reforço de competitividade internacional. Incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico; Promoção das condições de criação de qualidade de emprego e melhoria do nível de vida; Desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, a cooperação e o intercâmbio nos seguintes setores de interesse mútuo: indústria automobilística, energia elétrica, indústria agro-alimentícia, meio-ambiente, indústria mineradora e transformação de metais, treinamento profissional e indústria manufatureira. Abertura de um escritório de representação comercial de Piemonte em Minas Gerais, chamado Antenna Piemonte, cujo principal objetivo é promover o intercâmbio entre pequenas e médias empresas mineiras e piemontesas.

DAEGU – CÓREA DO SUL<sup>73</sup> - O estágio atual do Acordo busca o estreitamento dos laços de cooperação, com atividades e iniciativas em fase de planejamento.

BRANDEMBURGO – ALEMANHA<sup>74</sup> - O estágio atual é o de estreitamento dos laços de cooperação, com atividades e iniciativas em fase de planejamento.

Os dados econômicos, relativos à exportação no ano de 2009, obtidos no comércio, junto a países com os quais foram firmados pactos de irmandade em relação a regiões ou províncias específicas, são expressivos para Minas Gerais, podemos constatar esta situação através da análise dos dados de exportação dos produtos de Minas Gerais, destinadas aos países com os quais, construiu e consolidou

---

<sup>71</sup> Acordo firmado no ano de 1993.

<sup>72</sup> Acordo firmado no ano de 1993.

<sup>73</sup> Acordo firmado no ano de 1994.

<sup>74</sup> Acordo firmado no ano de 2005.

relações econômicas. A percepção deste processo pode ser referenciada na análise dos dados financeiros contidos no quadro abaixo:

<b>Ano 2009</b>	<b>PAÍSES</b>	<b>US\$</b>
	<b>Japão</b>	<b>6.009.901,000, 00</b>
	<b>China</b>	<b>16.473.188.000,00</b>
	<b>Canadá</b>	<b>2.371.089.000,00</b>
	<b>Argentina</b>	<b>4.452.609.000,00</b>
	<b>Itália</b>	<b>4.287.878.000,00</b>
	<b>Coréia do Sul</b>	<b>2.050.996.000,00</b>
	<b>Alemanha</b>	<b>1.537492.012,00</b>

Fonte: sítio do Ministério do Desenvolvimento e Comércio exterior – [www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br) – Consulta em 28/07/2010

Por outro lado a análise dos dados relativos à importação revela a existência de superávit no comércio exterior e de certa forma, o dinamismo e a intensificação do comércio exterior do estado de Minas Gerais no ano de 2009, conforme verificamos no quadro abaixo.

<b>Ano 2009</b>	<b>PAÍSES</b>	<b>US\$</b>
	Jápão	257.329.165,00
	China	766.933.233,00
	Canadá	224.121.979,00
	Argentina	1.111.790.861,00
	Itália	619.477.414,00
	Coréia do Sul	47.574.448,00
	Alemanha	921.988.561,00

Fonte: sítio do Ministério da Indústria Desenvolvimento e Comercio Exterior – [www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br) – Consulta em 28/07/2010

Os dados revelam que no ano de 2009, Minas Gerais, obteve significativo superávit em suas relações com países em que foram estabelecidos pactos de irmandades com províncias e ou regiões específicas.

Na análise dos dados sobre as relações comerciais de Minas Gerais, com países que se constituem em parceiros históricos, podemos perceber, também, que as relações comerciais realizadas pelo estado, têm forte concentração em bens intermediários, significando comércio de baixo valor agregado.

De outra forma, a análise dos dados relativos aos produtos importados revela que Minas Gerais não possui, ainda, capacidade industrial instalada para desenvolver e agregar valores aos seus produtos. Diante desta constatação, podemos dizer que Minas Gerais, ainda não superou a sua condição de fornecedor de bens primários e intermediários, conforme análise que pode ser feita dos dados, que constam dos balanços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

<b>PERIODO</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>Bens de Capital:</b>	<b>US\$41.973.730,00</b>	<b>US\$34.442.406,00</b>
<b>Bens Intermediários</b>	<b>410.800.514</b>	<b>502.344.128</b>
<b>Alimentos e Bebidas</b>	<b>39.199.674</b>	<b>53.258.314</b>
<b>Insumo Industriais</b>	<b>367.279.228</b>	<b>440.518.441</b>
<b>Peças e Acessórios</b>	<b>4.321.612</b>	<b>8.567.373</b>
<b>Bens de Consumo</b>	<b>34.946.012</b>	<b>38.725.930</b>
<b>Duráveis</b>	<b>25.112.226</b>	<b>25.780.100</b>
<b>Não Duráveis</b>	<b>9.833.786</b>	<b>12.945.830</b>
<b>Combustíveis e Lubrificantes</b>	<b>700.774</b>	<b>439.308</b>
<b>Demais Operações</b>	<b>920.254</b>	<b>882.736</b>

Fonte: sítio do Ministério da Indústria Desenvolvimento e Comercio Exterior – [www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br) – Consulta em 28/07/2010

## **CAPITULO III - A INTERNACIONALIZAÇÃO DE BELO HORIZONTE**

### **I AÇÕES INSTITUCIONAIS DO GOVERNO DE MINAS GERAIS**

Eleito governador, JK, como ficou conhecido, foi empossado no dia 31/01/1951 e ao longo de seu mandato pautou-se pela execução de sua proposta de campanha, articulada no binômio energia e transporte, como mecanismos estruturantes, para assegurar condições, para fortalecer a economia do Estado, tanto em sua vertente industrial, quanto na agricultura e na pecuária. Dentro desta perspectiva, JK, sancionou leis que explicitam aspectos de sua política, para a agricultura, destacando-se dentre elas:

- I. Lei nº. 718, que determinou a criação de “Fundo de Pesquisas no Âmbito do Instituto Agrônômico” – órgão vinculado a Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, com o objetivo de estimular a melhoria da produtividade agrícola de Minas Gerais.
- II. Lei nº. 773, que firmou convênio com a Associação Internacional Americana para o prosseguimento do sistema de crédito com o objetivo de aumentar a produção agropecuária.
- III. Lei nº. 826, que aprovou o texto da Convenção firmada entre o governo de MG e a Sociedade IMPEX de origem francesa, para financiar projetos de desenvolvimento nas áreas de agricultura, pecuária e mineração.
- IV. Lei nº. 828, que dispõe sobre a organização de sociedades de Economia Mista, destinados a financiar e executar serviços de Energia Elétrica.

- V. Lei nº. 833 que dispõe sobre a promoção de sociedades de Economia Mista para construção e exploração de uma rede de Frigoríficos em MG.
- VI. Lei nº. 989 que dispõe sobre áreas da Cidade Industrial, na periferia de Belo Horizonte e sobre a doação de terrenos.

Estas leis aprovadas no âmbito do poder legislativo e sancionadas por ato do governador, revelam políticas que possuíam o objetivo de fortalecer a ação do Estado como indutor do desenvolvimento econômico.

Outro ponto importante, que se pode perceber a partir da leitura das leis aprovadas e sancionadas foi o fortalecimento político da cidade de Belo Horizonte. Destacam-se neste sentido a adoção de duas medidas importantes: a primeira foi à instalação da sede da Companhia Frigorífica de Minas Gerais – FRIMISA, no município de Santa Luzia, localizado na fronteira nordeste da capital. A segunda foi à implantação da Cidade Industrial, localizada no município de Contagem, fronteira oeste de Belo Horizonte.

Esta política pareceu indicar que, dentre os seus objetivos, estava o de atrair para os municípios vizinhos a capital, a instalação de indústrias que pudessem contribuir para o adensamento da população da capital, fortalecer a sua diversificação econômica, bem como, aumentar a arrecadação tributária e, como decorrência, a renda dos trabalhadores.

Este processo de diversificação produtiva despertou o interesse de poderosos grupos econômicos, notadamente europeus e asiáticos, que possuíam o objetivo de extrair e beneficiar as riquezas minerais, em especial, o minério de ferro, fartamente encontrado na região, que é denominada de “Quadrilátero Ferrífero”.

Abrangendo toda a região central de Minas Gerais, esta rica província mineral, fortaleceu a intenção contida no projeto, para consolidar a cidade de Belo Horizonte, não só como cidade administrativa, mas também, como pólo econômico com o caráter de aglutinar e articular os interesses políticos das diferentes regiões de Minas Gerais.

Outro ponto que pode ser percebido era a preocupação governamental em que esta política possuísse as condições necessárias para contemplar o interesse de grupos econômicos, em explorar a riqueza mineral existente, matéria prima fundamental para a produção do aço. O desenvolvimento deste processo possibilitou a construção de vínculos entre Minas Gerais e de sua capital, com países e empresas centrados na exploração desta grande província mineral.

A evolução deste processo resultou em novos cenários políticos, com grau mais elevado de complexidade. Desprovido de capitais próprios para além de explorar, promover o beneficiamento de suas ricas jazidas minerais, a elite política de Minas Gerais, percebeu a necessidade de estabelecer relações econômicas com órgãos de fomento internacional, com objetivo de contratar financiamento a baixo custo, para realizar o projeto de beneficiamento e industrialização de suas riquezas.

Um segundo objetivo, era o de estreitar relações com países que já mantinham projetos econômicos de exploração e beneficiamento de riquezas existentes, bem como estabelecer novos projetos que não se limitassem a extração desta riqueza, mas que se interessassem em desenvolver atividades econômicas que possuíssem a real possibilidade de desenvolver a agregação de valores econômicos aos produtos que se constituem em matéria-prima, visando a sua industrialização. Neste sentido, se revelava necessário, o

estabelecimento de relações estreitas com bancos privados que possuíam recursos econômicos suficientes para o seu financiamento.

Outra providência tomada pelo governo de Rondon Pacheco, no sentido de estreitar esta relação foi a de encaminhar a Assembléia Legislativa, projeto para instituir autarquia estadual, que teria a incumbência de formular e executar o planejamento e a ocupação do solo, bem como o de estimular novos investimentos industriais para a região de Belo Horizonte. Denominada de PLAMBEL, esta autarquia, foi criada através da Lei 6.303 e sancionada no dia 30 de Abril de 1974 e possibilitava ao governo estadual, condições para intervir no direcionamento dos investimentos alocados para a Região Metropolitana.

Composta por dezenove artigos, a lei não se limitou a criar a PLAMBEL. Estendeu sua abrangência ao decidir criar a RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte, integrada pelos municípios de: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará. Santa Luzia e Vespasiano. Os distritos que pertenciam a estes municípios também foram integrados a RMBH.

No artigo segundo da lei, foram estabelecidas seis finalidades básicas para esta o desenvolvimento da região:

- “1ª cumprir o que dispõe o artigo 64 da Constituição Federal; <sup>75</sup>
- 2ª elaborar e executar o plano metropolitano;
- 3ª elaborar estudos, projetos e programas de serviços de interesse metropolitano;
- 4ª coordenar a execução de serviços comuns;
- 5ª articular-se com órgãos e entidades federais, para execução de serviços de interesse metropolitano;

---

<sup>75</sup> Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1967.

6ª fornecer elementos, dados e informações solicitadas pelo Conselho Deliberativo.”

Ao analisar suas finalidades, podemos perceber que havia de forma implícita, certa intenção governamental de estabelecer vínculos claros e objetivos, no sentido de possibilitar grande interação entre as políticas desenvolvidas pelos municípios e aquelas definidas pelo governo estadual. Embora com o propósito de constituir-se em autarquia com autonomia e caráter eminentemente técnico, cumpriu dentro de uma perspectiva autoritária e concentradora de decisões, predominante durante o período de governo militar iniciado em 1964, o papel de direcionar o desenvolvimento econômico de Belo Horizonte e das cidades vizinhas, articulado com os interesses dos entes financiadores.

Após o esgotamento político e econômico do regime civil-militar implantado em 1964 e a redemocratização do Brasil, materializada a partir, da promulgação da nova Constituição da República, em 05 de outubro de 1988, os municípios recobram sua autonomia, para a formulação de diretrizes orientadoras de seu processo de desenvolvimento. Esta situação tornou o texto da lei estadual 6.303 de 30/04/1974, que instituiu a autarquia PLAMBEL, inadequada, na medida em que conferia ao órgão vinculado ao governo estadual grande poder de intervenção na vida política dos municípios.

Neste sentido, o governador Hélio Garcia, em segundo mandato, promulgou a lei 11.474 de 26/05/1994, que determinou o acréscimo de mais uma competência, a quinta, para o desempenho das funções ao PLAMBEL. O texto foi assim escrito: “articular-se com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais com o objetivo de captar recursos de investimento ou financiamento para o desenvolvimento integrado da Região Metropolitana.”<sup>76</sup>

---

<sup>76</sup> Inciso 5º, do artigo 3º da Lei Estadual 11.474/94.

Foi a primeira menção explícita, para propor a articulação entre os interesses privados internacionais e os interesses do governo de Minas Gerais. Sabe-se que os dispêndios financeiros, por parte do governo estadual eram crescentes e de alguma forma irreversíveis no processo de alteração da base produtiva de Minas Gerais, que procurava superar a sua condição de fornecedora de bens primários. A decisão do governo mineiro implicava na concessão de incentivo por meio de mecanismos diferentes para exploração dos seus recursos naturais, cujo objetivo era o de gerar capital nacional com a criação e desenvolvimento da denominada indústria de base.

A terceira intervenção neste processo ocorreu a partir da publicação da lei estadual nº. 12.153 que foi promulgada em 29 de maio de 1996, já no governo do Sr. Eduardo Azeredo. A lei estadual determinou a extinção do PLAMBEL, com a conseqüente redistribuição das suas funções e atribuições, para órgãos específicos do Estado, como a Secretaria de Planejamento, que assumiu a tarefa de executar o planejamento metropolitano. Por sua vez, a Fundação João Pinheiro, assumiu as funções de pesquisa, documentação, estudo e orientação técnica aos municípios. As funções relativas ao geoprocessamento, foram transferidas para a responsabilidade do Instituto de Geociências Aplicadas.

A nova Constituição estadual promulgada no ano de 1989 determinou a manutenção da região metropolitana de Belo Horizonte. Esta norma ficou prescrita em seu artigo 50:

**“Fica mantida a Região Metropolitana de Belo Horizonte nos termos dos artigos 42 e 50 da Constituição do Estado de Minas Gerais, acrescida dos municípios de Mateus Leme, Igarapé, Esmeraldas e Brumadinho”.**

**Parágrafo primeiro: Passam a integrar a Região Metropolitana, os distritos dos municípios emancipados.**

**Parágrafo segundo: A composição da Região Metropolitana poderá ser alterada por lei complementar.”**

Novas modificações foram introduzidas pelo governo estadual na composição da região metropolitana de Belo Horizonte. Em 28 de abril de 1992, os distritos de Juatuba, pertencente ao município de Mateus Leme, bem como São Joaquim de Bicas pertencente ao município de Betim, foram emancipados e incorporados a RMBH.

Outras quatro alterações foram feitas:

**1º Em 21 de Dezembro de 1995, foi determinada a emancipação dos distritos de Confins, pertencente a Pedro Leopoldo, de Mario Campos e Sarzedo, pertencente à Ibité que passaram a integrar a RMBH.**

**2º Em 12 de Dezembro de 1997, foram incluídos na RMBH, os municípios de Florestal e Rio Manso.**

**3º Em 21 de janeiro de 2000, a Lei Complementar 56, determinou a integração a RMBH, dos municípios de Baldim, Capim Branco, Itaguara, Jaboticatubas, Matozinhos, Nova União e Taquaraçu de Minas.**

**4º Em 10 de Janeiro de 2002, o município de Itatiaiuçu, foi integrado a RMBH.**

No ano de 2006, o governo estadual realizou nova modificação na estrutura jurídica da RMBH, quando em 12 de janeiro de 2006, foi publicada a lei complementar número 89 que redefiniu tanto a Região Metropolitana de Belo Horizonte, como o conceito inserido pela Lei Complementar 56, publicada em 12 de janeiro de 2000, que criou e estabeleceu o “Colar Metropolitano”, tal como é descrito no seu artigo 3º:

**O Colar Metropolitano da RMBH é composto pelos Municípios do entorno da região metropolitana atingidos pelo processo de metropolização.**

**§1º Integram o Colar Metropolitano da RMBH os Municípios de Barão de Cocais, Belo Vale, Bonfim, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Itabirito, Itaúna, Moeda, Pará de Minas, Prudente de Moraes, Santa Bárbara, São José da Varginha e Sete Lagoas.**

**§2º A Assembléia Metropolitana, por meio de resolução, assegurará a participação, no planejamento, na organização e na execução das funções públicas de interesse comum, de Município integrante do Colar Metropolitano da RMBH diretamente envolvido no processo.**

Por fim, na mais recente ação legislativa, o governo do estado, instituiu por meio da lei complementar 107 de 12 de janeiro de 2009, a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A lei estabeleceu a seguinte definição para esta agência “uma autarquia territorial e especial, com caráter técnico e executivo (...) com autonomia administrativa e financeira, personalidade jurídica de direito publico com prazo de duração indeterminado.”<sup>77</sup>

Este conjunto de deliberações legais e institucionais do governo de Minas Gerais, para além de pretender estabelecer a melhora da administração pública, conferir caráter técnico e consultivo ao processo administrativo, sinalizou com a disposição do estado em intervir no processo administrativo e político dos municípios. É fato que as limitações institucionais e, principalmente as orçamentárias e financeiras dos municípios de certa forma, possibilitam e mesmo demandam que o Estado exerça o papel político de coordenar ações de municípios que interagem, seja pelo seu grau de conurbação, seja pela limitação orçamentária com as quais os municípios convivem.

Assim, mesmo com a autonomia municipal política, financeira e administrativa assegurada pela carta constitucional, às condições financeiras dos municípios não são suficientes para cumprir com todos os encargos e com as obrigações que a Constituição Federal lhes atribui. Esta situação impõe a construção de relações políticas que implicam no processo de cooperação entre os municípios e o governo estadual.

---

<sup>77</sup> Artigo 1º da Lei Complementar 107 de 12 de janeiro de 2009.

Esta situação política determinada pelo arranjo republicano estabelecido na Constituição de 1988, tem levado os municípios, isoladamente ou em colaboração com os estados a desenvolverem mecanismos para o aumento de suas receitas próprias. Neste sentido se inserem ações institucionais que diversos municípios desenvolvem, inclusive no campo internacional.

## II AÇÕES INSTITUCIONAIS DE BELO HORIZONTE

Com a promulgação da nova constituição republicana do Brasil, em 05 de outubro de 1988, os municípios em todo o território nacional, se empenharam em elaborar novas leis orgânicas para se adequarem aos preceitos constitucionais instituídos no país e por decorrência, nos estados. Neste sentido, Belo Horizonte se empenhou na elaboração de sua nova Lei Orgânica, para adequar os seus instrumentos jurídicos ao novo tempo político do Brasil.

Promulgada em 21 de março de 1990, a nova Lei Orgânica de Belo Horizonte contém um conjunto de 231 artigos, em seu texto básico, acrescido de 32 artigos que constam dos “Atos de Disposição Transitória”. O conjunto de 231 artigos detalha a execução dos diversos procedimentos e obrigações que a nova constituição definiu como atribuição, exclusiva dos municípios e aqueles que devem ser realizados em colaboração com o Estado e a União.

No conjunto dos artigos da lei orgânica instituída em Belo Horizonte, não há, salvo por menções genéricas, atribuição específica para o governo municipal desenvolver ações político-institucionais no campo internacional. Ao longo do texto são feitas alusões a cooperação, pacto, convênio e outras formas de ação, com entes estatais, privados e órgãos de fomento, sem a necessária sistematização para o desenvolvimento de políticas que no contexto internacional.

Ao discorrer sobre o processo de inserção de unidades subnacionais, no contexto internacional, Sergio Roberto Urbaneja de Brito e Fagner dos Santos Carvalho afirmam, que “... apesar de ser competência privativa da União, a política externa corresponde a um interesse ampliado, já que seus desdobramentos muitas vezes afetam

toda a Federação, e não apenas a União. Nesse sentido, a União representa os interesses de toda a federação”.<sup>78</sup>

No desenvolvimento de sua argumentação os autores abordaram a questão do federalismo, onde manifestam a compreensão de que este conceito recebe um tratamento que fortalece a atuação autônoma dos entes federados. Assim se expressam os autores “É importante atentar para o fato de que o federalismo, na constituição de 1988, é um verdadeiro mecanismo de descentralização do poder, que impõe a sua divisão entre o ente central e os entes subestatais descentralizados”.<sup>79</sup>

Concluindo a análise que apresentam dos ditames constitucionais vigentes, os autores afirmam que: “Assim, o federalismo é um mecanismo de descentralização do poder, na Constituição de 1988, impondo a repartição do poder entre o ente central e os entes subestatais descentralizados (...) A idéia de federalismo por cooperação implica, portanto, a descentralização dos poderes”.<sup>80</sup>

Este entendimento constitucional parece ter orientado o governo municipal de Belo Horizonte, ao encaminhar a Câmara Municipal, projeto de lei para a reforma administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte. A proposta foi convertida na lei municipal 9.011, promulgada no ato de posse do prefeito reeleito Fernando Pimentel, ocorrida no dia 01 de janeiro de 2005. A lei dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte e dá outras providências.

Por esta lei, foi criada na estrutura de sua Secretaria de Governo a Secretaria Adjunta de Relações Internacionais. De pequena estrutura, composta por seis cargos – Secretário Adjunto, Chefe de

---

<sup>78</sup> BRITO, Sérgio Roberto Urbaneja e CARVALHO, Fagner dos Santos. Breve Histórico da Autoomia Municipal e as possibilidades de Atuação Internacional dos Municípios de Acordo com o Ordenamento Jurídico Brasileiro. IN: SALA, José Blanes. O Município e as Relações Internacionais – Aspectos Jurídicos. São Paulo, EDUC, 2009, p 110.

<sup>79</sup> BRITO e CARVALHO, 2009, P. 111.

<sup>80</sup> BRITO e CARVALHO, 2009, P. 112.

Gabinete, dois assessores e quatro estagiários (dois de nível superior, um de nível médio e um vinculado a AMAS – Associação Municipal de Assistência Social), a secretaria adjunta tem como objetivo determinado “estabelecer e manter relações e parcerias internacionais e planejar e coordenar as políticas e ações para negociação e captação de recursos financeiros junto a organismos multilaterais e agências governamentais estrangeiras.”<sup>81</sup>.

A lei 9.011 conferiu a esta Secretaria Adjunta três atribuições específicas, ou seja, desenvolver a Cooperação Internacional; trabalhar na captação de recursos, através de convênios e acordos de cooperação e por fim, fomentar o desenvolvimento da cultura de exportação. Como se observa, o objetivo é credenciar o município, para captar recursos em âmbito internacional.

Outra linha política que é desenvolvida consiste no estabelecimento de pactos firmados com cidades de outros países, baseando-se no conceito de cidades-irmãs, que por definição “visa aumentar o intercâmbio entre cidades que têm algo em comum. A troca de informações e o aumento do comércio entre elas são meios de tornar as cidades irmãs mais próximas e é, ao mesmo tempo, um dos fins dessa idéia que vem se espalhando ao redor do mundo. Belo Horizonte possui acordo de irmandade com 16 cidades.”<sup>82</sup>.

Para além da política de “cidades-irmãs”, o município de Belo Horizonte ampliou sua inserção internacional, com a estruturação de política que é considerada referencia em processos de internacionalização, que são os Acordos de Cooperação Internacional, com diferentes cidades e, também, instituições de países em diversas partes do mundo.

---

<sup>81</sup> Artigo 19 da Lei municipal nº. 9.011.

<sup>82</sup> Sítio da Prefeitura de Belo Horizonte – [www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br) – acesso em 09/05/2010.

Neste sentido destacam-se os acordos firmados com a cidade de Chicago, no ano de 2008, com o objetivo de assegurar condições para que os professores da rede municipal de ensino de Belo Horizonte, dedicados ao ensino da língua inglesa possam se qualificar naquela cidade norte-americana.

O acordo entre o Município de Belo Horizonte e as cidades de San Salvador e de Soyapango, ambas localizadas em El Salvador, foi firmado em 14 de dezembro de 2007 com validade até 03 de dezembro de 2009, renovado recentemente até 3 de dezembro de 2011. O propósito de tais parcerias é a mútua cooperação entre as cidades, através da promoção de atividades conjuntas e intercâmbios de experiências em diferentes áreas de governo. Em conformidade com os objetivos propostos no acordo, uma delegação de Belo Horizonte, composta por 16 adolescentes do Programa Esporte Esperança, viajou a El Salvador para participar do Primeiro Torneio de Futebol “El Salvador 2008”.

Outro acordo foi firmado com a Cidade de Stuttgart – Alemanha. Assinado em 03 de junho de 2008 e que vigorará até 02 de junho de 2010. O objetivo de tal instrumento é estabelecer as condições para a mútua cooperação entre as duas cidades, através da promoção de atividades conjuntas e intercâmbios de experiências em diversas áreas de governo, com foco na temática mobilidade urbana e desenvolvimento do sistema de transporte de BH para a Copa de 2014. Dentre as atividades possibilitadas pelo acordo, pode-se citar o estágio técnico em Stuttgart realizado por um funcionário da BHTRANS.

O quarto acordo de cooperação firmado pelo Município de Belo Horizonte foi com a Universidade de Ryerson – Canadá, assinado em 04 de agosto de 2008 e que vigorará até 03 de agosto de 2010. O objetivo de tal instrumento é estabelecer as condições para a mútua

cooperação entre as duas cidades, através da promoção de atividades conjuntas e intercâmbio de experiências, informações e conhecimentos sobre Segurança Alimentar e Nutricional. Dentre as atividades possibilitadas pelo acordo, pode-se citar a visita de estudantes originários da cidade de Ontário a Belo Horizonte, em agosto de 2008, com o intuito de conhecerem os programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Abastecimento.

O quinto acordo de cooperação foi firmado entre o Município de Belo Horizonte e a Universidade de Michigan – EUA, em 16 de junho de 2008 e valerá até 15 de agosto de 2010. O propósito de tal parceria é o intercâmbio de experiências em planejamento participativo e requalificação urbana. Em conformidade com os objetivos propostos no acordo, um grupo de mestrandos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Michigan visitaram Belo Horizonte em junho de 2008 para conhecer o programa Vila Viva, objeto de estudo dos alunos. Da mesma forma, outro grupo de alunos da referida universidade visitou Belo Horizonte em março de 2009, com o intuito de realizarem estudos na Vila Acaba Mundo.

Para complementar este processo, a Prefeitura do município de Belo Horizonte, tem promovido ações visando à inserção de Belo Horizonte no interior de redes, integradas por cidades localizadas em países diversos. A formação destas redes se dissemina como decorrência do processo para ampliação de intercâmbios em diferentes ordens. Este novo contexto, decorrente de processos inseridos no contexto de aproximação de interesses comuns, tem sua expressão em redes como a Mercocidades, que busca fortalecer o papel dos municípios no Mercosul.

A formação destas redes tem por objetivo garantir o processo de integração pactuado entre os estados-nacionais. Com otimismo, a Prefeitura de Belo Horizonte avalia que cresce a importância destas

redes, tanto pelo número significativo de adesões, quanto pela extraordinária qualidade do intercâmbio de experiências já ocorridas.

É importante ressaltar que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte aderiu à Rede Mercocidades em 1996 e assumiu as funções de Secretaria Executiva no período de 1999/2000. Mesmo não contando com estrutura burocrática formal para o desenvolvimento de política internacional,

A experiência adquirida pela PBH, tem sido observada, na medida em que aumenta o número de representações diplomáticas, por meio da instalação de consulados na cidade. Outro ponto importante desta experiência se revela no fato de que Belo Horizonte assumirá novamente a Secretaria Executiva da Rede de Mercocidades no ano 2010/2011. Esta atividade terá o seu início com a realização da XV Cúpula da Rede de Mercocidades no segundo semestre de 2010 em Belo Horizonte.

Para além da Rede de Mercocidades, Belo Horizonte se encontra inserida, em outras redes de cidades. Dentre ela se destaca o URB-AL que se constitui em um programa horizontal de cooperação descentralizada da Comissão Européia de intercâmbio entre cidades da União Européia e da América Latina. Ele tem como objetivo o desenvolvimento de parcerias diretas e duradouras entre os diferentes agentes locais, por meio de encontros, intercâmbios e transferência de conhecimento e experiências. O intuito é estabelecer intercâmbio permanente entre as cidades das duas regiões para que as mesmas possam se estruturar em torno de temas de mútuo interesse. O Programa URB-AL foi constituído em 1995 e, em sua primeira fase, foram organizadas oito redes temáticas.

Nesta Rede 700 cidades estão envolvidas e o programa visa estimular a participação de organizações representativas da sociedade civil que operem em parcerias com os municípios, tais

como organizações não-governamentais, entidades patronais, sindicato de trabalhadores, universidades, etc.

Uma terceira rede é a denominada de Cidades Educadoras que se iniciou como movimento, em 1990, quando, no “Congresso Internacional de Cidades Educadoras” que foi celebrado em Barcelona, um grupo de cidades representadas pelos respectivos órgãos de poder local concluiu ser útil trabalhar em projetos conjuntos e atividades para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Posteriormente, em 1994, este movimento formalizou-se como Associação Internacional de Cidades Educadoras.

Os objetivos da AICE são dentre outros: impulsionar colaborações e ações concretas entre as cidades: participar e cooperar ativamente em projetos e intercâmbios de experiências com grupos e instituições com interesses comuns; influenciar no processo de tomada de decisões dos governos e das instituições internacionais em questões de interesse para as Cidades Educadoras; dialogar e colaborar com diferentes organismos nacionais e internacionais. A PBH aderiu à AICE em 2000 e atualmente é a coordenadora da Rede Territorial Brasileira.

A quarta rede de cidades em que Belo Horizonte se inseriu é a rede Centro Ibero-americano para o Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU). Esta é uma rede que congrega 80 cidades ibero-americanas, vinculadas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos através do Planejamento Estratégico e do desenvolvimento sustentável. A Prefeitura de Belo Horizonte aderiu ao Cideu em 1996 e atualmente ocupa a Vice-Presidência da organização. A Presidência do Centro atualmente está sob a responsabilidade da Municipalidade de Rosário na Argentina.

A quinta rede na qual Belo Horizonte participa foi criada em 1985, e denomina-se Associação Mundial das Grandes Metrôpoles

que representa aproximadamente 100 das maiores cidades do mundo (cidades e regiões metropolitanas com mais de um milhão de habitantes). Comprometida com a missão de promover o Desenvolvimento Sustentável de Regiões Metropolitanas, a METROPOLIS possui como membros autoridades locais, regionais e metropolitanas que visam à melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos.

Para atingir esse objetivo, a METROPOLIS opera como um foro internacional para explorar questões e inquietudes comuns a todas as grandes cidades e é reconhecida como uma das maiores representantes das regiões e áreas metropolitanas no âmbito mundial. A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte aderiu à METROPOLIS em 1999.

A sexta rede em que Belo Horizonte se integrou foi o ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, outrora denominado “Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais”, é uma associação democrática internacional de governos locais dedicada a prevenir e remediar problemas ambientais locais, regionais ou globais. Lançado em 1990, na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, o ICLEI objetiva não apenas atingir a melhoria das condições ambientais globais, mas principalmente proporcionar os instrumentos necessários ao desenvolvimento sustentável.

Para tanto, busca a constituição de um movimento mundial de governos locais, capaz de promover mudanças tangíveis mediante o impacto cumulativo de múltiplas ações. A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte se tornou membro do ICLEI em 1993 e atualmente participa ativamente como uma das três cidades-modelo do projeto “Promovendo Políticas de Construção Sustentável na América do Sul”.

A sétima rede é denominada de Organização Ibero-Americana de Cooperação Intermunicipal – OICI – integrada por representantes das três Américas e tem como objetivos contribuir para o desenvolvimento, fortalecimento e autonomia dos municípios e defender a democracia na esfera local. O município de Belo Horizonte integra esta rede a partir do ano de 1993.

A oitava rede integrada por Belo Horizonte e a CGLU – Cidades e Governos Locais Unidos - representa e defende os interesses dos governos locais na conjuntura mundial independente do tamanho da comunidade. Com sua sede em Barcelona, o programa busca aumentar a influência de governos e representações locais na governança global. A rede apóia programas de cooperação entre cidades e auxilia a formação de parcerias visando o fortalecimento da democracia e a participação de entidades e governos locais no âmbito internacional. A Prefeitura de Belo Horizonte aderiu à CGLU em 2005.

A nona rede integrada por Belo Horizonte é a Cities for Mobility que possui sua sede em Stuttgart, na Alemanha, e reúne como membros cidades de todo o mundo, com o objetivo de promover e facilitar a transferência da experiência alemã, bem como de outros entes locais, acerca da mobilidade urbana. Belo Horizonte aderiu à rede no ano de 2008, visando à troca de experiências no que se referem à mobilidade urbana em mega eventos, uma vez que Belo Horizonte será uma cidade-sede dos jogos da Copa do Mundo de 2014. A capital mineira coordena, atualmente, o grupo de trabalho sobre Gestão da Mobilidade Urbana em Mega Eventos.

A décima rede que é integrada por Belo Horizonte é a ODM América Latina & Caribe; é a união de cidades latino-americanas e caribenhas em busca de um mundo mais justo. Criada no dia cinco de dezembro de 2007, a Rede ODM América Latina & Caribe tem como objetivos principais à troca de conhecimentos e o intercâmbio de

experiências que favoreçam o cumprimento dos Oito Objetivos do Milênio propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Dentre as Oito Metas do Milênio, destacam-se a erradicação da fome e o combate à extrema pobreza até 2015. Atualmente, a Rede ODM América Latina & Caribe possui 33 municípios parceiros e a coordenação da Rede é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Este conjunto de ações no campo internacional, desenvolvidas pela Prefeitura de Belo Horizonte, tem produzido efeitos importantes e necessitam ser mais bem conhecidos e estudados. Afinal a inserção em redes diversificadas que contam com a participação de entes públicos e privados e entidades que contam com financiamento dos dois entes, exigem um grande conhecimento deste novo modelo de organização social.

## CAPITULO IV – DESAFIOS, IMPASSES E PERSPECTIVAS DE MINAS GERAIS E DE BELO HORIZONTE

Nos três primeiros capítulos deste texto foram abordados aspectos históricos, para a compreensão do processo desenvolvimento e diversificação política e econômica de Minas Gerais e de sua capital. Podemos perceber que os respectivos governos do Estado, ainda que obedecendo a orientações políticas e ideológicas diferenciadas, desenvolveram política de aproximação e inserção econômica com países localizados em todos os continentes.

O fio condutor deste processo foi à diversificação da produção econômica, para permitir que a realização de toda a cadeia produtiva das matérias primas extraídas de seu território fossem realizadas no próprio Estado. Mas a análise do processo desenvolvido permite constatar que a produção primária e extrativa de Minas Gerais se transformou em commodities, o que representa baixo retorno econômico para a economia do Estado.

Este quadro se aprofundou com as medidas tomadas pelos governos de Fernando Collor de Melo e de Fernando Henrique Cardoso, que privatizaram empresas estatais que detinham a concessão para a exploração mineral, como a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Usiminas. Tais medidas diminuíram as inversões de capital neste parque industrial e provocou como consequência o fortalecimento o setor voltado para a produção de bens intermediários, ampliando a interação da economia mineira com o mercado internacional, na medida em que grande parte de sua exportação é de produtos agrícolas e extrativos, com baixo valor agregado.

As dificuldades são de diferentes ordens e nem sempre as estratégias adotadas conseguiram supera-las. Podemos constatar que a atração de investimentos nos diversos ramos da indústria

demonstra seu limite na medida em que as plantas industriais instaladas são de pequeno porte, com baixo impacto na cadeia produtiva a que se vincula. Outra dificuldade relaciona-se com a dispersão da produção industrial e agrícola, bem como a dificuldade de transportar os produtos.

As maiores dificuldades são políticas, na medida em que prevalecem interesses regionais, cuja manifestação mais clara, se dá em seguidas tentativas de desmembramento de regiões geográficas do Estado. A esta dificuldade, somam-se os problemas relacionados com as condições de infra-estrutura, como as bitolas estreitas das vias férreas, que reduz a capacidade de transporte do minério de ferro e outros produtos destinados a exportação.

O esforço empreendido pelo governo estadual tem se revelado modesto, na medida em que a legislação fiscal, especialmente no aspecto relacionado a concessão de benefícios, tem sido objeto de disputas judiciais entre os estados brasileiros, na medida em que a oferta deste benefícios tem levado ao redirecionamento destes investimentos, que na avaliação de estudiosos prejudicam a modernização econômica de Minas Gerais.

O professor Otavio Soares Dulci, desenvolveu importante reflexão sobre o tema da modernização econômica, política e cultural de Minas Gerais. Para o autor o Estado não conseguiu superar a sua condição de economia intermediária. Dulci explicitou o método desenvolvido para a formulação de sua hipótese “o conteúdo político da experiência foi analisado por meio de dois indicadores básicos: o grau de ‘direção organizada do processo e o grau de convergência estratégica entre elites em torno deste objetivo”<sup>83</sup>

O olhar atento do professor Dulci procurou delimitar o ponto de partida para formular a sua hipótese, ou seja, a grande

---

<sup>83</sup> DULCI, Otávio Soares. 1999, p. 237.

heterogeneidade dos modelos de modernização da economia. No caso de Minas Gerais este desafio extrapola as dificuldades reais e concretas encontradas pelo Estado, seja em razão de suas condições geográficas e históricas, seja pelos diversificados interesses de representantes de sua elite política.

Para além das questões concretas Otávio Dulci chama a atenção para as dificuldades políticas que dificultam o aprimoramento de sua produção econômica. Em sua análise Dulci, afirma que: “aplicando a idéia de heterogeneidade de modelos de modernização ao âmbito inter-regional, introduzimos uma tipologia para caracterizar três situações principais a de regiões centrais, a de regiões periféricas e a de regiões que chamamos de intermediárias, que não são adequadamente tratadas pela abordagem centro-periferia. Nosso intuito, com essa categoria, foi o de evitar a perspectiva dicotômica que assinala esse campo de estudos e contribuir para a caracterização de situações alternativas”<sup>84</sup>

Podemos inferir que a condição de economia intermediária não permite definir Minas Gerais como uma economia e sociedade atrasada, tampouco admitem pensa-la como plenamente desenvolvida. A dificuldade para as elites políticas de Minas Gerais é a de estabelecer mecanismos de superação do atraso, que é percebido ainda, na existência de índice elevado de analfabetismo e por renda per capita com baixos valores.

Este processo demanda o estabelecimento de coesão de interesses de longo prazo visando assegurar o acúmulo de riquezas e a necessária formação de capital que não foi possível alcançada na primeira metade do século XX. Desta forma a abordagem da questão do atraso se tornou central. Otávio Dulci anotou que: “verificamos, na trajetória mineira uma abordagem crescentemente estratégica do

---

<sup>84</sup> DULCI, Otávio Soares. 1999, p. 237.

problema do atraso, tanto por parte do Estado, quanto das elites, à medida que a consciência da 'perda de substância' da região se acentuava, em face do progresso das áreas dinâmicas do país. As insuficiências da economia regional eram notórias, porém as condições institucionais para supri-las (ou melhor, para reduzi-las) foram viabilizadas pelo lado político. A elevada coesão interna das elites ampliou a possibilidade de levar adiante um esforço de recuperação econômica conduzido sob a égide do Estado.”<sup>85</sup>

A análise de Dulci aponta para a necessidade de se desenvolver a coesão política em âmbito regional para assegurar desenvolvimento do processo em que o Estado assume o papel de indutor do desenvolvimento. Este cenário tem sido constantemente questionado e colocado a prova, na medida em que as decisões políticas tomadas em âmbito do governo federal, especialmente a partir dos anos de 1990, aprofundaram o vínculo da economia brasileira com os interesses internacionais.

Mais frágil ainda se tornou a posição do Estado para induzir o desenvolvimento, quando da política implementada a partir do governo de Fernando Collor de Melo, pautada pela defesa da privatização e da diminuição do papel do Estado nas atividades econômicas. A aplicação desta política aprofundou as dificuldades de Minas Gerais, uma vez que empresas estatais de grande importância econômica foram privatizadas, o que diminuiu a capacidade de intervenção do Estado.

Outros dois impactos foram a privatização da Açominas e a ação do governo de Eduardo Azeredo para diminuir a participação do Estado no capital da CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais – quando vendeu parte de seu capital para a empresa norte-americana AES. Os resultados da aplicação desta política foram a

---

<sup>85</sup> DULCI, Otávio Soares. 1999, p.238.

diminuição do investimento na modernização e diversificação da economia mineira.

Em 1999, quando da posse no cargo de governador de Minas Gerais, Itamar Franco, decidiu declarar moratória no pagamento da dívida mobiliária junto ao governo federal. Em paralelo, decidiu, ainda, denunciar o contrato de venda de parte do capital da CEMIG, o que significou recuperar o poder de decidir a política de investimentos da empresa.

Estes fatos nos permitem verificar a consistência da análise do professor Otávio Dulci, que ainda permanece válida na medida em que o desenvolvimento econômico de Minas Gerais ocorreu mediante o estabelecimento da política de coesão de interesses, que de outra forma mantém sobre controle a ação política dos movimentos sociais e, em especial, dos trabalhadores para continuar com a política de baixa remuneração, em associação com outros processos como a jornada de trabalho flexível, banco de horas e a remuneração por produtividade. Mesmo que sem promover a modernização da base econômica de Minas Gerais, as elites mineiras têm conseguido preservar seus interesses imediatos, sobre o Estado.

De sua parte, o governo municipal de Belo Horizonte, eleito em 2008, tem procurado reconstruir as relações políticas com o governo do Estado, que ficaram reduzidas as determinações constitucionais no período de 1993 a 2004. Esta retomada se materializou em compromissos mútuos para a realização de obras importantes e necessárias, para assegurar condições mínimas de inserção internacional de Belo Horizonte.

É importante constatar que a ação administrativa de Belo Horizonte, visando a sua inserção internacional é recente, mas a cidade já se inseriu, na Rede MERCOCIDADES e tem mantido compromissos e agenda significativa no campo internacional. A

continuidade deste processo dependerá certamente do processo de coesão dos interesses políticos presentes no município.

Contudo, é importante enfatizar que o movimento de internacionalização de Belo Horizonte e, também, do Estado, são processos de pouca visibilidade política e com ínfima participação da população. Em entrevista com o secretário adjunto de Relações Internacionais da Prefeitura de Belo Horizonte, sr. Rodrigo de Oliveira Perpétuo, no período de 2005, quando a Secretaria Adjunta de Relações Internacional foi criada, até este ano, o trabalho tem se limitado a tornar o governo municipal mais presente junto a organismos internacionais.

Assim, para o secretário adjunto de Relações Internacionais, o processo de internacionalização tem se limitado as ações do governo municipal, que tem sido exitosas e propiciado importante troca de experiências e desenvolvimento de políticas inovadoras. Por fim, o secretário reconhece que o desafio político de Belo Horizonte, neste processo de inserção internacional é imenso, na medida em que implica em competir com São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belém e Brasília, cidades que possuem políticas de ação internacional mais consolidada.

## CAPITULO V - REDE MERCOCIDADES – A INSERÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO MERCOSUL

### V - I - INSTITUIÇÃO

A Rede MERCOCIDADES, se constituiu em iniciativa de prefeitos<sup>86</sup> de cidades que possuem a condição de capitais, seja dos países integrantes do MERCOSUL ou que são sedes administrativas de estados/províncias/departamentos<sup>87</sup>, bem como das cidades que possuem população superior a 500.000 habitantes, com a perspectiva de se fazerem representadas nas instancias do MERCOSUL.

A iniciativa decorreu da avaliação dos dirigentes municipais que consideravam, no momento em que fundaram a REDE MERCOCIDADES, inevitável o processo de globalização e neste sentido, a sua organização em rede de cidades, possibilitaria melhores condições para planejar o desenvolvimento urbano, bem como propiciar a troca de experiências desenvolvidas em cada uma destas cidades.

A luta pela institucionalização desta rede no âmbito do MERCOSUL foi precedida de diversas ações, definidas coletivamente, em reuniões dos prefeitos, que ocorrem, quando da reunião do Conselho do MERCOSUL. Desta forma a II Reunião de Prefeitos do MERCOSUL, que se realizou na cidade de Porto Alegre entre os dias 05 e 06 de 1996, deliberou, pelo voto de seus representantes a aprovação do estatuto da Rede MERCOCIDADES.

Orientados pela convicção de que as cidades se constituem em “espaços de interação humana de importância crescente em que as suas organizações administrativas representam entidades ativas de participação política que não podem ser alijadas do processo de

---

<sup>86</sup> Existem denominações diferentes para o mesmo cargo nos demais países do MERCOSUL, como alcaide, intendente, etc.

<sup>87</sup> Denominações das unidades subnacionais dos países do MERCOSUL

globalização e das relações internacionais.”<sup>88</sup> Esta avaliação contida no documento de fundação da Rede, corrobora a percepção cada vez mais consolidada, de que as cidades ocupam espaço essencial, para propiciar melhores condições de vida à população, bem como, se constituem em espaços fundamentais para assegurar a sua efetiva integração como instância no MERCOSUL.

Para além deste ponto, dois outros são considerados importantes. O primeiro deve-se a compreensão de que as cidades que integram a Rede têm grande interesse na consolidação e mesmo ampliação dos objetivos centrais do MERCOSUL. Por outro lado, em avaliação com perspectiva crítica de atores políticos que a integram, a instituição da REDE, bem como sua existência, significa a possibilidade que estes entes subestatais, possuem para questionar os fundamentos políticos do MERCOSUL, que em sua constituição se revelaram essencialmente centrados no desenvolvimento de relações estritamente econômicas.

Neste sentido, os prefeitos que constituíram a Rede MERCOCIDADES, formularam o seu estatuto, em que procuraram deixar clara a perspectiva de maior inserção e influência das cidades no processo de decisões, do Conselho do MERCOSUL, órgão máximo de deliberação do bloco. No documento foram definidos vinte objetivos para a sua organização. O primeiro deixa claro o objetivo central da rede: assegurar a participação das cidades na estrutura institucional do MERCOSUL.

O segundo objetivo, instituição de Unidades Temáticas, visava criar as condições para o desenvolvimento de programas e projetos que configuram interesses comuns aos municípios. O objetivo visa estimular que as próprias cidades elaborem e desenvolvam políticas que representem seus aspirações e interesses de conteúdo

---

<sup>88</sup> Documento de fundação da Rede MERCOCIDADES.

econômico, político, social e que correspondam a sua vocação histórica.

O terceiro, centra-se no desenvolvimento dos diversos mecanismos de comunicação existentes, de forma que se construa efetiva interação entre as cidades. Este processo visa, ainda, assegurar a agilidade na circulação de informações, assim como o desenvolvimento de programas, de interesse dos sócios da Rede, definidos em seu âmbito.

O quarto visa assegurar mecanismos jurídicos para o estabelecimento de convênios entre os municípios, sem que sejam feridos aspectos legais na ordem jurídica de seus países, para permitir a elaboração e a realização de serviços recíprocos e de mútuo interesse, com a necessária divisão de atribuição e dos custos financeiros que os mesmos importam.

O quinto objetivo é o de potencializar o trabalho dos servidores de cada município, fundamentais para a disseminação e a interação das experiências criadas e desenvolvidas por cada administração subnacional envolvida. Esta ação visa, principalmente, experiências inovadoras e que resultaram em ganhos econômicos para os municípios, bem como, a melhoria das condições de vida, para a sua respectiva população.

O sexto objetivo é o de estabelecer a coordenação, o planejamento e a promoção de ações que estabeleçam mecanismos para que o processo de crescimento seja da população ou da estrutura urbana das cidades, tenham vínculos estritos, no sentido de fazer com que o impacto deste processo, não comprometa as condições de vida do conjunto da população.

O sétimo objetivo tem como sua principal preocupação que a coordenação de projetos e programas elaborados em comum acordo entre os entes políticos da Rede, tenham condições de serem

executados preferencialmente de forma integrada, para facilitar a realização de serviços, com menores custos e que representem à efetiva qualificação da infra-estrutura urbana.

O oitavo objetivo visa promover a cooperação dos municípios da rede no campo das ciências e da tecnologia. A sua realização implica no estabelecimento de convênios, parcerias ou outros mecanismos jurídicos, com as instituições de ensino e de pesquisa, envolvidas com as questões urbanas, com o objetivo de propor soluções exequíveis para as cidades.

O nono objetivo é o de elaborar e potencializar a realização de atividades integradas e comuns, vinculadas à promoção da cultura, com enfoque nos interesses locais, para preservar as características que são peculiares a cada cidade e região. Neste objetivo, outros aspectos devem ser desenvolvidos, em especial, os que são relacionados com a recreação, o desenvolvimento do esporte e da prática do turismo.

Efetuar, como décimo objetivo, o inventário de todo o patrimônio cultural, artístico e histórico das cidades, necessários para desenvolver medidas comuns para a sua efetiva preservação. Este objetivo visa preservar características arquitetônicas que se faziam presentes na origem histórica de cada uma das cidades, bem como estimular a prática do turismo.

O planejamento de políticas que ofereçam condições para a realização de eventos turísticos com conteúdo regional, especialmente entre as cidades que integram a Rede, é o décimo primeiro objetivo. O seu propósito é o de estimular a geração de renda, bem como potencializar realização de feiras e negócios entre as diferentes cidades.

Estudar e colaborar para que sejam elaborados planos bem como suas respectivas estratégias, para promover o crescimento e o

desenvolvimento econômico das cidades, referenciando-se na necessidade da população, que demanda melhores condições de vida, se constitui no décimo segundo objetivo. Este objetivo configura a preocupação dos dirigentes municipais, em assegurar que os processos de inserção internacional das cidades, possam resultar em melhorias reais da condição de vida da população.

O décimo terceiro objetivo estabeleceu que a colaboração no planejamento de políticas e de planos, voltados para assegurar o desenvolvimento das cidades, em suas várias dimensões, sempre referenciado no processo de melhoria das condições de vida da população.

Outro problema central para assegurar boas condições de vida nas cidades, é a questão relacionada com a segurança, que se tornou o décimo quarto objetivo de atuação da Rede. Esta preocupação com o problema da violência urbana, possui duas dimensões: a primeira de caráter preventivo, na medida em que o crescimento populacional tende a propiciar o aumento do índice de violência. A segunda dimensão é a de propor em conjunto com forças policiais, a elaboração de políticas repressivas.

O décimo quinto objetivo da REDE implica na formulação teórica de políticas de caráter local, que possuam adequação ao funcionamento da REDE, que se constitui em espaço regional e que por princípio é aberto, significando a possibilidade de que outras cidades possam se constituir em novas integrantes e desta forma, usufruir os seus benefícios.

Para assegurar o processo de formulação horizontal das políticas a serem desenvolvidas em seu interior, a Rede definiu como décimo sexto objetivo, a criação de organismos técnicos, com a atribuição de promover o planejamento e a execução dos projetos regionais, concebidos de forma comum.

Preocupados em assegurar a participação cidadã, o décimo sétimo objetivo, visa assegurar a conscientização da população, de forma a lhe garantir o exercício ativo dos direitos que são atribuídos aos cidadãos, nas diversas dimensões e campos de atuação dos homens, ou seja, o político, o econômico, o social e o cultural.

O décimo oitavo objetivo da Rede é de desenvolver estudos acadêmicos e científicos aprofundados, para identificar as causas para a persistência de desigualdades sociais, visando o desenvolvimento de soluções adequadas e possíveis, para execução por parte dos governos locais.

Outra questão julgada central para a Rede MERCOCIDADE, é o problema da difusão de elementos culturais e políticos de conteúdo democrático nos diferentes níveis de governo. Desta forma, o décimo nono objetivo, é o de estabelecer o estreitamento do princípio de cooperação entre os municípios, que propicie condições para a formulação de políticas sociais, condizentes com o objetivo.

Por fim, como vigésimo objetivo, o desenvolvimento de estudos que permitam a implantação de políticas coordenadas, para proteger os setores sociais que dispõem de recursos escassos, possibilitando que os mesmos possam ter acesso aos serviços públicos e que não sejam discriminados e marginalizados, no processo de desenvolvimento gerado pelas políticas implantadas.

## V - II ESTRUTURA DA REDE

Estabelecidos os seus objetivos, a Rede MERCOCIDADES, elaborou e aprovou o seu estatuto, na II Reunião de Prefeitos do Mercosul, que ocorreu em Porto Alegre (RS), nos dias 05 e 06 de setembro de 1996. Neste documento os prefeitos estabeleceram a conceituação de cidades: “espaços de interação humana de importância crescente e que com sua organização administrativa representa entidades ativas de participação política que não podem ser alijadas da globalização das relações internacionais”.<sup>89</sup> Referenciando-se no modelo da rede EUROCIDADES, o documento tem como objetivo dar vida material e substância política a rede MERCOCIDADES. O documento estabeleceu a necessidade de definir mecanismos de sustentação financeira da REDE, como o que prevê o artigo quinto, em seus incisos e parágrafos:

- I – aportes de capital dos municípios que a integram;
- II – renda proveniente de suas atividades;
- III – contribuições realizadas por entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, interessadas no desenvolvimento da entidade.”

Já o parágrafo segundo, do artigo quinto, prevê que: “a contribuição anual de cada cidade sócia da Rede, será proporcional ao seu tamanho, estabelecidas três categorias, de acordo com o número de habitantes:

- A – cidades de menos de 250.000 habitantes;
- B – cidades entre 250.000 e 499.999 habitantes;
- C – cidades com população de 500.000 ou mais habitantes.”

O Estatuto tratou de definir em seu artigo sexto, o critério fundamental, para que a cidade se torne sócia da rede, o respeito ao

---

<sup>89</sup> Estatuto da Rede MERCOCIDADES.

princípio da cláusula democrática. O texto deste artigo é muito preciso quanto à exigência de respeito a cláusula democrática: “Sócias – Todas as cidades dos países do MERCOSUL e dos países Associados, que manifestem sua vontade de aderir e que seus governos tenham sido eleitos democraticamente”.

O documento firmado pelos prefeitos na reunião de Porto Alegre, ocorrida em 1996, define de maneira clara o entendimento sobre a participação das cidades no MERCOSUL. Para os dirigentes municipais, a participação das cidades nas instâncias do bloco ocupa um papel essencial nos processos de integração regional, por quanto vários de seus objetivos coincidem plenamente com os que foram firmados pelos países membros e associados do MERCOSUL.

Aprofundando a percepção dos prefeitos, sobre o papel das cidades, o documento considera que a instituição da Rede MERCOCIDADES, representa um ato contra a naturalidade perversa dos processos de integração que tendem a sustentar-se na ação desenvolvida por burocracias centrais e pelo poder dos grandes grupos oligopolistas, com a desconsideração das demandas formuladas pelas cidades.

Afirmam, também, que a instituição da Rede, significa o desenvolvimento de ação política, contra o que foi denominada de “cultura do isolacionismo” e da concorrência predatória, que está na base de todas as desconfianças do passado. O documento procurou delinear, o papel da Rede, que deveria assumir conteúdo educativo, na medida em que procura incorporar, desenvolver e estimular às práticas de gestão municipal a compreensão macro: a de que os governos locais representam e assumem a dimensão de agente ativo no processo de integração.

Com a preocupação de assegurar o caráter de horizontalidade no processo decisório em seu interior, a Rede MERCOCIDADES,

estabeleceu as suas seis instâncias, descritas em seu artigo treze:

- “I – Assembléia Geral dos Sócios;
- II – Conselho da Rede MERCOCIDDES;
- III – Comissão Diretora;
- IV – Secretaria Executiva;
- V – Unidades Temáticas;
- VI – Secretaria Técnica Permanente.”

Merece maior destaque o conjunto de atribuições determinadas para as UTs (Unidades Temáticas), que parece expressar com certo grau de precisão, o princípio da descentralização no processo decisório, bem como, procura reforçar o caráter cooperativo do trabalho desenvolvido no âmbito desta instância.

Neste sentido foram instituídas quando da fundação da Rede, quatro unidades temáticas: a primeira – Ciência e Tecnologia. Sua coordenação foi atribuída à cidade do Rio de Janeiro, que em sua primeira iniciativa, instituiu o prêmio MERCOCIDADES de Ciência e Tecnologia. A segunda Unidade Temática criada foi a de Desenvolvimento Social, coordenada por Montevideú, que como primeira medida criou o banco de dados sobre políticas locais. A terceira, Cooperação Internacional, coordenada por Assunção, promoveu a realização de seminário sobre o problema dos Dejetos Sólidos Urbanos.

Por fim, a quarta unidade temática – Gestão Municipal de Planejamento Estratégico – deu início ao debate sobre questões relativas aos problemas que envolvem as Regiões Metropolitanas. Sua primeira iniciativa foi à concepção e a realização de dois eventos, que se tornaram referência para o aprofundamento dos temas tratados.

O primeiro evento realizado em Montevideú discutiu a pauta sobre os problemas que envolvem as cidades costeiras,

especialmente aos problemas que envolvem os respectivos portos. O segundo evento, que foi realizado em Brasília, discutiu a situação das cidades capitais do MERCOSUL, no qual foram constatados e debatidos os problemas e as debilidades em áreas específicas: Comércio Exterior, Turismo e Cultura.

Já no seu décimo sétimo artigo, foi estabelecido a Assembléia Geral como o órgão de máxima deliberação e que em sua reunião as cidades devem ser representadas pelos seus respectivos chefes de governo. Este artigo estabeleceu, também, quais são as atribuições privativas da Assembléia Geral.

Os artigos vigésimo e vigésimo primeiro definem o que é e como se institui a composição do Conselho da Rede MERCOCIDADES; “Órgão superior de administração”, que é composto por “duas cidades, de cada país membro do MERCOSUL; por uma cidade de cada país associado e por sua comissão diretora”.

As demais instâncias da Rede MERCOCIDADES – Secretária Executiva, Unidades Temáticas Permanentes e a Secretaria Técnica Permanente, são definidas, bem com suas respectivas atribuições, conforme consta no texto dos artigos: vigésimo sexto, vigésimo sétimo, vigésimo oitavo e trigésimo primeiro.

No período de 1996 a 1998, a Secretaria Executiva da Rede MERCOCIDADES, desenvolveu importantes ações políticas, em especial a aproximação com instituições e entidades municipalistas, que desenvolvem trabalho voltado para o desenvolvimento da integração regional. Neste sentido, tomou a iniciativa de participar de Assembléia da Rede EUROCIDADES, realizada no ano de 1997.

Destaca-se ainda, como iniciativa política para o fortalecimento de seu Conselho, a criação de nova instância, com características de assessoria, – a TRIADE – organismo formado para auxiliar a

Secretaria Executiva na gestão imediatamente anterior e a cidade que exercerá a Secretaria Executiva na gestão posterior.

Por fim, desenvolveu medidas preventivas, com o objetivo de evitar a ocorrência de descontinuidade, destacando-se o processo estabelecido no sentido de avaliar as condições necessárias para o cumprimento dos compromissos que são fundamentais para assegurar o processo de continuidade administrativa. Neste contexto, como medida preventiva foi instituída à exigência de pagamento da cota financeira anual no valor determinado de (US\$ 1.000,00 – um mil dólares americanos). Como penalidade para o não pagamento da cota, foi determinado o impedimento da cidade inadimplente em assumir coordenação de qualquer das Unidades Temáticas.

A Secretaria Executiva da Rede no período anual de 1998/1999 foi dirigida pela cidade de Montevideu. A grande preocupação deste período foi com o conteúdo que o processo de integração deveria assumir: humano, social e equilibrado. Tal perspectiva tornava explícita a preocupação das cidades: a de que o MERCOSUL, não ficasse limitado ao caráter de união aduaneira e sim, que assumisse conteúdo equilibrado entre as preocupações econômicas, sociais e humanas.

A segunda preocupação do mandato de Montevideu na Secretaria Executiva da Rede, era a criação de condições políticas para ampliar o espaço de intervenção e deliberação da REDE MERCOCIDADES nas instâncias do MERCOSUL. Desta forma, a Secretaria Executiva procurou realçar e enfatizar a vocação da Rede MERCOCIDADES: o trabalho incansável na busca da integração e da cooperação.

Na avaliação de seu balanço anual, a Secretaria Executiva sediada em Montevideu, considerou como processo de maior relevância, o acordo de cooperação e troca de informações, que

firmou com outras duas redes: a EUROCIDADES e a FMCU (Federação Mundial de Cidades Unidas). O principal objetivo destes acordos foi o de efetivar o processo de troca de experiências e informações, conferindo-lhe um caráter de mais longo prazo.

Montevideu destacou ainda dois feitos. O primeiro foi a organização de nova unidade temática, denominada de Corredores de Desenvolvimento, em que ela própria assumiu sua coordenação. O segundo feito destacado foi à inauguração da oficina MERCOCIDADES, na sede da secretaria do MERCOSUL. O seu objetivo era claro: apressar o reconhecimento institucional da Rede no Bloco.

A Secretaria Executiva exercida por Montevideu descreveu de forma resumida, as ações desenvolvidas por unidades temáticas. Desta forma destacou o trabalho desenvolvido pela Unidade Temática de Ciência e Tecnologia, que deliberou instituir o prêmio de Ciência e Tecnologia da Rede MERCOCIDADES, Outra iniciativa desta Unidade Temática voltou-se para avaliar o programa Incubadora de Mercocidades.

Outra menção que mereceu destaque foi à participação da Unidade Temática de Desenvolvimento Local, como representante da Rede, na Feira de Genebra na Suíça e os seminários realizados pelas Unidades Temáticas de desenvolvimento urbano e de planejamento estratégico, coordenados respectivamente pelas cidades argentinas de Tucuman e Rosário, com o objetivo de propor o desenvolvimento urbano, assegurado à participação popular e a abrangência na atuação dos diversos órgãos do poder público.

Por sua vez, as Unidades Temáticas de Cooperação Internacional e de Desenvolvimento Social, coordenadas respectivamente por Porto Alegre e Montevideu, tomaram a iniciativa de firmar acordos de cooperação e troca de informações com a

Federação Mundial de Cidades Unidas (FMCU) e com a Organização dos Estados Americanos (OEA).

O trabalho desenvolvido pela unidade temática de Meio Ambiente, coordenada pela cidade chilena de Concepcion, concentrou-se na realização de seminário virtual sobre a questão relativa ao desenvolvimento sustentável. Já a unidade temática de Cultura, coordenada pela cidade argentina de Córdoba, criou a Biblioteca do Mercosul Cultural, com a perspectiva de difundir o trabalho literário de autores dos países integrantes e associados ao MERCOSUL. Outras iniciativas de conteúdo significativo foram a instituição do MERCOARTE – Prêmio Patrocínio Cultural, para estimular e divulgar a produção artística existente no MERCOSUL. Complementando suas ações a UT de Cultura instituiu o Circuito Mercosul de Cinema, com o propósito de promover a exibição das obras cinematográficas, produzidas nos países do bloco.

O trabalho da unidade de Turismo, coordenada pela cidade de Florianópolis, voltou-se para implementar o sistema de qualidade e uniformização, com o objetivo de categorizar os serviços turísticos. Outra medida significativa foi à iniciativa de elaborar banco de dados turísticos da MERCOCIDADES, considerado importante instrumento para estimular o desenvolvimento deste setor em seu interior. Por fim, definiu a política de capacitação de agentes turísticos.

Já a Unidade Temática de Educação, coordenada por Buenos Aires, desenvolveu o programa de requalificação de agentes educativos, além de criar e instalar as escolas MERCOSUL, bem como o primeiro museu voltado para a criança. Outra ação destacada foi à desenvolvida junto aos governos nacionais, para estimular a introdução recíproca para o ensino do castelhano e do português, na organização curricular do ensino nos países do bloco.

No período anual de 1999/2000, Belo Horizonte assumiu a Secretaria Executiva da Rede. Neste período, a Secretaria Executiva, considerou como sua principal realização, o Colóquio, que discutiu o tema: “DESAFIOS PARA A INTEGRAÇÃO ENTRE UNIÃO EUROPÉIA/MERCOSUL”. O Colóquio estabeleceu cinco objetivos fundamentais:

I – Promover a integração entre cidades dos blocos MERCOSUL e União Européia;

II – Aprofundar a cooperação entre a Rede MERCOCIDADES e a diplomacia oficial dos países do MERCOSUL;

III – Estabelecer interlocução da Rede MERCOCIDADES, com instituições universitárias que realizam pesquisas e estudos da realidade latino-americana;

IV – Apoiar ações desenvolvidas por entidades internacionais no desenvolvimento de intercâmbio com agentes do Poder Local;

V – Reunir pessoas e instituições detentoras de atividades empresariais, com interesses neste processo de integração.

Neste período, foram realizados três eventos. O primeiro foi a reunião do Conselho da Rede MERCOCIDADES. O segundo foi a realização do Seminário que discutiu o tema “Desenvolvimento de Políticas Municipais Para a Juventude” e o terceiro foi a Conferência ECOLATINA, que discutiu e elaborou políticas voltadas para a questão do Meio Ambiente.

Por fim, a Secretaria Executiva, ao longo deste ano, trabalhou de forma persistente, e em diferentes âmbitos, na busca de apoio para no menor prazo de tempo possível, consolidar a institucionalização da REDE MERCOCIDADES, no tratado que instituiu o MERCOSUL. O objetivo central era o de constituir uma instância para os municípios dentro do marco institucional do MERCOSUL.

No período de 2000 a 2001, a Secretaria Executiva, que ficou a cargo da cidade argentina de Rosário, concentrou esforços em discutir o ingresso do Chile e da Bolívia, como países com status de membros associados ao MERCOSUL. Outro ponto de preocupação de Rosário foi à continuidade do debate iniciado sobre a institucionalização da REDE no MERCOSUL.

Em seu relatório, a Secretaria Executiva exercida por Rosário, destacou a realização do Fórum de Secretários de Promoção Social e reuniões das Unidades Temáticas, relacionadas às questões de Gênero; Desenvolvimento Urbano; Ciência, Tecnologia e Capacitação. Realizou-se ainda o Fórum de Secretários de Saúde Pública. A preocupação central deste conjunto de atividades foi o de reforçar a orientação para consolidar o princípio da Cooperação Regional. Neste sentido foi proposto o estudo de viabilidade para se criar no interior da REDE, a Agência Social de Integração, com a incumbência determinada: promover ações de desenvolvimento econômico, social, político e cultural, em seu âmbito.

Mas o ponto mais importante do trabalho político deste período foi à publicação da Resolução MERCOSUL/GMC de número 90/00 que instituiu a REMI - Reunião Especializada de Municípios e Intendências, em 15 de dezembro de 2000. Em sua primeira reunião a REMI deliberou que a REDE MERCOCIDADES será sua base operativa. Estabeleceu também, que a REMI deve centrar sua ação em dois objetivos principais: o primeiro voltado para canalizar e dar vazão as demandas das cidades que a integram. O segundo é o de dirigir o processo de integração das cidades no bloco.

Outros dois pontos destacados pelo relatório da Secretaria Executiva exercida pela cidade de Rosário, foi o convênio assinado com a organização Ambiente Para a América Latina e o Caribe (SEMA), órgão vinculado à estrutura da OEA. O segundo ponto foi à

assinatura do Memorando de Entendimento entre a REDE e o Secretariado de Manejo do Meio Ambiente que resultou na elaboração de projetos e investigações para o desenvolvimento com projetos de:

- I – Participação nas políticas de gestão ambiental urbana;
- II – Diagnóstico de aspectos prioritários em política de manejo ambiental urbano;
- III – Acordo de Cooperação entre a REDE e a Cooperação Francesa, para o desenvolvimento de assessoria a Secretaria Executiva da MERCOCIDADES.
- IV – Desenvolvimento de projeto para tratamento de resíduos sólidos, com financiamento do BID.
- V – Realização de Seminário, para aprofundar o conhecimento sobre os temas de Gestão Urbana e Integração Regional.

Neste período foram realizadas ainda duas reuniões importantes da REDE. A primeira transcorreu na cidade argentina de Mar Del Plata, no mês de março, que deliberou pela criação da Secretaria Técnica Permanente, com sede em Montevideu, com duas atribuições: concentrar o arquivo físico e constituir-se no elo entre a REDE MERCOCIDADES e o MERCOSUL.

A segunda reunião, realizada em junho na cidade de Assunção, debateu duas questões. A primeira centrada na discussão sobre a articulação entre a REMI e a MERCOCIDADES, com o objetivo de propiciar o bom funcionamento das duas instâncias. A segunda questão, era relacionada com as dificuldades financeiras da REDE, na medida em que apenas um terço das cidades, mantinham sua contribuição financeira, conforme definição estatutária.

O problema financeiro da REDE se tornou ainda mais relevante, na medida em que a criação da REMI, elevou as responsabilidades das cidades, exigindo assim o cumprimento regular de todas as suas obrigações financeiras e estatutárias. O problema da inadimplência já

havia sido percebido e era avaliado como uma decorrência das políticas econômicas adotadas pelos governos de Carlos Menem, na Argentina e de Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, que promoveram a valorização de suas respectivas moedas em relação ao dólar norte americano.

Os efeitos foram diferenciados no ritmo e no tempo, mas provocaram fortes impactos nas receitas financeiras municipais, na medida em que se desacelerou a atividade econômica, nos países do Bloco e no intercâmbio econômico. Para além das políticas econômicas dos países integrantes do MERCOSUL, ocorreu o aumento da tensão política mundial, decorrente do ataque contra alvos americanos no seu território nacional, atribuído a grupos de ação militar islâmicos, que resultou na invasão do Iraque e do Afeganistão, por tropas americanas.

A ocorrência destes episódios diminuiu as transações econômicas no interior do bloco sul-americano e deixaram em suspenso ações, programas e políticas que haviam sido deliberadas e se encontravam em curso. Este processo começou a se modificar a partir da ascensão política de novos governos nos países da América do Sul. Os novos governos que se elegeram com discursos e perspectivas diferenciadas na medida em que adotaram posições políticas, críticas ao processo de internacionalização até então vigentes, introduziram nova dinâmica política e econômica no contexto sul americano.

Neste sentido os novos governos do Chile, da Bolívia, do Equador, do Brasil, do Uruguai e da Argentina, assumiram o discurso de rejeição da proposta do governo norte-americano que objetivava a instituição da ALCA. Estes governos afirmaram que o compromisso de sua política exterior era o de retomar a prioridade do MERCOSUL. Este compromisso começou a ganhar forma no período em que Montevideu exerceu, pela segunda vez, o mandato da Secretaria

Executiva, no período de 2003 e 2004. Sua ação a frente da Secretaria Executiva se pautou por quatro pontos:

I – Inclusão social e integração produtiva;

II – Fortalecimento institucional da Rede Mercocidades;

III – Desenvolvimento de política para conferir visibilidade ao trabalho da REDE.

IV – Novas bases para a política de integração.

Diante das discussões o Brasil apresentou posição sobre o processo de aprofundamento do MERCOSUL, com o objetivo de fortalecer as suas instâncias e permitir a ampliação do comércio no bloco, bem como a livre circulação de pessoas em todos os países.

De sua parte, a Argentina apresentou sua proposta, que possui conteúdo de maior ousadia: criar o Instituto Monetário do MERCOSUL, como primeiro passo para possibilitar a criação de moeda comum para todos os países que integram o bloco.

Por sua vez o Paraguai apresentou proposta, com o objetivo de promover o tratamento de assimetrias existentes entre a sua economia e a economia dos dois maiores países do Bloco – Argentina e Brasil. O objetivo era o de evitar a completa submissão econômica do Paraguai e do Uruguai.

Diante das proposições diferenciadas, deliberou-se pelo estabelecimento de supostos para a constituição desta nova agenda política. Composta de onze pontos, a agenda estabelecida refletiu a mudança na conjuntura econômica e política do MERCOSUL. A nova prioridade política centrou-se na perspectiva de melhorar a condição de vida da população, diferenciando-se da pauta anterior voltada para a melhoria das condições macroeconômicas. Desta forma os onze pontos estabeleciam:

I – Coordenação macroeconômica de políticas cambiais;

II – Complementação produtiva;

III – Complementação de políticas energéticas, educativas, culturais e de direitos humanos;

IV – Complementação das condições gerais de infra-estrutura;

V – Novo tratamento da questão relativa à proposta de livre circulação de pessoas;

VI – Reconhecimento de assimetrias econômicas, com a formulação de flexibilidades, principalmente para o Paraguai e o Uruguai;

VII – Negociação internacional como bloco em relação a terceiros e a fóruns internacionais;

VIII – formulação e desenvolvimento de estratégia comercial conjunta;

IX – Elaboração de estratégia e de mecanismos de financiamento no interior do bloco;

X – ampliação do MERCOSUL e da REDE MERCOCIDADES, com a adesão de novos sócios;

XI – desenvolvimento de Reforma Institucional, para o Bloco e para a MERCOCIDADES, em razão do ingresso da Venezuela como novo membro oficial e do Peru, como novo país associado.

Este conjunto de supostos, procurou consolidar o novo olhar político sobre o MERCOSUL e também sobre a REDE MERCOCIDADES. Neste sentido, ocorreu importante reunião em que se consolidou a instituição do FCCP – Fórum de Consulta e Consertação Política – envolvendo os países membros e associados ao MERCOSUL. Uma deliberação desta reunião foi à instituição do FCM – Fórum de Cidades do Mercosul.

Neste novo contexto, Belo Horizonte assumiu papel mais ativo nas atividades desenvolvidas no interior da REDE. Este aspecto fica ainda mais claro, quando a cidade tornou-se membro de sua mais importante instância – o Conselho MERCOCIDADES. Para deixar

claro o seu envolvimento e compromisso com os propósitos de crescimento e maior influência da REDE, nas deliberações do MERCOSUL, a capital mineira decidiu assumir a coordenação da Unidade Temática dedicada às questões do turismo. Neste sentido, como coordenadora desta unidade temática, sediou a realização do Congresso Internacional de Turismo da REDE MERCOCIDADES. Como iniciativa complementar, Belo Horizonte, instituiu o prêmio Mercocidades de Turismo.

Outra iniciativa assumida por Belo Horizonte foi a de articular a ampliação da REDE MERCOCIDADES, com o trabalho para que outras cidades do estado de Minas Gerais, que atendiam aos critérios estabelecidos para integrar esta REDE. O objetivo resultou na integração de Juiz de Fora, principal cidade da região da zona da mata, sudeste de Minas Gerais.

A continuidade do trabalho político desenvolvido resultou em duas novas adesões: das cidades de Contagem, localizada na Região Metropolitana e de Uberlândia, principal centro político e econômico na região do Triângulo. Podemos perceber que as quatro maiores cidades em população e em geração de receitas financeiras em Minas, integradas a rede MERCOCIDADES, passaram a desenvolver ações e práticas políticas, no exercício da chamada paradiplomacia.

No mandato seguinte – 2004/2005 a Secretaria Executiva foi exercida pela cidade de Santo André, localizada na região do ABC, em São Paulo. O seu trabalho foi desenvolvido em perspectiva otimista e com o compromisso de fortalecer o processo de integração regional na conjuntura presente na América do Sul. Nesta nova conjuntura, o MERCOSUL, passou a ser concebido com Bloco, com abrangência em diversos âmbitos, notadamente no espaço do comércio, da política, da cultura, sociedade, da relação entre exploração e geração

de riqueza no campo da cooperação entre os governos nacionais e locais.

Estas mudanças, em muitos casos decorrentes da evolução da conjuntura política nos países da América do Sul, que fruto do desgaste político de seus governos, decorrentes da crise econômica que muitos países vivenciaram, levou a ascensão de governos comprometidos com políticas econômicas voltadas para gerar maior distribuição de renda, o que reforçou o papel dos governos locais e sua atuação em rede.

Na avaliação dos dirigentes municipais, estas instâncias administrativas ocupam um papel essencial nos processos de integração regional e que seus objetivos são coincidentes com os propósitos do Bloco. Em seu Estatuto, foram estabelecidos os objetivos a serem realizados pelas cidades. Em seus quinze anos de funcionamento, a Rede MERCOCIDADES ampliou sua complexidade, na medida em que abrange cidades dos cinco países que são membros plenos do MERCOSUL - Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela – bem como cidades de três países associados – Bolívia, Chile e Peru.

No Brasil a sua amplitude e abrangência pode ser constatada pela participação de 71 cidades de 15 estados e do Distrito Federal. A atuação destas cidades se dá no âmbito das unidades temáticas, com o objetivo de estabelecerem cooperação horizontal na formulação de políticas públicas, troca de experiências e boas práticas administrativas. Muitas proposições são levadas à consideração do Conselho do MERCOSUL, instância máxima do bloco, podendo se transformar em decisão a ser seguida e incorporada, quando for o caso, no ordenamento jurídico dos países membros e associados.

Esta integração a Rede tem levado os municípios a criar estruturas administrativas próprias, que se tornam necessários para

dar cumprimento aos compromissos assumidos. É importante ressaltar que a ação dos municípios brasileiros no campo internacional não é previsto em nosso ordenamento jurídico, mas são admitidas e, de alguma forma, amparadas, na medida em que o governo brasileiro, notadamente nos mandatos do presidente Luis Inácio da Silva, considera prioritária a sua relação com o MERCOSUL, como manifestou em seu discurso de posse.

## V - III NOVO CENÁRIO POLÍTICO

O MERCOSUL se tornou prioridade política do Estado brasileiro quando Luis Inácio da Silva assumiu a presidência da República do Brasil. Em seu discurso de posse, proferido no dia primeiro de janeiro de 2003, afirmou que “a integração sul-americana é prioritária para assegurar a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social.”<sup>90</sup>

A posição política do presidente foi corroborada no discurso de transmissão do cargo para o novo ministro de Relações Exteriores. Em pronunciamento na cerimônia de posse do cargo, em primeiro de janeiro de 2003, o novo ministro, Celso Amorim, afirmou que “uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera é um objetivo a ser perseguido não só por natural solidariedade, mas em função do nosso próprio progresso e bem estar”<sup>91</sup>.

Reforçando a nova posição política dos dois maiores países do MERCOSUL – Brasil e Argentina -, os seus presidentes respectivamente Luis Inácio da Silva e Nestor Kirchner, firmaram o Consenso de Buenos, assinado em 16 de outubro de 2003. No documento, os dois presidentes assim se manifestaram: “Ratificamos nossa profunda compreensão de que o MERCOSUL não é somente um bloco comercial, mas, ao contrário, constitui um espaço catalizador de valores, tradições e valores compartilhado. Desta forma, nossos governos estão trabalhando para fortalecê-lo através do aperfeiçoamento de suas instituições nos aspectos comerciais, políticos e de incorporação de novos países. Entendemos que a integração regional constitui uma opção estratégica para fortalecer a

---

<sup>90</sup> SILVA, Luis Inácio. Discurso de Posse, 2003.

<sup>91</sup> Discurso de posse do Ministro Celso Amorim.

inserção de nossos países no mundo, aumentando a sua capacidade de negociação. Uma maior autonomia de decisão nos permitirá enfrentar de maneira mais eficaz os movimentos desestabilizadores do capital financeiro especulativo, bem como os interesses contrapostos dos blocos mais desenvolvidos, ampliando nossa voz nos diversos foros e organismos multilaterais.”<sup>92</sup>

É interessante constatar em dados do comércio exterior a posição manifestada pelo presidente Luis Inácio da Silva e pelo ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, a propalada prioridade do MERCOSUL. O embaixador Enio Cordeiro, apresentou na “II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional”, realizada nos dias 5 e 6 de novembro de 2007, estes dados ao afirmar que “a prioridade se traduz em uma densificação destas relações. Neste sentido deve ser ressaltado que entre os anos de 2003 e 2006, o que inclui protocolos, memorandos e outros tipos de compromissos. O incremento comercial foi de 150%. Em 2003 foram 18 bilhões de dólares e em 2006 de 42 bilhões de dólares.”

O resultado das exportações brasileiras para a América do Sul em 2003 foi de 10 bilhões de dólares. Já em 2006 a movimentação alcançou 27 bilhões de dólares. Em relação às importações brasileiras de produtos originários de países da América do Sul, no ano de 2003 representaram 8 bilhões de dólares e em 2006 alcançaram 27 bilhões de dólares. Por fim o embaixador Enio Cordeiro, ressaltou que no ano de 2006, o comércio do Brasil com a América do Sul representou 18% e o incremento de investimentos brasileiros em países da América do Sul, no ano de 2005 foi de 5,7 bilhões de dólares.

A percepção desta nova conjuntura, por parte dos entes subnacionais, se materializa na aproximação da MERCOCIDADES com outra rede que possui estrutura em perspectiva ainda mais ampla,

---

<sup>92</sup> Consenso de Buenos Aires. 16 de outubro de 2003.

na medida em que tem abrangência mundial a Cidades e Governos Locais Unidos – CGLU – que conta com a participação de cidades da MERCOCIDADES. Esta rede foi instituída em Barcelona, Espanha, no dia 05 de Maio de 2004. O objetivo passa a ser o de agir com perspectiva de ampliação da agenda econômica.

A aproximação entre as duas redes, representou importante impacto para o funcionamento das unidades temáticas, que no desenvolvimento de sua pauta de trabalho, que de um debate inicialmente muito politizado, passam a desenvolver experiências e práticas no sentido de permitir o desenvolvimento de propostas que propiciem modelos comuns de solução para problemas que podem ser comuns as cidades dos países membros e associados do MERCOSUL.

Esta percepção dos problemas que são decorrentes do processo de globalização leva para além da reflexão sobre os rumos e as possibilidades de cooperação, integração e interação entre entidades, sejam elas locais ou internacionais e entre governos, sejam locais, regionais ou nacionais. Podemos perceber a formulação de proposições e de ações sobre as iniciativas de governos locais, referenciados em conceitos fundamentais para o novo cenário político internacional: soberania, autonomia e integração.

Mais complexa ainda se torna o debate sobre o processo envolvendo a questão do Estado Nacional, que pode ser identificado a partir de quatro elementos fundamentais: o território, o idioma, a moeda e a população. Podemos perceber em situações concretas a nova configuração destes elementos, como ilustra a organização política da Europa, que pelo menos um dos elementos fundamentais para a identidade nacional – a moeda – deixou de existir, na medida em que os países integrantes da União Européia aderiram à moeda comum do bloco: o Euro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desenvolvido ao longo da pesquisa possibilitou compreender as dificuldades para a construção do MERCOSUL, que iniciado como aproximação política entre Brasil e Argentina, que firmaram a Declaração de Iguazu em 30 de novembro 1985, instituindo a União Aduaneira entre os dois países. O desenvolvimento deste processo resultou na assinatura do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991, que instituiu o MERCOSUL, integrado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

No primeiro capítulo da dissertação de Mestrado foi discutida a questão teórica, referenciada na questão da Teoria da Dependência, formulada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, desenvolvida no âmbito da CEPAL. Outro ponto abordado foi à crítica elaborada à Teoria da Dependência, tanto no trabalho desenvolvido na perspectiva de defesa do Estado Nacional, formulada no trabalho acadêmico de Paulo Nogueira Júnior, quanto na perspectiva marxista, desenvolvida por Rui Mauro Marini.

Outra perspectiva crítica foi à desenvolvida no Seminário “Teoria da Dependência: 30 Anos Depois”, realizado nos dias 15 e 16 de Junho de 1997, no qual Enzo Faletto, Theotônio dos Santos, Sebastião Velasco e Cruz, Paul Singer, José Márcio Rego e Lídia Goldenstein, desenvolveram um balanço sobre a Teoria da Dependência.

Outras perspectivas teóricas foram abordadas como as questões relacionada ao processo de integração e da cooperação, que o diplomata Gelson Fonseca desenvolveu e a questão da globalização trabalhada pelo também diplomata Samuel Pinheiro Guimarães, que centraram sua análise dentro do contexto da ação diplomática do Brasil.

No segundo capítulo, foi abordado o processo de modernização, diversificação e internacionalização da economia de Minas Gerais, que foi iniciado no começo do século XX. A análise deste processo centrou-se na segunda metade do século XX iniciado no de Juscelino Kubitchek, (1951-1955) e prosseguiu com os governadores que o sucederam, ainda que a perspectiva adotada se diferenciasse, em razão da orientação política do governador no exercício de seu mandato.

Duas questões foram centrais neste segundo capítulo: a primeira foi a de identificar os diversos aspectos da política desenvolvida pelos diferentes governos do estado para assegurar a realização de seu objetivo: o fortalecimento da ação institucional, econômico e político do Estado de Minas Gerais, especialmente no campo internacional. Percebemos que a política desenvolvida resultou na criação de vínculos, com diferentes governos, no âmbito nacional e ou subnacional.

A segunda questão relaciona-se com a ação dos diferentes governos, para fortalecer a cidade de Belo Horizonte e toda a sua região metropolitana. Esta política relacionava-se com um dos objetivos principais estabelecidos quando da construção da nova capital do Estado. Belo Horizonte deveria se constituir no elo articulador das diferentes regiões do Estado de Minas Gerais, que possuíam vínculos mais estreitos com outros estados do país.

Neste sentido o fortalecimento de Belo Horizonte e de sua região metropolitana, cumpre o papel de tornar visíveis as ações desenvolvidas em âmbito estadual, para ampliar o campo de atuação do governo estadual, bem como de setores econômicos que são fundamentais em sua economia, como a cafeicultura, a mineração e a siderurgia.

O tema trabalhado no terceiro capítulo foi o conjunto de ações desenvolvidas pela Prefeitura de Belo Horizonte, visando projetá-la no campo internacional. Neste sentido, foi feita a identificação das ações desenvolvidas em âmbito do governo municipal, para a realização deste objetivo, como a reforma administrativa, realizada por meio da lei municipal 9.011, de 01 de janeiro de 2005, que dentre outras medidas, criou no âmbito da Secretaria Municipal de Governo, a Secretaria Adjunta de Relações Internacionais.

O desenvolvimento destas ações levou o município de Belo Horizonte a buscar maior inserção nas ações internacionais. Desta forma estabeleceu vínculos de irmandade com diversas cidades de países da América do Sul, América Central e Europa. Outra ação foi à inserção de Belo Horizonte em Redes de cidades, com destaque para a Rede MERCOCIDADES e para a Rede CIDEU, com a perspectiva de desenvolver políticas de integração horizontal com cidades ou regiões de diferentes países do mundo.

Na análise deste processo, percebemos que o objetivo do governo municipal foi o de ampliar as possibilidades de intercâmbio econômico e desenvolver novas práticas políticas e administrativas, que possuam conteúdo inovador. Por fim, a perspectiva é de continuar o processo de inserção internacional da cidade de Belo Horizonte.

No quarto e último capítulo o tema trabalhado foi a Rede MERCOCIDADES, que se instituiu em 1995, por iniciativa de cidades de maior peso político e econômico dos países que formavam o MERCOSUL. No desenvolvimento do trabalho, percebemos que a Rede foi instituída como um contraponto dos governos locais, a políticas, especialmente as de caráter econômico e social, desenvolvidas pelos governos nacionais em perspectiva neoliberal.

A Rede MERCOCIDADES, estabeleceu mecanismos horizontais de discussão e deliberação, para possibilitar a transformação destas em decisão no âmbito do Conselho do MERCOSUL, instância de máxima deliberação do Bloco econômico da América do Sul. Constatamos que a Rede MERCOCIDADES, exerce hoje um papel técnico consultivo no âmbito do MERCOSUL.

Por fim, percebemos ao concluir esta dissertação, que o processo de criação e funcionamento destas instâncias articuladoras de entes subnacionais, traz uma enorme possibilidade de pesquisas nos mais diferentes campos das ciências humanas e sociais, na medida em que estes entes passam a assumir e desempenhar funções políticas que não constam no ordenamento jurídico dos Estados Nacionais.

A chamada paradiplomacia, traz novos problemas de ordem política e teórica, que vão exigir grande esforço intelectual para dimensioná-los. Os problemas passam pela compreensão dos novos papéis políticos assumidos por entes subnacionais, a interlocução estabelecida com setores que representam os interesses dos diversos ramos empresariais, assim como os movimentos sociais que também buscam interagir neste novo contexto político mundial.

Mais complexa a questão se torna, ao percebermos que este processo ocorre em momento de crise econômica profunda no sistema capitalista, em que países considerados centrais no capitalismo, convivem com sérias dificuldades políticas e com a possível emergência política de novos atores no sistema internacional.

Enfim, a constituição das redes, sejam de cidades ou com outro conteúdo, representam importante novidade no processo histórico, bem como um grande desafio para a compreensão teórica e política que decorre deste processo. Não resta dúvida, que o grau de complexidade em que nos encontramos é muito intenso. Com muitos

riscos, podemos dizer que o cenário político mundial é muito complexo.

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE José Augusto Guilhon (Org.) Relações Internacionais e sua Construção Jurídica: A ALCA e os Blocos Internacionais. São Paulo, FTD, 1998 – V. 2.

ALMEIDA, P. R. Mercosul e ALCA na perspectiva do Brasil: uma avaliação política sobre possíveis estratégias de atuação, 2002, (www.pralmeida.org)

AMIN, Samir. Il Capitalismo Nell'era Della Globalizzazione. La Gestione Della Società Contemporânea. Trieste, Astério, 1997.

ARAÚJO, Nádia de. O papel da tradição do Common Law nos laudos arbitrais do Mercosul: Considerações sobre a utilização dos princípios em seu processo decisório. IN Solução de Controvérsias no Mercosul, Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

ARAÚJO, Nádia de. Controvérsias Comerciais Internacionais: Os princípios do DCI e os laudos do Mercosul. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações, 2003.

AVERBUG, A. Mercosul: conjuntura e perspectivas, ano: ND (mimeo),

AVERBUG, M. Mercosul: Expectativas e Realidade. Revista do BNDES, v.9, n.17, p. 75-98, jun. 2002.

BATISTA Jr. Paulo Nogueira. A Economia Como Ela É. São Paulo, Boitempo, 2000.

BARBIERO, A.; CHALOULT, Y. O Mercosul e a nova ordem econômica internacional. Revista Brasileira de Política Internacional, ano 44, n.1, p. 23-41, 2001.

BASSO, Maristela. (Org) MERCOSUL: Seus Efeitos Jurídicos, Econômicos e Políticos nos Estados Membros. São Paulo, Livraria do Advogado, 1997.

BATISTA Jr. Paulo Nogueira. O Consenso de Washington. A Visão Neoliberal dos Problemas Latino Americanos. São Paulo, Consulta Popular, 2001.

BATISTA, S., LIMA, F.F. e FRONZALIA, M. Redes de Cidades. (Mimeo).

BAUMMANN, R.; CARNEIRO, F. G. Os agentes econômicos em processo de integração regional – inferências para avaliar os efeitos da ALCA. Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Economia, 2002. 29p. (Texto para discussão, n. 243)

BÊRNI, D. A.. A marcha do Mercosul e a marcha da globalização. In. Reis, C. N. (Org.): América Latina: crescimento no comércio mundial e exclusão social. Porto Alegre: Dacasa Editora/Palmarica, 2001. pp.275.

BOAVENTURA, Souza Santos. (Org) A Globalização e as Ciências Sociais. São Paulo, Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. A Gramática do Tempo – Para Uma Nova Cultura Política. São Paulo, Cortez, 2008.

BORJI, Jordi e CASTELLS, Manuel. Local Y Global: La Gestión de las Ciudades en la era de la Información. Buenos Aires, Taurus, 1997.

BRAGA, M. B. Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. São Paulo: Cadernos PROLAM/USP, n. 01/2002. 2002.

BULMER-THOMAS, V.. A União Européia e o Mercosul: perspectivas de um tratado de livre comércio e suas implicações sobre os Estados Unidos. In. Reis, C. N. (Org.): América Latina: crescimento no comércio mundial e exclusão social. Porto Alegre: Dacasa Editora/Palmarica, 2001. pp.275.

CALDAS, Ricardo W. O Brasil e o Mito da Globalização. São Paulo, Celso Bastos, 1999.

CARDARELLO, Antônio e RODRIGUES, Jorge. Las Redes de Ciudades Como Herramienta Privilegiada Para La Gestión de Cooperación Descentralizada. In: Analisis de la Cooperación Descentralizada Local. Observatório de la Cooperación Descentralizada Union Europea-América Latina.

CARDOSO Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ensaio de Interpretação Sociológica. 7ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

CARDOSO Fernando Henrique. A Construção da Democracia. São Paulo, Siciliano, 1993.

CARDOSO Fernando Henrique. Relembrando o Que Escrevi – Da Reconquista da Democracia Aos Desafios Globais. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

CASTELLA Paulo Borba. MERCOSUL: Exigências e Perspectivas: Integração e Consolidação de Espaço Econômico (1995 – 2001 – 2006). São Paulo, LTR, 1996.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. In: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 1. São Paulo, Paz e Terra, 2005.

CARVALHO, A.; PARENTE, A. Impactos comerciais da área de livre comércio das Américas. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 1999. (Texto para Discussão, n. 635).

CAVALCANTI, M. A. F. H. Integração econômica e localização sob concorrência imperfeita. Rio de Janeiro: BNDES 20º Prêmio BNDES de Economia 1997.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo, Xamã, 1996.

COULANGES, Fustel de. A Cidade Antiga. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

COZENDLEY, Carlos Márcio e BENJAMIM, Daniela Arruda. Laudos Arbitrais no marco do Protocolo de Brasília: a construção jurídica do processo de integração. IN Solução de Controvérsias no Mercosul, Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

D'ANGELIS, Wagner Rocha. MERCOSUL: da intergovernabilidade à supranacionalidade? 1ª ed, 3ª reimp. Curitiba: Juruá Ed., 2009. 280p.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O Futuro do Estado. São Paulo, Saraiva, 1972.

DESSOTI, Fabiana R. Cooperação Descentralizada: Uma Inovação nas Políticas Públicas de Desenvolvimento Local. In: 5º Congrès de L'Institut, Franco-Bresilien d'Administration des Enterprises – IFBAE, 18 e 19 de Maio 2009 – IAE de Grenoble – France.

\_\_\_\_\_. Rede Mercocidades. In: VI Encontro Internacional de FoMercosul: Os Novos Rumos do Mercosul, 12 e 14 de Setembro de 2007 – Universidade Federal de Sergipe.

DUGNI, Maria Inês. Câmbios y Continuidades en la Reconstrucion del Proceso Histórico-Político de la Integración Mercosur e Gobiernos Locales. In: V Seminário Nacional de REDMUNI. Disponível em: [www.inap.gov.ar/redes/docs/ponencias\\_v\\_seminário/dugini.pdf](http://www.inap.gov.ar/redes/docs/ponencias_v_seminário/dugini.pdf).

DULCI, Octávio Soares. Política e Recuperação Econômica Em Minas Gerais. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

DUPAS, G. A ALCA e os interesses do Mercosul. As relações entre os EUA e o continente: Liderança, hegemonia ou coerção. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

EICHENGREEN, Bany. A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional. São Paulo, Ed. 34, 2000.

ESTEVEES, Paulo e COSTA, Livia. A Rede de Articulação Internacional do Estado de Minas Gerais: Cooperação Técnica para o Desenvolvimento. (mimeo).

FIORI, José Luis. 60 Lições dos Anos 90: Uma Década de Neoliberalismo. Rio de Janeiro, Record, 2001.

FONSECA, Gelson, Legitimidade e Outras Questões Internacionais. São Paulo, Paz e Terra, 2004, 2ed.

FRONZAGLIA, Maurício L. Unidades Subnacionais: Um Estudo de Caso sobre a Cidade de São Paulo de 2001 a 2004. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2005.

FURTADO, Celso. Capitalismo Global. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

GARCIA, A. A. O impacto da ALCA na economia brasileira: alguns comentários. Porto Alegre: Indicadores Econômicos FEE, v. 29, n.03, nov. 2001.

GENTILLI, Pablo (Org) Globalização Excludente. 3 ed. Petrópolis, Vozes, 2000.

GIAMBIAGI, F.; MARKWALD, R. A estratégia de inserção do Brasil na economia mundial: Mercosul ou lonely runner? Rio de Janeiro: Ensaio BNDES, maio 2002 (Texto para discussão, n.14)

GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. Políticas neoliberais? Mas o que é o Neoliberalismo? Revista do BNDES, v.7, n.13, p. 171-190.

GOMES, Ângela de Castro. Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno. Belo Horizonte, UFMG, 2005.

GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 4 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

HARVEY D. A Condição Pós-Moderna. São Paulo, Loyola, 1996.

HELD, David e MCGREW, Anthony. Prós e Contras da Globalização. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

HOBBSBAWN, Eric. A Era dos Extremos: O Breve Século XX – 1914 – 1991. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

KLEIMAN, Alberto. As Cidades e a Cooperação Descentralizada no Contexto das Relações União Européia-América Latina: O Novo Papel dos Governos Locais. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM, 2004.

KRUGMAN, P.; OBSFELD, M.. Economia internacional: Teoria e Prática. São Paulo: Makron Books, 2001.

KUME, H.; PIANE, G. Mercosul: dilema entre união aduaneira e área de livre-comércio. – Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2001. (Texto para Discussão, n...)

LANDES, David S. Riqueza e Pobreza das Nações: Por que Algumas Nações São Tão Ricas e Outras Pobres. Rio de Janeiro, Campus, 1998.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Globalização, Regionalização e Soberania. São Paulo, Ed. Juarez de Oliveira, 2004.

LOPRESTI, Roberto Pedro. Constituciones Del Mercosur. Buenos Aires, Unilat, 1997.

MACHADO, J. B. M. Mercosul: processo de integração: origem evolução e crise. São Paulo, Aduaneira, 2000.

MALÉ, Jean Pierre. Especificidades de la Cooperación Descentralizada Pública: Atores, Contenidos y Modelos. In: 1ª Conferência Anual do Observatório de la Cooperacion Descentralizada Unión Europea-América Latina. Montevideo: Observatório de Cooperacion Descentralizada, 2006.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da Dependência. Petrópolis, Vozes, 2000.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos Filosóficos. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

MATTOSO, Jorge. Relações Internacionais e Poder Local. Política Externa, vol. 10 n. 3. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

MENEGHETTI NETO, Alfredo. Redes de Cidades: Cooperação, Estratégias de Desenvolvimento, Limitações Constitucionais e Divergências – O Caso da Rede Mercocidades. Tese de Doutorado, PUC/RS, 2002.

MONTOYA, M.A. Os custos e benefícios da integração econômica do grupo andino: uma análise do comércio intra-regional do setor agropecuário. Análise Econômica, ano 12, p. 74-92, março-setembro 1994.

MOREIRA, Adriano. Teoria das Relações Internacionais. 3 ed. Coimbra, Almedina 1991.

MOURO, Liliam Chagas de. A consolidação da Arbitragem no Mercosul: O sistema de solução de controvérsias após 8 laudos arbitrais. IN Solução de Controvérsias no Mercosul, Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

NASSIF, A. L. A articulação das políticas industrial e comercial nas economias em desenvolvimento contemporâneas: uma discussão analítica. Revista de Economia Política, v.20, n.02 (78), abril-junho 2000.

NONNEMBERG, M. H. B.; MENDONÇA, M. J. C. Criação e desvio de comércio no Mercosul: o caso dos produtos agrícolas. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 1999. (Texto para Discussão, n. 631).

OHMAE, Kenichi. O Fim do Estado Nação. Rio de Janeiro, Campus, 1996.

PEREZ, Otermin Jorge. El Mercado Comum Del Sur Desde Assuncion a Ouro Preto: Aspectos Jurídicos-Institucionales. Montivideo, Fundacion de Cultura Universitária, 1995.

PERPÉTUO, Rodrigo de Oliveira. A Cidade Além da Nação: A Institucionalização do Processo de Internacionalização de Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado, PUC-MG, 2010.

PRADO, L.C. D. Mercosul como opção estratégica de integração: notas sobre a teoria da integração e estratégias de desenvolvimento. Ensaio FEE, v.18, n.1, p. 276-299, 1997.

RÊGO, José Márcio et alii. Teoria da Dependência: 30 Anos Depois. Mimeo.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. Constituição, Soberania e Mercosul. Revista de Direito Administrativo. São Paulo, V. 213, jul/set, 1998.

ROLLOF, Ilmar. O Tempo Saquarema. São Paulo, Hucitec. 2004.

ROSENTHAL, G. (coord.). Regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade. In: Cinquenta anos de Pensamento na CEPAL. Santiago do Chile, p. 939-958, 1994.

SABBATINI, R. Multilateralismo, regionalismo e o Mercosul. Porto Alegre: Indicadores Econômicos FEE, v. 29, n.01, jun. 2001

SALAMA, P.. Novos paradoxos da liberação na América Latina? In: Reis, C. N. (Org.): América Latina: crescimento no comércio mundial e exclusão social.. Porto Alegre: Dacasa Editora/Palmarica, 2001. pp.275.

SALOMÓN, Mônica e NUNES, Carmen. A Ação Externa dos Governos Subnacionais no Brasil: Os Casos do Rio Grande do Sul e Porto Alegre. Um Estudo Comparativo de Dois Tipos de Atores Mistos. Contexto Internacional, vol. 29, nº 1, Rio de Janeiro, Janeiro/Junho 2007.

SALVATORE, D. Economia internacional. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SARAIVA, Paulo Lago. Federalismo Regional. São Paulo, Saraiva, 1982.

SEITENFUS, Ricardo. Manual das Organizações Internacionais. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 1997.

SINGER, Paul. Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas. 5ª ed. São Paulo, Contexto, 2001.

SOTELLO, Adriam et. alli A América Latina e os Desafios da Globalização. Rio de Janeiro, PUCRJ, 2009.

SOUZA, Laura de Melo. Os Desclassificados do Ouro – A Pobreza Mineira do Séc. XVIII. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

----- . Norma e Conflito – Aspectos da História de Minas no Século XVII. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

THORSTENSEN, V. Desenvolvimento da cooperação econômica e das relações comerciais entre a EU e o MERCOSUL: interesses comuns e desafios. Política Externa, v. 5, n.1 jun-jul-ago 1996.

TREVAS, Vicente. Cooperação Internacional e Rede de Cidades. In: Dialégs – Fórum de Lês Cultures, Barcelona, 2004.

VEIGA, P. M. A infra-estrutura e o processo de negociação da ALCA. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 1999. (Texto para Discussão, n. 507).

VENTURA, Dayse de Freitas Lima. O Mercosul em Movimento. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 1995.

VERA-FLUIXÁ R. X. Principios de integración regional en América Latina y su análisis compartivo con la Unión Europea. Bonn: Center for European Integration Studies, v.73, 2000 (Discussion Paper).

VIEIRA, Lizt. Cidadania e Globalização. Rio de Janeiro, Record, 1997.

VIGEVANI, Túlio e LORENZETTI, Jorge. (orgs) Globalização e Integração Regional: Atitudes Sindicais e Impactos Sociais. São Paulo, LTR, 1998.

VIGEVANI, Túlio e Wanderley, Luiz Eduardo. (Orgs) A Dimensão Subnacional e as Relações Internacionais. São Paulo, Educ, Unesp e Edusc., 2004.

\_\_\_\_\_. Governos Subnacionais e Sociedade Civil: Integração Regional e Mercosul. São Paulo Educ, Unesp e Edusc, 2004.

WEBER, Max. Ética Protestante e Espírito do Capitalismo. 15ª ed. São Paulo, Pioneira, 2000.

WIRT, John. O Fiel da Balança – Minas Gerais na Federação Brasileira - 1889 – 1937. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

YEATS, A. Does Mercosur's trade performance raise concerns about the effects of regional trade arrangements? International Economics Department, Washington, DC: The World Bank: Policy Research Working Paper, n. 1729, February, 1997 (33 p.).

## ANEXO I

### DECLARACIÓN DE BELO HORIZONTE

La Asamblea General de Ciudades y Organizaciones miembros del Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano, CIDEU, reunida en la ciudad de Belo Horizonte, Brasil, el día 29 de Julio del año dos mil diez, con motivo del décimo octavo Congreso Anual sobre la Innovación y Creatividad en la ciudad

#### CONSIDERA

Que la creación y evolución de la ciudad desde tiempo inmemorial, ha sido clave para el desarrollo del conocimiento y la innovación, determinantes en el progreso de la humanidad.

Que los entornos urbanos viven hoy una profunda época de cambios derivados de la neoterciarización, como los que se produjeron en la transición entre los dos siglos anteriores por la transformación e inclusión del mundo agrario en la ciudad industrial. Estos cambios afectan a la tecnología, a los valores, a la organización social, a la posición en los escenarios y mercados globales, al modo de producir, a la relación con el conocimiento y al modo de percibir al otro y de ejercer la urbanidad, y nos convocan a pensar el futuro de la ciudad dispuestos a innovar, para aprovechar las oportunidades y soslayar las amenazas que implican los cambios.

Que la innovación es una estrategia que permite a las ciudades abordar los nuevos desafíos acotando los costes, sintetizando diversas disciplinas y factores, haciendo avanzar y mejorar las políticas públicas y poniendo en valor lo ya conocido cuando es bueno y oportuno.

Que las ciudades pueden aprender a innovar, como es necesario innovar el modo de aprender, de forma que, al hacerlo, se mejora la posición competitiva de la ciudadanía y de las

organizaciones. Innovar es practicar una forma de gestión del conocimiento, ya que supone un modo de transferir ciertos elementos que se convierten en mejora competitiva, orientados a la integración plena de la ciudadanía y la promoción de sus derechos, cuando se incorporan al sistema innovado.

Que la ciudad innovadora necesita fomentar actitudes proactivas mediante la cooperación, la visión global, y la apertura al cambio con vistas a fortalecer los procesos democráticos y la participación ciudadana. La transformación cultural que esto demanda nos conduce a repensar la forma de aprender y de implicar a toda la ciudadanía en los contenidos de esos aprendizajes.

Que hay una relación estrecha que conviene fortalecer entre innovación y emprendimiento, pues la ciudad que lo hace recoge el valor añadido generado por ambas actividades en forma de empleo, calidad de vida, y por la posición competitiva de sus sistemas productivos. Potenciar esas actividades requiere de un cambio cultural profundo, que recorra el sistema educativo, empezando por la escuela, y alcance a todos los rincones de la organización social.

Que la innovación se retroalimenta con los sistemas en red, y las redes son fuente de innovación y factor multiplicador de sus efectos, sea una red formada por ciudades de un territorio global o regional, en un área metropolitana, o en el interior de la propia ciudad. Las redes formales e informales permiten acumular, compartir y optimizar el uso del capital social generado por la innovación aplicada a mejorar la organización social y la gobernanza.

Para alcanzar la ciudad que queremos en tiempos de cambio, hay que gestionar la contradicción entre pensamiento estratégico e innovación continua. Esta necesidad de compatibilidad afecta tanto a las metodologías de planeamiento estratégico, como a la incorporación de contenidos innovadores y la adaptación de los ya

existentes. Teniendo en cuenta las anteriores consideraciones, la XVIII Asamblea General de las ciudades y entidades colaboradoras del Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano, reunida en Belo Horizonte:

#### DECLARA

La necesidad de cooperar, generar conocimiento de lo urbano, abrirse al cambio y obtener y gestionar la visión glocal para innovar la forma de pensar y realizar la planeación estratégica continua de la ciudad.

El propósito de reconsiderar e impulsar un modelo de organización para el pensamiento estratégico urbano, que responda a los escenarios de cambio descritos. Para ello, todas las ciudades de la red nos convocamos a participar en el proceso de reflexión, diseño alternativo y puesta en marcha del nuevo modelo.

La dialéctica entre emprendimiento e innovación, y las beneficiosas consecuencias que ella reporta a la ciudad, nos conduce a hacer visible el compromiso de la red con el emprendimiento.

Proponemos que CIDEU y las ciudades de la red celebren el día anual de la cultura emprendedora, y nos convocamos a realizar una agenda de actividades relacionadas con el aprendizaje, la cooperación, y la visualización y puesta en valor de emprendimientos modélicos.

Es estratégico que tanto la ciudadanía como las organizaciones urbanas aprendan a aprender y a gestionar el conocimiento individual y colectivo. Se trata de identificar y valorar las fuentes de información más adecuadas, seleccionar elementos a transferir, y de utilizar el método científico para observar, analizar y sintetizar la propia respuesta.

Apostamos por utilizar el proyecto estratégico como vehículo para compartir el conocimiento común y, en consecuencia, nos

convocamos a actualizar los proyectos que compartimos, a mejorar la forma en que lo hacemos para que las otras ciudades de la red puedan identificar sus intereses, y a poner a disposición de la red la figura del administrador local del sistema, que incorpora y obtiene de la red la información estratégica para las ciudades.

Nos proponemos aprender a innovar, innovando, pero sin olvidar que, para progresar adecuadamente en la dirección de hacer la ciudad más innovadora, hay que plantearse el necesario cambio cultural, que requiere de proyectos específicos, algunos de los cuales ya están siendo abordados por diversas ciudades de la red. El mundo global se corresponde con la ciudad glocal capaz de pensar localmente y actuar globalmente.

Una de las aportaciones de la ciudad glocal para superar la crisis de valores y de institucionalidad en que vivimos, consiste en desarrollar y proyectar una nueva forma de gobernanza, que contraiga nuevas maneras de participar, de ser solidarios y cooperar. Una nueva urbanidad que no puede crecer al margen de quienes tenemos el encargo de pensar la ciudad que queremos legar en herencia digna. Nos convocamos a innovar el modo de pensar la ciudad desde la proactividad con el cambio, la visión glocal, la concurrencia, y la nueva gobernanza.

En la ciudad de Belo Horizonte, a veintinueve de julio de dos mil diez.

## ANEXO II

Como um passo metodológico da pesquisa, estava previsto a realização de entrevista com dirigentes da política internacional, do Estado de Minas Gerais e do Município de Belo Horizonte.

Não foi possível realizar a entrevista com o chefe de gabinete da Subsecretaria de Relações Internacionais de Minas Gerais, Sr. Jorge de Oliveira. A entrevista foi marcada três vezes e, em seqüência, desmarcada por razões diversas. No dia 13 de setembro de 2010, fui recebido pelo Secretário Adjunto de Relações Internacionais, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Sr. Rodrigo Perpetuo, em seu gabinete.

Perguntado sobre a Estrutura da Secretaria Adjunta de Relações Internacionais, o secretário informou que a Secretaria Adjunta foi criada pela municipal 9.011 de 01 de Janeiro de 2005 e que a sua estrutura era composta pelo Secretário Adjunto, pela chefia de Gabinete e dois estagiários. Informou, ainda, que por deliberação do Prefeito Municipal, a secretaria adjunta conta hoje, com o secretário, a chefia de gabinete, quatro assessores e cinco estagiários.

Perguntado sobre o trabalho da Secretaria Adjunta, na coordenação da Unidade Temática de Turismo da Rede MERCOCIDADES, o secretário avaliou como positivo, na medida em que foram realizados quatro eventos de grande porte, dois deles em cidades da região metropolitana – Contagem e Betim – e um terceiro na cidade de Ouro Preto. A partir deste trabalho, a cidade Contagem aderiu a Rede. Betim e Ouro Preto se preparam para firmar sua adesão na próxima Cumbre da MERCOCIDADES.

Sobre a Coordenação da Rede Mercocidades, que será assumida por Belo Horizonte, o secretário afirmou que será um grande desafio, na medida em que exigirá a coordenação de ações junto a diversos órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte. Afirmou

ainda, que por determinação do Prefeito Márcio Lacerda, o trabalho de coordenação já começou e que o seu objetivo principal é o de ampliar a participação das cidades mineiras na Rede Mercocidades, notadamente, Uberaba, Poços de Caldas, Betim, Governador Valadares, Montes Claros, Ouro Preto e Diamantina.

O trabalho político de articulação visa aumentar o processo de adesão à Rede e desta forma, fortalecer, politicamente, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, bem como, as cidades de Minas Gerais.

Perguntado sobre a Cumbre da MERCOCIDADES, a realizar-se entre os dias 1 e 3 de dezembro de 2010, o secretário afirmou que a Prefeitura já se encontra mobilizada na preparação desta cumbre e melhor estruturada para cumprir com as deliberações que couberem a Secretaria Executiva, que estará a cargo da Prefeitura.

Otimista, o secretário afirmou que a orientação do Prefeito de Belo Horizonte, é no sentido de que Belo Horizonte, amplie sua atuação em nível internacional e possa ultrapassar o trabalho desenvolvido nesta área por Porto Alegre, Curitiba, Salvador e Belém. Cidades que possuem nível de atuação superior ao de Belo Horizonte.

Finalizando, o secretário afirmou que a estratégia de internacionalização de Belo Horizonte avançou e que até 2012, a cidade se tornará importante referência em políticas públicas inovadoras. A coordenação da Secretaria Executiva da Rede MERCOCIDADES, terá contribuição decisiva na realização deste objetivo.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)